POLÍTICA & TRABALHO

Nº 11 Setembro 1995

- Sobre os militantes da CUT-PB: caracterização e mudanças
  Roberto Veras de Oliveira
- Trabalho e reestruturação produtiva: considerações sobre a nova era
  Jacob Carlos Lima
- Reestruturação produtiva e saúde:
  Ivo Brito
- O afetivo e as relações de trabalho nas pequenas unidades urbanas de produção em João Pessoa
  Eliana Monteiro Moreira
- Socialismo e democracia
  José Arlindo Soares
- A identidade como representação social
  Maria Antonia Alonso de Andrade
- Da aldeia ao planetário
  Loreley Garcia
- Notas sobre a teoria do significado e o conceito de opinião pública
  Orlando Miranda
- Grupos etários e conflito de gerações: bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar
  Theophilos Rifiots
- Da indiferença: fotografia e morte pública
  Mauro Guilherme Pinheiro Koury

EDITORA UNIVERSITARIA UFPB

MCS/UFPB

ISSN 0104-8015

ISSN 0104-8015

POLÍTICA & TRABALHO

11 Setembro de 1995

Sobre os militantes da CUT-PB: caracterização e mudanças
Roberto Veras de Oliveira

Trabalho e reestruturação produtiva: considerações sobre a nova era
Jacob Carlos Lima

Reestruturação produtiva e saúde
Ivo Brito

O afetivo e as relações de trabalho na pequenas unidades urbanas de produção em João Pessoa.
Eliana Monteiro Moreira

Socialismo e democracia
José Arlindo Soares

A identidade como representação social
Maria Antonia Alonso de Andrade

Da aldeia ao planetário
Loreley Garcia

Notas sobre a teoria do significado e o conceito de opinião pública
Orlando Miranda

Grupos etários e conflito de gerações: bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar
Theophilos Rifiotis

Da indiferença: fotografia e morte pública
Mauro Guilherme Pinheiro Koury

MCS/UFPB

REVISTA POLÍTICA E TRABALHO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Coordenação 94/96
Jacob Carlos Lima

Publicação anual do MCS/UFPB
N.º 11 Setembro de 1995
ISSN 0104-8015

Conselho Editorial

Anthony Hall (London School). Brasília - Carlos Ferreira (UFRN) - César Barreira (UFCE) - Cláudia Fonseca (UFRS) - Elisa Cabral (UFPB) - Gilvando Sá Leitão Rios (UFPB) Inaiá de Carvalho (UFBA) - Jacob Carlos Lima (UFPB) - Maria Carmela Buonfiglio (UFPB) - Maria de Nazareth Baudel Wanderley (Unicamp) - Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA) - Marion Aubrée (EHESS-Fr) - Maristela de Oliveira Andrade (UFPB) - Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB) - Neide Micle (UFPB) - Orlando Miranda (USP) - Paulo Henrique Martins (UFPE) - Regina Novais (UFRJ) - Rolando Lazarte (UFPB) - Rubens P. Lira (UFPB) - Silva Ostrowestsky (U. Amiens - Fr.) - Simone Carneiro Maldonado (UFPB) - Theophilos Rifiotis (UFPB) - Vera da Silva Teles (USP)

Editor:

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

A apresentação de colaborações e pedidos de compra devem ser encaminhados ao MCS/UFPB:
Universidade Federal da Paraíba
Mestrado em Ciências Sociais
Campus I - Cidade Universitária
CEP 58.051-970 - João Pessoa - Paraíba - Brasil
Tel.: (083) 216-7204 - Fax (083) 216-7064

Impressão: Editora Universitária/UFPB

Impresso no Brasil
Setembro de 1995

ISSN 0104-8015

POLÍTICA & TRABALHO

Nº 11 Setembro de 1995
MCS/UFPB

SUMÁRIO

Sobre os militantes da CUT-PB: caracterização e mudanças 05
Roberto Véras de Oliveira

Trabalho e reestruturação produtiva: considerações sobre a nova era 15
Jacob Carlos Lima

Perdas e danos: reestruturação produtiva e saúde dos trabalhadores 21
Ivo Brito

O afetivo e as relações de trabalho nas pequenas unidades urbanas de produção em João Pessoa 33
Eliana Monteiro Moreira

Socialismo e democracia 47
José Arlindo Soares

A identidade como representação social 63
Maria Antonia Alonso de Andrade

Da aldeia ao planetário 75
Loreley Garcia

Notas sobre a teoria do significado e o conceito de opinião pública 79
Orlando Miranda

Grupos etários e conflitos de gerações: bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar 105
Theophilos Rifiotis

Da indiferença: fotografia e morte pública 125
Mauro Guilherme Pinheiro Koury

Resenhas 145

Saudades desses trópicos embalsamados 145
Bertrand Lira

Paraíba: Organização do trabalho e tecnologia 148
Mauro Guilherme P. Koury

Sobre trabalhadores urbanos 149
Jacob Carlos Lima

AOS COLABORADORES

POLÍTICA & TRABALHO aceita proposta de artigos, mas todas as colaborações não encomendadas são submetidas ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão final sobre sua publicação. o Conselho Editorial reserva-se o direito de sugerir ao autor modificações de forma, com o objetivo de adequar os artigos às dimensões da revista ou ao seu padrão editorial e gráfico. As notas de rodapé e referências bibliográficas devem ser evitadas ou restritas ao mínimo indispensável. A publicação de um artigo não exprime endosso do Conselho de todas as afirmações feitas pelo autor.

SOBRE OS MILITANTES DA CUT-PB: CARACTERIZAÇÃO E MUDANÇAS[1]

Roberto Véras de Oliveira

A partir da aplicação de um questionário, no início de 1993, junto às 32 entidades filiadas à CUT-Pb e sediadas em João Pessoa, foi elaborada uma lista com 116 ativistas sindicais que desenvolviam uma militância mais direta na CUT, tidos como os "mais envolvidos" (aqueles que ou se tornaram "dirigentes" de alguma de suas instâncias ou quase frequentemente participam de seus Congressos, Plenárias, Greves Gerais, etc).

Em seguida, meados de 1993, visando aprofundar a caracterização do perfil dos militantes da CUT-Pb, aplicamos um segundo questionário, agora especificamente junto a estes. Ao todo, foram atingidos 77 militantes (66,4% dos 116 levantados inicialmente), distribuídos por 27 entidades filiadas, mais os 6 membros da Direção Executiva do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais, totalizando 83 entrevistados.

Esse segundo questionário foi estruturado em três partes: a primeira, contendo questões do tipo "sócio-culturais" (nome, idade, estado civil, grau de instrução, etc); a segunda procurando abordar a trajetória de militância de cada um (tempo de militância, em que frentes já atuou, etc); e a terceira tratando mais especificamente da militância na CUT (momento em que se envolveu com a CUT, eventos nos quais já participou, participação em "tendências", etc). Alguns dos seus resultados o sistematizamos em seguida.

---

[1] Elaborado a partir do capítulo IV da minha dissertação de mestrado (Oliveira, 1994).

Quanto à escolaridade, salta aos olhos o fato de 73 entrevistados (87,9%) situarem-se a partir do Segundo Grau Incompleto. Além dos 10 restantes (12,1%) serem pelo menos "alfabetizados", 59 outros (71,0% do total) situaram-se a partir do Terceiro Grau incompleto. Com Nível de Pós-graduação encontram-se 21 deles (25,3% do total).

A origem "profissional" dos militantes, apresentada anteriormente, já nos indicava o peso de setores que exigem um nível escolar relativamente alto em termos dos padrões médios da Paraíba. Mas, mesmo naqueles setores com níveis escolares extremamente baixos, como os da Construção Civil, Têxteis e Rurais, dos 17 entrevistados aí incluídos 9 situaram-se a partir do Segundo Grau Incompleto, sendo que 6 deles com nível universitário.

Quanto à idade dos militantes, apresentou-se uma forte concentração na faixa etária dos 25 aos 44 anos, envolvendo 66 deles (79,5% do total). Realçada mais ainda pelo fato de que abaixo dela e acima de 55 anos não registramos nenhum caso

No que diz respeito ao "estado civil" (ver Tabela 3), 47 entrevistados (56,6%) disseram-se "casados", 22 (26,5%) "solteiros" e 14 (16,9%) "separados" ou "divorciados". Mas, entre homens e mulheres apresentaram-se importantes diferenciações. Antes de mais, do total de 83 entrevistados, apenas 18 (21,7%) são do sexo feminino. E, destas, 10 (55,5%) são "solteiras", 7 (38,9%) "separadas" ou "divorciadas" e apenas 1 (5,6%) é "casada". Enquanto, no caso dos homens, 46 (70,8% dos 65) são "casados" e apenas 12 (18,5%) são "solteiros" e 7 (10,8%) "separados" ou "divorciados.

Elas, assim, caracterizam-se, ao contrário do caso masculino, como um tipo predominantemente distante da Instituição do Casamento. Além disso, mostraram-se mais "intelectualizadas" e "maduras" que a média dos homens (como mostram as Tabelas 4 e 5). Se, dos 65 militantes masculinos, 56 (86,1%) situaram-se a partir do Segundo Grau Incompleto, com 76,8% dos quais (43 deles) tendo no mínimo ingressado em um Curso Superior, no caso das mulheres apenas 2, dentre o total de 18 (11,1%, portanto), estão entre o Primeiro e o Segundo Graus. As demais (88,9%) têm pelo menos a condição de "universitária". Só que a metade de todo o conjunto de 18 mulheres tem algum curso no Nível da Pós Graduação.

Quanto à idade, no caso das mulheres, a faixa etária mais significativa é aquela que vai dos 35 aos 44 anos, que contém 12 militantes (66,7% das 18).

Enquanto que, no caso dos homens, além de encontrarem-se melhor distribuídos nos intervalos aqui considerados, destaca-se a faixa etária dos 25 aos 34 anos, com 29 dentre os 65 (44.6).

Pelo menos 13 das 18 mulheres entrevistadas (72,2%) são oriundas de setores como Educação, Previdência e Bancário.

De modo geral, são militantes que têm-se "formado" a partir de vários anos de experiência e passando por vários espaços de atuação política (como mostra a Tabela 6). 30 dos 83 entrevistados (36,1%) iniciaram sua militância antes de 1977, 50 (60,2%) entre 1977 e 1989, e apenas os 3 restantes (3,6%) a partir de então.

Todos têm desenvolvido sua militância pelo menos em um sindicato e na CUT. Muitos passaram por "movimentos de Igreja" (Pastorais, Serviços, etc.), movimento estudantil (universitário ou secundarista), movimentos de bairro, movimentos de mulheres, cooperativismo, etc. Um grupo de 29 entrevistados (34,9%) começou atuando no movimento estudantil (62,1% dos quais até 1977 e os demais até 1989). Outro grupo, composto por 15 (18,1%), iniciou-se pelos movimentos de Igreja, sendo que 46,6% deles são trabalhadores rurais ou da Construção Civil, e 53,3% o fizeram até 1977 e os demais até 1989. O grupo majoritário, no entanto, 31 entrevistados (37,3%), iniciou a militância no próprio movimento sindical, muitos dos quais como "oposição". Sendo que 25 destes (80,6%) o fizeram no período 1977-1989. Os demais, 8 (9,6%), iniciaram em outro movimento ou partido político.

Quanto à militância sindical, 75 dos 83 entrevistados (90,4%) declararam-se "dirigentes" de um sindicato, 31 (37,3%) disseram-se "dirigentes" de alguma instância da CUT e 5 (6,0%) apresentaram-se como "ex-dirigentes" da CUT. Enquanto 33 (39,7%) assumiram-se como "fundadores" da CUT, os demais (60,3%) decidiram-se por uma "militância cutista" a partir de 1984, seja ao participarem de algum Congresso ou Greve Geral ou Oposição Sindical, seja em função da filiação de sua entidade à CUT. Entretanto, 42 deles (50,6% do total) o fizeram entre o período 1984-1991. E apenas 8 (9,6%), depois desse período.

A disponibilidade para a militância está quase sempre próxima da exclusividade. Basta ver que, de todos os entrevistados, 55 (66,3%) disseram-se "liberados", que no jargão sindical significa estar parcial ou integralmente à disposição da entidade onde atua, seja ao ser remunerado por ela ou pela empresa com a qual tem vínculo empregatício. Além do que,

mais 12 (14,5%) disseram que já tinham sido "liberados" antes. Por outro lado, apenas 13 dentre eles (15,7%) também estudam e outros 10 (12,0%) disseram que desenvolviam "outro tipo de atividade" (ginástica, futebol, religião, etc). No mais, a atividade fundamental é a militância.

Tratam-se, portanto, de militantes relativamente "intelectualizados", de idade "madura" e "forjados", na sua maioria, até fins da década de 80, seja a partir de um envolvimento inicial com outro movimento social, seja diretamente a partir do próprio movimento sindical. Mas, independentemente disso, atualmente todos praticam uma militância em outros espaços, além do sindicalismo. Normalmente assumem a busca de um "projeto global" como uma referência para as suas várias militâncias.

Daí todo o peso que as "forças políticas" têm adquirido na dinâmica cotidiana da CUT. Quanto aos 83 entrevistados, 36 deles (43,4%) disseram-se identificados com a Articulação, 8 (9,6%) colocaram-se como envolvidos com a CSC (Corrente Sindical Classista), 7 (8,4%) com a DS (Democracia Socialista). O PSTU, a Vertente Socialista e a Convergência Socialista, cada uma foi assumida por apenas um dos entrevistados (1,2% cada). Os demais, 29 (34,9%), definiram-se como "independentes". Entretanto, dentre estes, 23 disseram-se identificados com o PT, e um com o PSB. Apenas 5 (6,0%) apresentaram-se sem ligação com partido ou "tendência". Com atuação em partidos declararam-se 74 dos entrevistados (89,1%). Só que 64 deles (77,1% do total), no PT. Enquanto no PC do B disseram-se 7 (8,4%) e apenas 1 (1,2%) no PDT, no PSTU e no PSB. Além disso, 14 (16,8%) já foram candidatos a vereador, deputado ou prefeito. Entre os quais, 13 pelo PT.

É nesse quadro que se coloca a questão da relação da CUT com os partidos, em particular com o PT, tratada nos seus próprios documentos, onde se destaca a sua condição ao mesmo tempo de "autonomia" e de afinidade com os que considera com objetivos afins. Em relação à qual, para o militante, se coloca o papel de elo de ligação entre o sindicato, o partido e tantos outros espaços onde atue. O seu esforço é no sentido de articulá-los em uma mesma direção estratégica, embora sinta-se muitas vezes dividido, como exemplifica um membro da Executiva da CUT-Pb, em entrevista a nós concedida no segundo trimestre de 1993:

"Uma vez eu estava num debate, lá em Pernambuco, num congresso de professores, e saltou um rapaz lá e disse: 'mas me diga uma coisa, como é que é essa história? A CUT defende o Não Pagamento da Dívida Externa e o

PT defende a Suspensão do Pagamento da Dívida Externa. Eu sou da CUT e sou do PT, e o que é que eu defendo, afinal de contas?' "

Esse perfil a que chegamos se aproxima bastante do que observamos quando da Pesquisa IV CECUT-PB[2], quanto à proporção de delegados ali distribuídos em função do sexo (72,6% de homens e 27,4% de mulheres), quanto à idade (concentração na faixa etária de 30 a 50 anos: mais de 60%) ou à situação conjugal (60,3% do total de delegados disseram-se "casados", sendo que, do mesmo modo, apenas 28,9% das delegadas consideraram-se aí incluídas).

Mas, quanto à escolaridade, vale observar que, apesar de ali também se destacar um elevado grau de instrução (56,4% dos delegados disseram ter cursado "9 anos ou mais" de escola), destacou-se do mesmo modo no outro pólo uma concentração de delegados "sem instrução" (13,2%), ou com até 2 anos de escola (22,8%), embora em menor proporção. Entretanto, note-se uma diferença quanto ao tipo de público considerado em cada uma das pesquisas: enquanto o questionário aplicado aos 83 militantes contemplou um universo mais restrito e selecionado, dos "mais envolvidos com a CUT", a Pesquisa IV CECUT-PB abrangeu um universo bem mais amplo: o dos delegados àquele Congresso, cuja composição incluía 37,8% dos quais enviados por sindicatos da área rural (representando 97,5% dos "sem instrução" e 69,8% dos que se colocaram no nível "primário").

Tal diferença, no entanto, só reforça a evidência do elevado nível de escolaridade dos militantes "cutistas", assim como dos demais indicadores, que continuam sempre próximos entre si. É o que se verifica quanto ao tempo de militância, à participação em outras organizações populares, à liberação para a militância sindical, à simpatia pelo PT, etc[3]. Todos, indicadores de um perfil que os diferencia acentuadamente dos públicos em relação aos quais se colocam como "representantes" e "dirigentes".

De fato, através de entrevistas realizadas com sete dos 83 militantes que responderam o já referido questionário, evidencia-se todo um "processo de burocratização" do sindicalismo desenvolvido pela CUT. Cuja

---

[2] Realizada em julho de 1991, por ocasião do IV Congresso Estadual da CUT da Paraíba, por Leôncio Camino (coordenador), Roberto Véras, Joseli da Costa e Ana Raquel Torres. Cujos resultados foram sistematizados em relatório (mímeo).

[3] Tais indicadores são bastante semelhantes àqueles observados por Rodrigues(1990), quanto ao perfil dos delegados ao **III CONCUT**, e por Jácome (1993), quanto aos resultados de uma pesquisa similar realizada por ocasião do **IV CONCUT**.

consequência mais incômoda, segundo sugerem, diz respeito a um "distanciamento", "afastamento", dos "dirigentes" em relação às "bases" e das instâncias da CUT em relação aos sindicatos filiados. Os entrevistados admitem, que a CUT "ainda está vivendo um vanguardismo muito forte", que "a militância está envelhecendo, a vanguarda está envelhecendo, porque é aquele discurso para nós mesmos".

Na verdade, esse quadro de crise estaria abrindo espaço para todo um questionamento sobre a própria natureza da militância. Segundo um dos entrevistados, "quem teria coragem de abrir um debate sobre a afetividade no interior da Central?" E outros comentam:

"Nós somos militantes militarizados. Nós chegamos ao ponto de não ter nem vida pessoal. Militante era aquele que era disponível. Hoje, ainda tem uns imbecis que chamam isso ainda de ser revolucionário. É de manhã, de tarde e de noite à disposição do sindicato, do partido...";

"Então, você já fica comprometido porque você quer ter um tempo maior com a família, se dedicar mais com os familiares... E até isso atrapalha. E às vezes isso influi até negativamente na própria vida pessoal, porque às vezes a pessoa fica tão estressada com os movimentos, no dia-a-dia...";

" .. Eu passo praticamente o dia correndo pra cima e pra baixo pra organizar. E, aí, eu penso assim: 'puxa...'. não é pra quê, porque o 'pra quê' todo mundo sabe, mas eu me pergunto: 'por que é que outras pessoas não se dedicam tanto?' (...) E, aí, por exemplo, a gente perde muito da vida pessoal... Se bem que eu estou... eu estou passando por um processo que eu estou conseguindo equilibrar minha vida pessoal com a minha vida sindical, porque estava uma loucura. Eu passava de 6 horas da manhã até 11, meia noite, na militância, todos os dias (...) Se voltasse o tempo, eu entrava na militância de novo, mas eu tentaria controlar isso. Hoje, qual a perspectiva de eu arranjar uma fonte alternativa pra poder sobreviver? Nenhuma. Ensinar em colégio particular, eu não ensino mais. Estou terminando o meu curso faz um bocado de tempo. E não consigo terminar, porque eu sempre priorizo, entre uma aula e uma reunião pesada, eu sempre priorizo a reunião pesada. E, aí, vai passando o tempo e a gente não consegue terminar o curso".

A exigência por uma militância com disponibilidade total tem levando a uma nítida demarcação entre o "ser" e o "não-ser" militante, restringindo-a a poucos. E, assim, colocado, por exemplo, para as mulheres uma situação de

maior dificuldade para o seu engajamento, do que aquela que se coloca para os homens, como indica o depoimento seguinte:

"talvez as mulheres não tenham muita participação no movimento sindical em virtude disso... Uma reunião que começa às 7 horas da noite no sindicato vai até às 2 horas da manhã. E, às vezes, pegando o sábado e o domingo, também. E isso destrói o relacionamento lá, da mulher, com a família, com o marido, com o cara que, às vezes, não é militante, ou que é militante mas não concorda com isso"

A fala de uma militante é ilustrativa:

"... Porque tem hora em que a gente se sente solitária, principalmente eu que sou mulher, que eu acho que sofre muito mais disso. Há discriminação dentro do movimento sindical. Porque os companheiros homens têm também um discurso muito falso, porque muitos deles, eu acho que a grande maioria, preferem muito mais uma mulherzinha recatada, dentro de casa, cuidando dos filhos, do que uma mulher na militância. Isso prejudica você, porque você não consegue ter um relacionamento..., não é mais sério no sentido de casar, nem nada, mas de dividir, de ser companheiro, aquele negócio todo... (...) Quase todas as mulheres, eu acho, que sofrem de carências... (...) das mulheres militantes, sofrem dessa carência. Você está numa loucura tão grande que tem uma hora que não tem nada pra você fazer e você não tem um companheiro pra conversar, pra se divertir, nem nada. Nesse sentido, a mulher, principalmente, perde muita coisa (...) Porque, imagina, a pessoa só militando... O homem não consegue, quanto mais a mulher que tem muito mais sensibilidade pra essas coisas (...) Minha avaliação é essa (...) Eu acho que a vanguarda exagera".

Se há toda uma identificação dos militantes entre si, expressa, por exemplo, no tão característico tratamento de "companheiro", por outro lado, há também toda uma diferenciação destes em relação aos "outros". São dois movimentos, cuja resultante tem sido uma pressão junto àqueles no sentido de um voltar-se para o mundo próprio da "comunidade dos militantes". A própria percepção do que seja militância, como algo que exige total dedicação, expressa e alimenta esses dois movimentos e, consequentemente, a configuração dessa "comunidade".

É esse poder coercitivo da "comunidade" sobre os militantes que está em questão ultimamente, como sugere um entrevistados:

"Seria uma loucura, há 10 anos atrás, você deixar uma reunião do sindicato para participar de um aniversário de um filho seu ou de sua mulher. Quando ele chegasse, o outro diria: 'porra! Tu és um pequeno-burguês, fostes para um aniversário e não fostes para a reunião do sindicato...'. Então, mais ou menos, esse perfil de sindicalista tai, ou de militância tai (...) Está em crise"

A relação dos militantes com suas militâncias, de modo geral, tem sofrido certas modificações ultimamente. Todos os 83 militantes que responderam ao questionário, por exemplo, se vêem como "militantes cutistas", embora alguns admitam que não têm atuado nas "instâncias" da CUT. Mas vários deles levantaram algum tipo de ponderação com relação ao projeto da CUT: uns alegando que "continuam acreditando", mas com "ressalvas", "apesar do desgaste", apesar da "falta de mais garra"; e outros se dizendo "desconfiados", "abalados", "cansados", "desestimulados", "desmotivados". Vários avisaram que pretendem "cuidar mais da vida pessoal e profissional" ou que pretendiam "voltar pra base" após concluírem seus mandatos. Embora a maioria tenha manifestado a sua determinação em continuar como "dirigente" e "militante".

Apesar das críticas e queixas, as pessoas envolvidas com a CUT têm reagido à dinâmica imposta pela "comunidade dos militantes", não só alimentando o "acirramento dos enfrentamentos internos" ou "afastando-se do movimento", mas também "permanecendo" e "reciclando-se" e, consequentemente, modificando os termos de sua relação com a militância.

É também o que observa Antônio Cattani (1992) em um trabalho realizado junto a sindicalistas do Rio Grande do Sul, abrangendo o período 1982-1992. De uma prática de "militância com abnegação", onde "o sacrifício da vida pessoal e familiar ou pelo menos sua subordinação à militância era o traço comum na maior parte dos militantes", até fins da década passada, evolui-se, segundo o autor, para outros "padrões de militância". O primeiro sustenta-se nos que "abandonaram a militância e a participação em instituições", que denomina de "os trânsfugas". O segundo compõe-se dos que tentam manter "o perfil do militante do início da década de 80", chamados de "os militontos". O terceiro, "os reciclados", inclui os que "permanecem envolvidos com as atividades sindicais mas se distanciam cada vez mais do padrão anterior de militância". Seja passando a assumir uma posição mais "pragmática", ou não.

De modo que, para uma melhor compreensão das transformações pelas quais vêm passando as experiências de organização popular e sindical, como a que se identifica com a CUT, está posto o desafio de abordagens mais específicas quanto à identificação dos sujeitos envolvidos e às formas de suas inserções em tais experiências. É essa dimensão, no estudo do sindicalismo CUT, que o presente artigo buscou realçar.

Bibliografia

CATTANI, Antonio. "Trajetórias Sindicais - O Esgotamento de um Padrão de Militância". In **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, 15: 19-91, 1992.

JÁCOME, Iram. **Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT**. São Paulo: Tese de Doutoramento, USP, 1993

OLIVEIRA, Roberto V. de. A CUT Somos Nós...: A Experiência-CUT e a Questão da Participação no Imaginário dos Militantes que Atuam na Paraíba. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UFPB, 1994.

RODRIGUES: Leôncio M. CUT: Os Militantes e a Ideologia. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990

TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA ERA[1]

Jacob Carlos Lima

Atualmente, ouvimos falar o tempo todo em reestruturação produtiva, reengenharia, flexibilização de mercados, terceirização, globalização, termos que parecem deter a chave explicativa das transformações em curso no capitalismo mundial.

Mas o que significam efetivamente?

Para tentar entender o que está acontecendo, valeria reportar-nos à chamada crise do paradigma fordista do pós-guerra, paradigma este, vigente até os anos 70 nos países centrais aliando produção em massa com consumo de massa, forte presença do Estado, políticas sociais e acordos sindicais dentro do chamado welfare state.

Anos 70, recessão mundial, crise do petróleo, esgotamento de mercados. Novas tecnologias são viabilizadas para a superação da dependência energética dos países produtores de petróleo. Para alguns autores, o início de uma terceira revolução industrial representada pela informática, pela automação de base micro-eletrônica.

Entra em cena o modelo japonês de produção e organização do trabalho, com suas ilhas - ou células - de produção, just in time/kanban,

[1] Texto apresentado em mesa redonda no DIEESE - João Pessoa, abril de 1995.

qualidade total. De uma industria desacreditada - a japonesa, passa a assustar pela qualidade, diversidade, produtividade e , portanto, competitividade, provocando reação em cadeia nos paises industrializados.

Mudam as palavras de ordem. Competitividade, barateamento de custos, enxugamento. Sinônimos de redução de mão de obra empregada, substituídas agora por novas técnicas e novas formas de organização do trabalho.

A sociedade de bem estar social passa a ser onerosa e com pouca flexibilidade para a mudança. Os capitais migram em busca de mão de obra barata, instalando industrias nos países periféricos, onde direitos sociais são artigos de luxo, e onde a democracia é relativa, para parafrasearmos um ex-general presidente. A produção torna-se mundial - um automóvel passa a ser montado com peças fabricadas em uma dezena de paises, onde além da mão de obra farta, contam incentivos a produção garantindo maior lucratividade.

Surge o chamado capital volátil, produto da informatização dos mercados financeiros, da comunicação via satélite, que entram e saem diariamente de paises em busca de ganhos imediatos. O jogo financeiro assume contornos assustadores com os mercados futuros com conseqüências funestas, seja para instituições seja para países. Eliminam-se as fronteiras aos capitais, formando-se blocos econômicos fortalecendo os oligopólios.

O velho e desgastado discurso liberal, retoma seu fôlego com novas roupagens, tendo em Tatcher e Reagan seus arautos. É o neoliberalismo com suas propostas desregulamentação dos mercados, eliminação de barreiras comerciais, de benefícios sociais, o Estado mínimo como a grande solução. Pelo menos para os outros. O discurso contra o protecionismo comercial é de mão única, no sentido norte-sul.

Poderíamos chamar essa nova fase da acumulação capitalista, seguindo Harvey (1993), de acumulação flexível - flexibilidade dos processos de trabalho, mercados, produtos, padrões de consumo, serviços financeiros, altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Esse processo assume, no mundo do trabalho, contornos bem menos atraentes. A crise econômica mundial, a reestruturação produtiva (tecnológica + organizacional) colocou por terra o emprego ou o quase pleno emprego do primeiro mundo, reaparecendo em climas temperados, o desemprego estrutural, endêmico em terras tropicais. Reestruturação-

flexibilização passou a justificar velhos hábitos no trato da força de trabalho e de reclamações empresariais contra gastos sociais.

A flexibilização das relações de trabalhos, a terceirização, com a transferências para empresas menores de partes da produção, locação de mão de obra, barateiam o custo da mão de obra eliminando conquistas sociais dos trabalhadores vinculados a grandes empresas de ponta na economia, com forte presença sindical, e maior poder de negociação salarial.

O enxugamento agora não se limita mais a um já enxutíssimo chão de fábrica. As novas ideologias participativas, onde o "homem" aparece como prioridade, onde tenta-se envolver o trabalhador nos objetivos de "qualidade" da empresa, pressupõe também eliminação de níveis hierárquicos, enxugamento ou terceirização de serviços técnicos enfim, a tal reengenharia.

As ilhas de produção requerem agora o trabalhador polivalente, pelo reconhecimento da motivação implícita no domínio do processo de trabalho. Trabalho em grupo alia responsabilidade, disciplina, intensificação do trabalho, e maior produtividade sem alterar a remuneração. O investimento no trabalhador, a ideologia da qualidade, vem acompanhada de salários baixos, uma vez que não pressupõe ganhos pecuniários, mas o vestir a camisa da empresa, perceber que as metas da empresa são as suas metas, da interiorização da disciplina através da responsabilidade junto a equipe num processo de emulação permanente, cujos ganhos limitam-se a diplomas, troféus, ou qualquer outra coisa, atribuída a equipe pela vitória. O que importa é o significado simbólico, da complementação de interesses entre capital e trabalho.

O movimento sindical se desorienta. Conquistas organizativas são abandonadas frente aos novos paradigmas de produção que afetam o poder de barganha dos sindicatos, que se vêem obrigados a mudar de estratégias como forma de sobreviver, numa aparente falta de alternativas (Souza Martins, Ramalho et al: 1994). Parece não haver saída. O capital está dando as cartas.

Lideres sindicais em São Paulo promovem confraternização com empresários por reformas institucionais visando a "flexibilização" de nosso mercado de trabalho. Em recente entrevista a uma revista nacional, um consultor de empresas reclamava da baixa produtividade de nossa indústria sendo que uma das causas seria o "alto custo" de nossa mão de obra. Citava especificamente a indústria de calçados que, com o alto salário pago aos

trabalhadores (lembrar que as industrias de calçados de Franca em S. Paulo e da região do vale dos sinos no Rio Grande do Sul, vivem sendo denunciadas pela utilização de crianças menores de 14 anos com salários irrisórios e condições de trabalho insalubres) não teria condições de concorrer com o produto "chinês". A solução obviamente não seria baixar o salário mínimo para 40 dólares (como o chinês) mas rever "nosso sistema social". Valeria perguntar onde estaria esse sistema social tão oneroso, haja visto o "bem estar" em que vive nossa população trabalhadora.

Parece ironia falar de desregulamentação das relações de trabalho como forma de desenvolvimento no Brasil. O argumento é que a desregulamentação enxugaria custos das empresas tornando-as mais competitivas. Se considerarmos que o Brasil é um dos países onde a mão de obra é a mais barata do mundo, onde o mercado de trabalho sempre foi precariamente regulamentado (apesar de farta legislação trabalhista, desconsiderada inclusive por governos estaduais e municipais, onde a região Nordeste é ilustrativa dessa prática) e fiscalizado, a proposta é a precarização geral, ou melhor, mais uma vez, socializar por baixo

E a Paraíba nesse quadro? A progressiva substituição do paradigma fordista pela acumulação flexível teve seus reflexos na industria paraibana nas filiais de grupos nacionais ou multinacionais aqui instaladas, empresas estatais, bancos e mesmo pequenas empresas. Métodos como CCQ, Kanban, ilhas de produção já há algum tempo são utilizados, com sucesso variável. Os resultados no geral implicam em supressão de turnos, manutenção dos patamares salariais no mínimo e desemprego. Em outras palavras, para os trabalhadores locais, apenas a modernização da exploração, com novos métodos e novos discursos e, as vezes novas máquinas.

Contudo a maré homogenizadora da "acumulação flexível" deve ser relativizada. Tal como o taylorismo-fordismo, que foi, e continua sendo, amplamente adaptado e modificado, conforme o contexto industrial, oferta de mão de obra, condições de mercado, competitividade, políticas estatais, etc. Nesta direção situam-se as empresas, mesclando formas de gestão mais convenientes à lucratividade de seus investimentos, utilizando-se fartamente, aí sim, das especificidades econômicas e culturais locais, dentro da nova ideologia modernizadora. Não mais do novo Nordeste, do esforço industrializante, do desenvolvimento, mas da qualidade, enfim da integração a um mercado não mais regional ou nacional, mas mundial.

Outro elemento significativo desse processo é a terceirização, não apenas da produção mas na contratação direta de trabalhadores, que garante a contratante a liberação dos encargos sociais que funcionam como um salário indireto pela subcontratação através de empresas "locadoras" de mão de obra por tempo determinado. A essas formas terceirizadas soma-se também o trabalho a domicílio que, embora não seja novidade, tem nova justificativa em sua utilização, agora são "tercerizados".

Enfim, a precarização como fenômeno permanente da condição operária, assume agora ares de modernidade, com a eliminação (ou pelo menos tentativa de) a nível ideológico, de alternativas em face as novas formas de exploração do trabalho variando dicotomicamente entre integração e exclusão, com maiores possibilidades para a segunda.

A nova era parece ser a do capital. Todavia devemos lembrar que a relação capital-trabalho tem sido marcada historicamente por momentos de enfrentamento, recuos, equilíbrios precários, com o movimento dos trabalhadores se organizando, desorganizando, reorganizando. A perplexidade atual reflete essa dinâmica, onde uma derrota não significa o fim dos combates, ou a vitória definitiva de qualquer lado, mas a necessidade de repensar táticas e estratégias.

Seguindo Kurz (1992), poderíamos dizer que a tendência a eliminação do trabalho vivo pela supressão da mão de obra na produção coloca em cheque a própria realização da mercadoria e portanto do capital. Alguém precisa consumir. A velha história da relação complementar e antagônica entre capital e trabalho, parece que ainda não superada, apesar de fora de moda.

Bibliografia

KURZ, Rodolf. **O colapso da modernização: da derrocada socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUZA-MARTINS H. e RAMALHO, José Ricardo. **Terceirização diversidade e negociação no mundo do trabalho.** São Paulo: Hucitec/Cedi/Nets, 1994

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMA, J. C. **A modernidade inconclusa: a experiência operária no Nordeste.**. João Pessoa: MCS-UFPB, (Cadernos de Ciências Sociais 35), 1995.

BUONFÍGLIO, M. C. et al. **Trabalhadores, tecnologia e organização do trabalho no setor industrial da Paraíba.** João Pessoa: Ed. Universitária-UFPB, 1994

DIEESE. **Trabalho e reestruturação produtiva: 10 anos de linha de produção.** São Paulo: Dieese, 1994

PERDAS E DANOS: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SAÚDE DOS TRABALHADORES[1]

Ivo Brito[2]

Existe um descompasso entre o campo de conhecimento que busca compreender as relações entre saúde e trabalho, suas determinações e a organização da assistência aos trabalhadores, seja do ponto de vista da segurança nos ambientes e/ou locais de trabalho - espaço que se tem caracterizado como campo de atuação de médicos, engenheiros e técnicos em segurança do trabalho -, seja ainda do ponto de vista da compreensão do processo saúde/doença que aflige um número cada vez mais expressivo de trabalhadores, em uma perspectiva preventivista - área de atuação da vigilância sanitária; e um outro campo que, recentemente, vem ganhando importância em decorrência da consciência que os trabalhadores têm adquirido, em sua luta cotidiana, das questões relacionadas à sua saúde no confronto entre o capital e o trabalho - campo de atuação dos sindicatos e institutos de pesquisas vinculados aos trabalhadores.

Este último campo vem enfrentando, últimos anos, os efeitos das políticas de ajustes na área social e econômica, como fator que tem colocado o movimento sindical na defensiva em resposta a tendência generalizada imposta pela processo de reestruturação produtiva, cujos indicadores mais importantes são a crescente dessindicalização, o desemprego, o subemprego

---

[1] Texto apresentado no Seminário Sobre a Importância da Saúde e Segurança no Trabalho nos Processos de Integração e Globalização da Economia promovido pela FUNDACENTRO/MTb e Organização Internacional do Trabalho (OIT), em São Paulo, julho de 1995.

[2] Prof. do Departameto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, CCHLA/UFPB, Consultor do Ministério da Saúde na área de Saúde do Trabalhador, Pesquisador do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da FS/UnB, doutorando do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO/UnB) e membro da diretoria do Centro de Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES) .

e a insegurança produzida pelas reformas na área social: desregulamentação dos direitos do trabalho e privatização dos sistemas previdenciários .

Na Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores, realizada em Brasília em 1993, essas tendências ficaram muito claras. Duas grandes ordens de problemas teóricos e práticos foram debatidos: a) o primeiro, que colocava a saúde do trabalhador como sendo objeto exclusivo das ações da vigilância sanitária, sem que houvesse uma clara compreensão, da parte dos atores que defendiam essa proposta, das dificuldades a serem enfrentadas por uma área que, tradicionalmente, intervém na esfera da circulação, o que propiciou uma confusão em relação às competências de cada uma das instituições envolvidas no debate e, também, no interior do próprio Ministério da Saúde, principalmente em relação a assistência à saúde e à fiscalização dos ambientes de trabalho; b) o segundo problema engloba o primeiro e se refere a completa ausência de discussões sobre às mudanças nos novos padrões de acumulação de capital e as contradições produzidas pelas transformações no mundo do trabalho: autonomização crescente do trabalho como resultado de inovações tecnológicas, flexibilização da força e do mercado de trabalho, modificação nos padrões de regulação do trabalho assim como seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores.

Gostaria de novamente trazer estas questões à discussão. Em parte pela importância que a temática assumiu no contexto político e social marcado pela transição democrática e pela profunda crise econômica e suas políticas de ajustes. Em parte, também, porque a discussão das transformações no mundo trabalho e seu impacto sobre a saúde não foi de todo satisfatória, perdendo-se, assim, uma oportunidade ímpar de se traçar uma política coordenada para o setor, como alternativa às estratégias neo-liberais em curso na maioria dos países latino-americanos.

No campo institucional, a polêmica foi mais para delimitar posição de princípio em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS) e o processo de descentralização das ações de saúde, sem, entretanto, traçar uma proposta de modelo assistencial e de vigilância sanitária que viesse a se constituir referência para o conjunto dos trabalhadores. Mas também esteve eivada de uma posição conservadora baseada numa concepção de segurança e saúde na área do trabalho de caráter estritamente normativo, calcado no padrão de regulação controlado de cima pelo Estado.

Nas duas situações mencionadas ficaram patentes que os atores institucionais envolvidos não deram respostas às demandas colocadas pelos

trabalhadores, tampouco compreenderam as contradições inerentes à relação capital/trabalho.

No campo da ação sindical tem-se verificado profundas mudanças na forma de atuação e nas pautas de reivindicações. Há uma tendência marcante de substituir o confronto direto pela negociação, através de ações que visem resultados pontuais, passando, assim, de um sindicalismo de classe para um sindicalismo de participação. O que vem ocorrendo, na prática, é a defesa de conquistas sociais nos marcos de uma posição defensiva do movimento sindical frente aos interesses do capital (Antunes, 1993).

Nesse sentido, as políticas de gestão da força de trabalho atuais fazem parte de um conjunto de inovações tecnológicas e gerenciais - que alguns autores vêm denominando de novo paradigma técnico-econômico e/ou organizacional - em substituição ao modelo de eficiência taylorista-fordista, que se tornou hegemônico a partir da II Revolução Industrial (Gitay et al., 1993).

Assim, as iniciativas de reestruturação produtiva colocadas em prática na maioria dos países industriais obedecem aos esforços do capital, na perspectiva de elevar as taxas de lucro através da reconversão industrial e reestruturando os mercados, tornando-os mais integrados e interdependentes. Esse processo só foi possível através de um conjunto de medidas que passamos a enumerar: eliminação, absorção ou redução das empresas menos rentáveis; substituição de técnicas menos produtivas por tecnologias mais avançadas; redução da produção de produtos cuja demanda tem-se caracterizado pela estagnação, favorecendo a produção de produtos de maior demanda; racionalização da produção em termos de energia, matéria-prima e força de trabalho e intensificação dos processos de trabalho (Mandel, 1990).

Estas notas têm por objetivo situar a discussão da saúde e sua relação com o trabalho de uma perspectiva particular, enfatizando a experiência brasileira, trazendo à discussão algumas questões que são relevantes para o entendimento das transformações em curso e de seu impacto sobre a saúde dos trabalhadores.

A centralidade da categoria trabalho para o estudo da relação saúde e trabalho

Existe uma tendência generalizada na opinião pública e, em particular, entre os defensores da economia de mercado, em considerar a crise da sociedade do trabalho uma das questões centrais para a compreensão das transformações do que se convencionou chamar de crise da modernidade.

As mudanças atuais no padrão de acumulação e seletividade das políticas de regulação da força de trabalho têm induzido a formação de opinião de que a categoria trabalho já não possui papel normativo/analítico como variável explicativa para a crise da sociedade industrial contemporânea.

No entanto, o que se observa na prática é que as transformações impostas pelas novas formas de gestão do capital e do trabalho, ao contrário da previsão de que a categoria trabalho tenha esgotado seu poder explicativo, têm colocado a necessidade de se compreender as relações sociais sob as quais o processo de trabalho e o próprio trabalho se realizam, seja no que concerne às formas de subordinação (formal/real), à divisão do trabalho em escala internacional e às características que o mesmo assume frente a racionalização crescente do capital.

Assim, o fim da sociedade do trabalho apregoada por inúmeros autores[3], e dentre estes um número significativo de intelectuais de direita, corresponde, na verdade, a uma transformação qualitativa dos processos de trabalho concreto e da subjetividade da *classe que vive do trabalho* (Antunes, 1995), e que deve ser visto não como resultado mas como processo, fruto das contradições do modo como vem se realizando a acumulação de capital nas sociedades industriais modernas. Acumulação que tem se caracterizado por uma crescente artificialidade e previlegiamento da especulação financeira internacional.

O desemprego em escala mundial, que atinge índices expressivos nas economias centrais, a precarização do emprego, a diferenciação/ segmentação crescente do mercado de trabalho, o empobrecimento de segmentos significativos da população mundial e o aumento intensivo de tecnologias devem constituir o pano de fundo para o entendimento dos

[3] Ver os trabalhos de André Gorz (1982 e 1990), "**Adeus ao proletariado**", Ed. Forense, RJ e "The New Agenda", **New Left Review**, n. 184; Claus Offe (1989), "**Trabalho como categoria sociológica fundamental?**", Trabalho & Sociedade, RJ, Tempo Brasileiro, vol. I; Robert Kurtz (1992), "**O colapso da Modernização**", SP, Ed. Paz e Terra.

problemas emergentes na área da saúde e sua relação com o trabalho. Para tanto, é necessário levar em consideração os seguintes aspectos, abaixo relacionados:

1 - Impacto do processo de reestruturação produtiva nos padrões de morbidade e mortalidade relacionados ao processo de trabalho. Essas transformações - passagem do modelo de regulação taylorista/fordista para o modelo baseado na gestão pela qualidade e flexibilização dos processos de trabalho - têm chamado a atenção dos especialistas no que se refere ao impacto destas mudanças sobre a carga laboral ou intensidade, em termos da demanda física do trabalhador: desgaste e stress.

2 - Controle sobre as condições de trabalho, através do qual o trabalhador possa enfrentar as pressões das inovações tecnológicas e/ou das conjunturas caracterizadas por adoção de medidas recessivas que implicam em desemprego. Esse elemento constitui-se em fator decisivo nos locais de trabalho para evitar os efeitos danosos da intensificação e segmentação do trabalho.

3 - As possibilidades para o trabalhador desenvolver qualificações são cruciais para o seu desenvolvimento mental e recurso importante para o controle sobre as condições de trabalho.

4 - A importância do apoio social, fora e dentro da vida laboral, para a saúde aparece em vários estudos, tais como a importância dos estudos sobre redes de solidariedade e as investigações recentes sobre famílias operárias.

5 - A relativa privação sócio-econômica (pobreza, desemprego, etc.) se reproduz ainda nos estados de bem-estar modernos e tem mostrado ter efeitos adversos sobre a saúde em suas populações e muitas vezes as respostas dadas pelos setores organizados do movimento operário não apresentam propostas alternativas às investidas do capital.

6 - Relações de poder entre trabalho e capital, que representam formas de controle coletivo, influenciadas pela sindicalização, desemprego e outros fatores, influenciam a saúde através da regulamentação do lugar do trabalho, legislação e medidas afins.

7 - A crescente mobilidade espacial da força de trabalho com o surgimento das transnacionais e dos grandes projetos (construção de

barragens, estradas, etc.), exige estudos sobre os riscos a que está submetida essa mão-de-obra, bem como sobre as formas de proteção ao trabalhador.

O cenário e as tendências internacionais

As transformações na economia mundial nos últimos dez anos vem chamando a atenção de inúmeros analistas. Em primeiro lugar, pelo impacto da recessão mundial e o endividamento externo das principais economias em vias de desenvolvimento, o que tem superado a experiência no plano mundial da grande depressão de 1929. Em segundo lugar, pela crescente incorporação e mudança nos padrões tecnológicos de produtos e processos, alterando substantivamente as formas de gestão da força de trabalho baseadas nos modelos tayloristas e fordistas. Em síntese, podemos resumir as caracteristicas da crise nos seguintes termos:

- enfraquecimento do modelo gerencial que embasou a difusão de produtos e processos no periodo de expansão industrial nas décadas de 50 e 60;

- surgimento de janelas de oportunidades associadas às mudanças e inovações tecnológicas;

- oscilações nos preços de insumos e matérias-primas com acentuada queda para os produtos alimenticios e derivados de petróleo;

- restrições e ajustes nas políticas distributivas, principalmente, nos padrões de cobertura, seletividade e financiamento das políticas de bem-estar social

É no inicio da década de 70 que se observa, para o conjunto das economias de mercado, tendência à desaceleração do crescimento do produto industrial. Essa tendência é mais acentuada nos paises desenvolvidos do que nas economias industriais em vias de desenvolvimento. As taxas de crescimento nestas continuaram a crescer durante toda a década de 70, iniciando-se no periodo recessivo de 82-83 a fase de desaceleração e estagnação. A tabela 1 ilustra as tendências, em termos de crescimento industrial, para o conjunto dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

TABELA 1
ECONOMIAS DE MERCADO - CRESCIMENTO REAL DO PRODUTO INDUSTRIAL - TAXAS MÉDIAS ANUAIS, 1960-1989.

PERÍODO	TOTAL	DESENV.	EMDESEN	ASIA	AM LATINA
60-73	6	6	6,9	6,4	7,4
73-76	0,5	0	5,8	7,8	4,6
76-80	3,1	2,8	5,5	5,9	5,2
80-83	-0,2	-0,5	1,4	6,9	-2,9
83-86	4,4	3,8	7,5	9,5	6,2
86-89	4,8	4,5	6,6	8,8	5

Fonte: BRASIL-IPEA

O modelo de desenvolvimento dos países centrais beneficiou-se do processo de reconstrução do pós-guerra, baseado no plano Marshall, calcado no uso intensivo de insumos energéticos e na oferta de mão-de-obra voltados para a produção industrial de bens duráveis. Esse modelo, com o choque do petróleo nos anos 70, entrou numa fase recessiva e de reestruturação produtiva. A crise motivou novos investimentos em modernização e racionalização da capacidade produtiva, tornando os processos industriais e o gerenciamento mais flexíveis, o que facilitou o desenvolvimento de novos produtos e processos. Foi de fundamental importância para a concretização da reeestruturação produtiva nos países centrais, o progresso técnico na área da micro-eletrônica e a adoção de novos princípios de gestão baseados no uso intensivo de mão-de-obra qualificada.

Os países em vias de desenvolvimento, principalmente aqueles de industrialização recente (NIC), da Ásia e América Latina, beneficiaram-se das vantagens comparativas do produtos manufaturados intensivos em recursos naturais e das exportações de matéria-prima. Essas vantagens foram fatores importantes para a expansão da atividade industrial e induziram transformações significativas na estrutura produtiva, resultando, por um lado, no aumento da participação da indústria de transformação no mercado mundial e, por outro, na transformação das estruturas agrárias, aumentando a participação de insumos e máquinas na agro-pecuária.

A década de 80 inicia-se sob o signo de novas rupturas. Podemos, em resumo, identificar pelo menos três elementos. O primeiro está relacionado às oscilações de preços das matérias-primas e insumos de recursos naturais. O preço do petróleo, por exemplo, aumentou significativamente entre o final

de 1979 e 1981 e, a partir daí, inicia-se um processo sucessivo de queda nos preços, atingindo em 1986 nível inferior ao de 1979.

O desempenho do setor agro-pecuário e de matérias-primas sofreu, também, queda acentuada nesse mesmo período. Os países exportadores de matérias-primas entraram em dificuldades e viram cair sua receita, reduzindo, assim, seu desempenho no setor produtivo.

O segundo elemento está associado à política cambial norte americana de garantir a valorização do dólar e o aumento das taxas de juros, agitando os agentes econômicos e aprofundando o desequilíbrio entre os países industrializados e entre estes e os em vias de desenvolvimento.

A política recessiva dos anos 80 acentuou o problema do endividamento externo dos países em vias de desenvolvimento e induziu a adoção de medidas de ajustes estruturais, com acentuada repercussão sobre o mercado de trabalho (desemprego, informalização e terceirização do mercado), sobre os padrões de regulação da força de trabalho (crise das políticas sociais) e sobre as formas de organização dos trabalhadores frente à desindicalização, terceirização e às inovações tecnológicas.

O terceiro fator está relacionado às inovações tecnológicas. A nova divisão internacional do trabalho, compatível com os padrões de reestruturação industrial, torna penosas e nocivas as atividades laborais e muito pouco tem sido feito no sentido de reverter esse quadro. Paralelamente, observa-se uma tendência a uma divisão internacional dos riscos, com a transferência de plantas industriais poluentes para os países periféricos. Essa transferência tem-se beneficiado de políticas de incentivos fiscais e de legislação ambiental inadequadas e pouco consistentes. O exemplo mais citado na literatura é o caso do amianto.

Reestruturação produtiva e saúde dos trabalhadores: a experiência brasileira

A modernização da estrutura produtiva é recente e coincide com as mudanças no plano político: transição de um regime de acumulação baseado no modelo substitutivo de importações, com acentuada presença e intervenção estatal, em um contexto de crise recessiva a nível internacional e o crescente endividamento externo do país.

Este modelo, nos anos 70, cresceu e diversificou-se apoiado nos investimentos externos, na política de incentivos estatais e de ciência e tecnologia, e em uma política salarial que se caracterizou pelo arrocho e repressão às atividades sindicais dos trabalhadores urbanos. A agricultura, no mesmo período, também se beneficiou da política de intervenção estatal, e os setores agro-industriais experimentaram um crescimento significativo, sem que se alterassem a estrutura fundiária tradicional e os padrões tecnológicos.

Os indicadores sociais revelavam, nos anos do milagre, a face perversa do modelo de desenvolvimento, cujas características são conhecidas: concentração da renda, estrutura fundiária altamente concentrada e voltada para agricultura de exportação, achatamento dos salários, altas taxas de acidentes de trabalho e um vigoroso processo de urbanização da sociedade com acentuada desigualdade na distribuição de bens e serviços a população nas regiões metropolitanas.

No plano político, esse processo foi marcado por uma política de cooptação das camadas médias e dos setores de baixa renda, por meio de uma padrão de seletividade estatal altamente excludente, resultando em um sistema de participação e de representação bastante limitado e de baixa competitividade política.

No plano social, as políticas sociais se caracterizaram mais pelo componente da cooptação, do corporativismo e da exclusão de uma significativa parcela da população. A agenda social, portanto, respondia mais aos interesses de uma minoria aumentando o fosso entre aqueles privilegiados pelo sistema de base corporativa e a grande massa de deserdados, representando um tipo particular de cidadão, cujo resultado é o "confinamento regulatório da cidadania" (Telles, 1994) e um "tipo inédito de hobbesianismo social" (Santos, 1994) que se pauta pela violência na solução dos conflitos distributivos.

A transformação ocorrida na década dos 80 não rompeu com padrão anterior, vem, ao contrário, impondo-se através da combinação de elementos do paradigma industrial anterior com as inovações tecnológicas mais recentes. Este último mescla-se e redefine o paradigma antigo. O país integra a economia mundial sem que as tarefas da modernidade tenham sido realizadas. Esta questão, por exemplo, coloca-nos frente a novos problemas no campo social, cuja importância para a área da segurança e saúde dos trabalhadores é relevante, tais como os processos de *desregulamentação dos direitos trabalhistas* e a *precarização do trabalho,* que aumentam a incerteza

e colocam na agenda a sobreposição de velhos e novos riscos para saúde dos trabalhadores.

A incorporação do progresso técnico nos setores produtivos mais dinâmicos tem produzido, por um lado, novos postos de trabalho, que exigem mão-de-obra qualificada, melhores salários e cobertura de benefícios através de salários indiretos e, por outro, o surgimento de um contigente de trabalhadores que realizam atividades físicas, manuais, em condições de trabalho precárias e de alto risco. O primeiro grupo caracteriza-se por pautas de solidariedade e de identidades muito sólidas; o segundo por um tendência ao anonimato e fragilidade na sua organização, dadas as condições a que estão subordinados: relação contratual débil; baixas remunerações; acesso irregular a seguridade social; falta de capacitação e trabalho em condições inseguras e perigosas.

Nesse caso, é necessário que se efetue estudos sobre acidentes de trabalho nas empresas sub-contratadas (empreiteiras) e nas empresas de pequeno porte, articulando a compreensão do problema em uma perspectiva mais geral, onde as transformações nas relações sociais de produção na economia mundial contem as relações sociais concretas que se estabelecem no interior das empresa nacionais e/ou regionais, com suas características e especificidades próprias. Identificar os novos riscos em decorrência do uso intensivo de tecnologia no processo de trabalho, e identificar as demandas específicas nos locais de trabalho com as demandas que outros atores sociais pleiteiam, como parte de um processo societário mais complexo de construção de uma sociedade mais justa.

Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. (1993), "A crise dos sindicatos", **Teoria em Debate**, N. 20, 66-69, São Paulo.

___. (1995), "**Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**". Campinas: Cortez Editora & Editora Unicamp.

GITAY, Leda & et al. (1993), "Relações de trabalho, política de recursos humanos e competitividade: reestruturação produtiva e a empresa", in **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. Brasília: MCT/FINEP/PADCT.

GORZ, André. (1982), "**Adeus ao proletariado**". Rio de Janeiro: Ed. Forense.

____. (1990). "The New Agenda". in **New Left Review**, N. 184.

KURTZ, Robert. (1992). "**O colapso da modernização**". São Paulo: Ed. Paz e Terra.

MANDEL, Ernest. (1990). "**A crise do capital**". Campinas: Ed. Unicamp/Ensaios.

OFFE, Claus. (1989). "Trabalho como categoria sociológica fundamental?", in **Trabalho & Sociedade, Vol. I**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.

SANTOS, Wanderley G. (1993). "Fronteiras do Estado Mínimo", in **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco.

TELLES, Vera. (1994). "Sociedade Civil e os Caminhos (Incertos) da Cidadania, in **São Paulo em Perspectiva**, N.8 (2).

O AFETIVO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS PEQUENAS UNIDADES URBANAS DE PRODUÇÃO EM JOÃO PESSOA

Eliana Monteiro Moreira

Este artigo trata de um dos aspectos estudados em nossa pesquisa sobre a pequena produção urbana em João Pessoa (Moreira, 1994) que tem por objetivo mostrar, a partir do relato dos próprios sujeitos, como se dão as relações de trabalho no interior desses espaços produtivos. Vimos que estas são marcadas por fortes tons afetivos e que também a ética familiar desempenha um papel fundamental na "gestão" dessas relações e em nome dela são cometidas práticas de contravenções e irregularidades no que se refere aos direitos do trabalho.

Partimos da hipótese de que a forma como os sujeitos estruturam os espaços e os tempos produtivos nesses universos que são contíguos com os espaços e tempos domesticos, influencia a construção de representações e idealizações acerca do sentimento de liberdade e de autonomia vivenciados tanto em relação ao processo de trabalho, como acerca do ambiente produtivo em geral, fazendo com que os mesmos não percebam as relações reais de exploração contidas na afetividade que reveste o relacionamento dos sujeitos aí inseridos.

Faremos a apresentação de como estas questões se colocam em dois setores produtivos estudados, o da alimentação e da confecção, à partir de

uma amostra de trinta e oito entrevistas semi-estruturadas, realizadas com proprietários e trabalhadores, com ou sem laços de parentesco entre si.

O setor de alimentação

O que observamos no universo produtivo de nossa pesquisa não constitui uma realidade muito diferente da que podemos encontrar em outros espaços de trabalho. Lá onde existe também contiguidade dos locais de trabalho e de habitação, há a predominância de uma distribuição desigual do tempo, das tarefas e das responsabilidades, quer se trate de mulheres ou de homens, e independentemente dos eventuais laços de parentesco .

Como o setor de alimentação se caracteriza por uma presença predominante de homens, as tarefas de produção e de comercialização são repartidas unicamente entre eles. Isto quer dizer que eles ocupam as tarefas mais dinâmicas da unidade produtiva, aquelas que lhes permitem realizar um trabalho rotativo

Um dos fatores que influencia a posição dos homens na unidade produtiva é o de tentar aumentar a produção para além das fronteiras domésticas, o que foi possibilitado pela introdução da mecanização. No setor de alimentação, a mecanização explica em parte o deslocamento da mulher para tarefas rotineiras e monótonas, como a embalagem, a arrumação das formas, os cuidados com a limpeza dos espaços produtivos. Entretanto, há aí, mulheres, aquelas que estão à frente dos negócios, que dispõem ainda de um espaço bastante amplo de intervenção no trabalho e nas atividades que lhe dão apoio. É o caso de uma proprietária viúva que trabalha com os filhos numa pequena unidade de produção de bolos e biscoitos "*coloco madeira no fogo, corto os bolos, coloco os bolos nas formas, eu faço tudo (...)*".

O processo de produção é, portanto, uma tarefa que ela assume apenas em caso de necessidade, daí o seu seu sentimento de satisfação e de realização pessoal e sua concepção positiva do trabalho realizado.

Mas se esta proprietária tem a possibilidade de intervir na produção, nas horas de "pique", a maioria das entrevistadas situadas na mesma posição em outras unidades de produção se limitam a realizar tarefas produtivas determinadas.

No caso de outra entrevistada, por exemplo, embora ela seja responsável pelo êxito econômico da padaria registrada que ela tem com seu marido, ela continua a fabricar as tortas, razão de ser de seu sucesso, e a arrumar a padaria sem ter outro tipo de participação na dinâmica do conjunto das atividades da pequena unidade, uma vez que estas lhe são proibidas por seu marido. Se esta postura do marido alimenta o projeto de se estabelecer por sua própria conta, outras mulheres ficam imobilizadas pela rotina devido às relações familiares existentes, como é o caso da filha de um proprietário de uma pequena unidade produtora de bolachas:

"Meu serviço é ruim, porque todos os dias eu faço a mesma coisa. Estou chateada! Não muda nunca! Esta história de embalar bolachas (...) é muito monótono! (...). Se a gente podesse trabalhar uma certa hora numa atividade, e depois mudar para uma outra... seria outra coisa! Mas isto não é o meu caso: O que me cansa aqui, é justamente a ausência de novidades no trabalho. Eu faço a mesma coisa todo tempo(...)."

Mas são sobretudo os homens que explicitam como é feita a divisão das tarefas, como se eles quisessem justificar a centralização das responsabilidades nas mãos dos proprietários e de seus filhos. Um exemplo é o do sr. Augusto, proprietário de uma unidade de alimentação, que fala nesses termos sobre a participação de sua mulher, D. Lucila, no trabalho:

"No fundo é uma questão de conhecimento que eu tenho do mundo exterior, mas não ela: (...) eu achei melhor, então, não implicá-la nos problemas externos da empresa: do banco, dos encargos sociais, das compras e das vendas, tudo isso (...) Então, sou eu unicamente que me ocupo de toda esta parte externa. (...) Isto não é interessante para ela! (...)"

Fica claro que é ele quem decide tudo, quem determina quem deve fazer as atividades, quem julga a falta de experiência da esposa e da sua não preparação para ocupar de certos tipos de funções e de responsabilidades. Foi ele que achou conveniente afastá-la dos serviços externos. Quais? Justamente aqueles que a colocaria seguramente a par do movimento financeiro da unidade... Por isso, era-lhe fundamental controlar as atividades de sua esposa, "poupando"-lhe estas responsabilidades e reservando-lhe alguma coisa de mais "compatível" com sua falta de experiência e de conhecimento.

Sr. Marcos, outro proprietário de uma pequena unidade que fabrica bolos, cujo espaço de trabalho também funciona em contiguidade com o espaço doméstico, coloca em evidência como a divisão de tarefas no espaço produtivo se superpõe às atividades domésticas, o que não deixa de multiplicar as obrigações da mulher. E ele assim coloca em seu discurso:

"De fato, é ela praticamente o chefe da casa. (...) É ela quem assume a responsabilidade financeira da produção. (...) Eu quase sempre combino tudo que eu vou fazer com ela. (...) É como se eu dependesse dela, a senhora compreende? Eu procuro sempre sua participação. (...) Até se poderia pensar que eu não sei trabalhar , não é? Mas é porque eu prefiro realmente fazer assim, a senhora compreende? "

Elogios tão enfáticos, talvez não passem de hábeis mecanismos para estimulá-la a conservar diante de tudo e de todos esta imagem de mulher infatigável, cheia de iniciativas, e que até possuiria domínio total dos negócios.

Esta situação de acumulação e de superposição das tarefas é mais forte e constante nas unidades onde há presença de homens e de mulheres. A junção das atividades é responsável pela maioria dos casos de acumulação do trabalho e da pulverização do tempo para a mulher. É nesta direção, aliás, que convergem as análises de Chabaud-Richter, Fougeyrollas-Schwebel E Sonthonnax (1984) sobre o trabalho doméstico na França e de Paiva Abreu (1993) sobre a sub-contratação no Rio de Janeiro.

É necessário destacar que entre os entrevistados houve casos, também, onde o casal dividia as responsabilidades das tarefas consideradas de valor para o prestigio do nome e para a estabilidade do negócio. Tivemos mesmo o proprietário de uma pequena padaria que acompanhava, tanto quanto sua esposa, o pagamento dos salários e das compras da unidade produtiva. Isto fazia com que ela tivesse o sentimento de ter em mãos não somente o controle dos negócios como também transmitisse um a imagem de poder e de equilíbrio.

Tarefas como a entrega dos produtos, antes realizadas pelos pracistas, ou o abastecimento de matérias primas, passam agora a ser asseguradas pelos filhos de certos proprietários, sobretudo nas unidades do setor alimentar. Isso tende a alimentar no seu imaginários a aspiração de tornarem-se pequenos produtores e comerciantes.

A divisão das atividades produtivas que nós terminamos de ver não faz senão reproduzir a divisão sexual do trabalho encontrada na sociedade brasileira como um todo, e não seria numa cidade do Nordeste, onde os valores machistas são ainda tão fortes, que iriamos encontrar algo diferente nesta estrutura cristalizada. Mas não é só isto que conta. O que é também importante é a dimensão simbólica que a sustenta e que se torna uma das engrenagens da formulação das imagens em relação ao trabalho, ao espaço e tempo de produção.

É certo que esta desigualdade diante das responsabilidades, decidida pelos homens, coloca em evidência apenas os aspectos discriminatórios e injustos encontrados nestes lugares de trabalho e percebidos pelos próprios participantes, que não se sentem, entretanto, impedidos de ter o projeto de se instalar por sua própria conta e de concretizar assim as idealizações em em relação ao trabalho, que é o de se tornar pequeno produtor independente.

O papel das relações de parentesco

Um dos traços dominantes da pequena produção é sua estrutura de base familiar. Se isto de um lado garante o funcionamento dos negócios, independentemente de recorrer à mão de obra assalariada, de outro, ela constitui um terreno fértil para as práticas de trabalho fora da lei. A ambiguidade do seu estatuto juridico representa apenas um dos sinais do não respeito às normas. Isto não significa, no entanto, que nas unidades produtivas registradas, a legislação seja seguida ao pé da letra.

Foi observado, por exemplo, que os trabalhadores-parentes destas unidades de produção são submetidos a pressões concernentes à jornada de trabalho, à realização das atividades e à remuneração.

Quanto à jornadas de trabalho ela se organiza de acordo com o ritmo da demanda dos clientes, o que impõe horários de trabalho ilimitados que não respeitam as pausas de alimentação, nem os dias, nem as noites, nem mesmo a necessidade de repouso.

O filho do proprietário de uma unidade de bolachas e biscoitos se refere com revolta à desconsideração do ficar muitas vezes sem hora para se alimentar. Outros se referem ao mal estar provocado por não disporem de um ritmo fixo de trabalho, outros ainda reclamam da remuneração insatisfatória.

É assim que a fábrica é às vezes descrita como sendo o lugar onde se respeita o tempo, os horários, ao contrário do que se passa no espaço produtivo das pequenas unidades. Quer se trate de mulheres, de jovens auxiliares-parentes ou de assalariados, escutamos constantemente expressões que traduzem estas dificuldades sentidas.

Vejamos agora de que forma os proprietários encaram estas questões. Uns, como foi o caso do proprietário de uma fábrica registrada de vinagre, dava ênfase à socialização no trabalho, tentando aplicar o que ele aprendeu desta experiência, a seus filhos e esposa. Este proprietário, fazendo um recuo no tempo, nos contou como seu pai pagava sua participação na indústria de vinho e o quanto esta experiência lhe serviu na educação de seus próprios filhos:

"Meu pai jamais determinou o quanto eu iria ganhar; eu não tinha salário (...). Só depois que eu me casei que eu comecei a receber salário. Sòmente depois (...) . Com meus filhos, foi a mesma coisa, eu jamais discuti salário com eles.Mas, em contrapartida eu procurei sempre lhes dar educação. Hoje eles todos estão formados, com excessão de dois, mas que se formarão em breve (...)."

Outros proprietários procuram justificar o não pagamento dos salários devido a má situação da unidade, como também à imagem de aprendizes atribuída aos jovens ajudantes.

Esta distinção entre filhos-aprendizes e outros trabalhadores encontra seu fundamento numa ética familiar que vai permitir também remunerações apenas simbólicas. De fato, a substituição do salário por presentes, roupas ou sapatos, por exemplo, ou por qualquer outro gesto de doação, frequentemente utilizado em relação aos trabalhadores, são meios de "abrandar" as relações de trabalho.

Os gestos e a maneira de tratar os trabalhadores substituem as relações de trabalho. As relações afetivas apagam os conflitos que podem existir com o patrão, com todas as consequências que se pode supor sobre a construção da identidade do trabalhador.

Foi o que constatamos na ocasião das entrevistas com assalariados de algumas unidades registradas de alimentação que faziam referências as mais positivas sobre o próprio trabalho, sobre o ambiente descontraido e livre e

sobre o tratamento recebido, o que reverte o esteriótipo do patrão repressivo, duro e distante. De fato, dificilmente os trabalhadores podem pensar ou dizer outra coisa uma vez que o patrão lhes dá o que eles mais sonham : uma possibilidade de também se tornarem no futuro pequenos produtores.

Um acordo hábil, sem dúvida, no seio de um ritual que deixa antes de tudo a impressão de camaradagem e de amizade.

Assiste-se aqui, de uma maneira notável, o que Bourdieu (1976) chamou com muita pertinência de "violência doce". Fazendo análise das formas de dominação em algumas comunidades africanas estruturadas igualmente sobre laços da mesma natureza, este autor escreve:

"*Neste sistema só há duas maneiras, que no final se traduzem numa só , de manter alguém de forma mais durável: o dom ou a dívida, obrigações abertamente econômicas da dívida ou as obrigacões "morais" e "afetivas" criadas e preparadas para a troca; enfim, a violência aberta (física ou econômica) ou a violência simbólica como violência censurada e eufemizada: isto é irreconhecível e reconhecida*".

E Bourdieu acrescenta:

"*É necessário saber perceber uma relação inteligível - e uma contradição - entre estas duas formas de violência que coexistem na mesma formação social e às vezes na mesma relação: isto porque a dominação só pode se exercer sob a forma elementar, isto é, de pessoa à pessoa, que ela não pode se realizar abertamente e que ela deve se dissimular sob o véu das relações encantadas, cujas relações entre familiares oferecem o modelo oficial, em uma palavra, se fazer irreconhecível para se fazer reconhecer (...)*".

Há um tal abrandamento da violência nestes espaços percebidos como afetivos e descontraídos, que é finalmente a idealização do espaço industrial, anteriormente negado, que retorna com força na fantasia dos trabalhadores assalariados por nós estudados. De fato, embora existam relações afetivas, os assalariados mesmo recebendo presentes no lugar de pagamento, não perdem o sentido de realidade, como deixa claro um jovem trabalhador de uma unidade produtiva de bolos:

"(...) *É bom o trabalho aqui, mas sòmente quando a gente é de menor, porque se está contente com qualquer coisa (...). Mas é um trabalho onde*

não se tem carteira de trabalho nem nenhum direito (...). É por isto que eu prefiro a fábrica, lá se tem direito a férias, e se tem outros tantos direitos, a senhora compreende? Um salário e um emprego fixo, um emprego sério. É por isto que prefiro a fábrica (...)".

Trata-se então de um tempo e de um espaço que são postos em questão nestas imagens, e é exatamente por esta razão que a unidade familiar de produção é percebida, algumas vezes, como alguma coisa de efêmera, o que alimenta em alguns assalariados o projeto permanente de trabalhar em uma fábrica.

Como eles não se dispõem a entrar em conflito com os pais ou parentes, ou com os proprietários no caso dos assalariados, as referências sobre os parentes empregadores são, na maioria dos casos, sempre positivas. É comum representá-los como verdadeiros parentes, verdadeiros amigos, sendo então obrigados de, em caso de alguma insatisfação, fazer uso de mil justificativas, o que mostra a dificuldade que sentem de encarar os familiares ou empregadores como integrantes do grupo social dos fornecedores de emprego, com todas as implicações que decorrem desta classificação. É assim que eles mostram o desejo por soluções individuais, que dificilmente levarão a mudanças em suas situações pessoais e ainda menos no meio social a que eles pertencem.

No que tange aos proprietários, os presentes, os donativos e a flexibilidade de horário que permite aos empregados terem outras atividades remuneradas ou então se instalarem por sua própria conta, todos esses aspectos representam uma maneira de abrandar o peso dos direitos dos trabalhadores que não são respeitados, de disfarçar a exploração, e ao mesmo tempo de enriquecer a fantasia ligada a imagem do mestre artesão.

A ética familiar

É impensável, então, para os filhos colocar em questão as atitudes de seus pais. Mesmo que percebam e critiquem os aspectos anárquicos do trabalho, o não respeito dos horários, o baixo nível de remuneração, ou às vezes a ausência total de pagamento que, no fundo, não passam de mecanismos de exploração sentidos de uma forma mais ou menos consciente, mas sobre os quais se silencia ou se procura soluções indiretas, como é o caso de buscar emprego fora da unidade produtiva ou então tornar-se o fornecedor do próprio pai.

Assim, através dos discursos dos entrevistados do setor de alimentação, proprietários ou auxiliares, parentes ou não, o que se observou foi uma espécie de jogo estratégico: aquele de uma cumplicidade silenciosa, regulamentada pela ética familiar, onde funcionam alternadamente a instrumentalização e os afetos. Trata-se talvez de uma maneira de tornar suportável esta situação enquanto se espera por um futuro distante e sempre protelado.

Vejamos agora o que se passa no setor da confecção.

O setor de confecção

Convém lembrar que a força de trabalho do setor de confecção é constituído exclusivamente por mulheres. Elas compõem o grupo tanto das proprietárias como das auxiliares, parentes ou assalariadas.

O discurso competente: a arte no trabalho

Diferentemente do setor alimentar, a organização do trabalho no setor da confecção, a divisão das tarefas e das responsabilidades se dão de uma forma mais nítida, seja nas unidades registradas ou não. O que aparece sempre nos discursos dos sujeitos é uma argumentação favorável à centralização das responsabilidades nas mãos da proprietária e das auxiliares que têm com ela laços de parentesco. De fato, o corte - momento mais importante do trabalho na confecção -, a prova e também a administração do estabelecimento ficam sob a responsabilidade direta da proprietária, e fazem parte de seu domínio exclusivo por razões de competência e da posição que ocupa na unidade produtiva. As auxiliares-parentes ficam as tarefas que colocam a unidade econômica em relação com o exterior: pagamentos, compra, encomendas. As auxiliares assalariadas são atribuídas a embalagem e o acabamento das peças, atividades e tarefas, portanto, mais fáceis de executar.

Os discursos das proprietárias são geralmente fortemente egocêntricos. Eles se constróem em torno da questão da competência profissional, da criatividade que possuem e da originalidade do estilo que elas imprimem a suas confecções.

Na confecção, onde as referências à dimensão do espaço são quase ausentes - talvez em razão da qualidade das casas, que, em geral, têm peças mais amplas e mais numerosas -, a dimensão do tempo ao contrário está presente como um aspecto fundamental para o êxito do trabalho. Daí a preferência pelo estilo pronta-entrega que, por ser mais rápido no ato de executar, responde melhor ao ritmo do tempo, segundo a concepção de certas profissionais da moda.

O tom dinâmico do discurso de auto-elogios, dando ênfase ao reconhecimento público da qualidade da marca, é reforçado nas verbalizações das proprietárias das unidades registradas. Aqui o perfil do profissional é traçado pelo trabalho feito com arte. Ele exprime a criatividade e a originalidade do produtor, e implica um tal investimento pessoal que ele adquire um sentido simbólico muito forte, onde o criador se confunde com sua criação. A imagem do trabalho é então a imagem do eu:

"(...) *É por isto que digo para senhora que é uma arte, porque ele (o trabalho) é alguma coisa que vem de você mesmo* (...)".

Na confecção, a qualidade, a estética, a originalidade têm um papel central e por conta disto os projetos são muito ambiciosos: ter uma marca reconhecida que ultrapasse as fronteiras do local da produção. Nas falas de algumas das proprietárias há referências críticas à estandartização e à costura em grande escala, esta entendida como um grande obstáculo à criatividade e à livre expressão.

A centralização das tarefas pela proprietária não simboliza somente sua carta da recomendação, ela é também, para algumas delas, um mecanismo para evitar a socialização de um saber especializado, como é o caso do corte. Se este saber é partilhado, corre o risco de tornar-se um elemento para que a mão de obra exija melhores salários ou que ela deixe a unidade para encontrar fora alguém que a empregue no nível de salário pretendido. Assim, guardar os segredos de certas atividades produtivas é um meio de rebaixar os salários pagos e uma maneira de se defender contra a concorrência e é também uma característica dos períodos de crise, mais ainda, isto nos lembra as antigas corporações artesanais da Europa, tão bem descritas por Huberman (1981) e Jaegler (1982), em que um dos momentos mais característicos é justamente aquele onde os mestres começam a deter o controle total e exclusivo de certas etapas do processo produtivo, que eles chamam o "segredo do metier".

Controle do saber, das responsabilidades, o partilhar das tarefas da prova, do acabamento e do engomar com as não especialistas. Como estas auxiliares, parentes ou assalariadas, percebem esta divisão das tarefas? Que concepções elas fazem de si mesmas?

"(...) *Nós nos sentimos como estando numa prisão, não se tem nunca pausa para nada, a senhora sabe? As pessoas são muito exigentes, eu não sei por que...Eu não gosto disso! (...) É sufocante! A costura exige muito da gente. É muito fatigante! Exige muito esforço(...)* ".

Este sentimento de opressão de um tempo homogêneo e opressor, sentido por algumas auxiliares assalariadas em função das tarefas repetitivas e sem criatividade, torna-se mais forte por conta do baixo nível de remuneração. As auxiliares parentes, tal como acontece no setor de alimentação, não conhecem melhores formas de remuneração, daí frequentemente desejarem encontrar um emprego fora ou realizar na própria unidade produtiva toda uma série de atividades suplementares.

A insatisfação das assalariadas é contornada pelas proprietárias perspicazes através de estratagemas que tomam a forma de tratamento amistoso de dividir a clientela, para que as assalariadas possam trabalhar por sua própria conta. Tal como no setor alimentar, estes procedimentos só fazem adiar para mais tarde o afrontamento direto dos conflitos. Estas práticas afetivas desenvolvidas em relação às assalariadas fazem com que as relações de trabalho tornem-se frouxas, principalmente quando a solução apresentada para enfrentar os baixos salários é aquela de tornar flexível o horário de trabalho, de maneira que a auxiliar assalariada possa ela mesma ter seu próprio negócio. Esta solução parece ser a melhor para ambas: a proprietária não pagando o que não pode e facilitando à sua auxiliar ascender socialmente, através do acesso a sua própria unidade.

Esta postura tem efeitos sobre o imaginário das assalariadas, sobretudo quando se sabe que em geral elas vivem em situação sócio-econômica bastante dura. O trabalho por conta própria torna-se para elas uma espécie de solução que permitirá se distanciar das difíceis condições nas quais elas vivem no presente.

O tempo no trabalho, o trabalho no tempo

Ao contrário do que observamos no setor alimentar, a dimensão tempo desempenha na confecção um papel capital. O tempo da moda, o acompanhamento das novidades, tudo isto é importante para não se ficar desatualizado. Trabalhar com a moda e trabalhar, continuamente, com o tempo e a experiência. Daí a busca por uma atualização constante.

A atualização é uma maneira de permitir a expressão da criatividade, de assegurar a singularidade e de evitar a estandartização. Vive-se no hoje o amanhã; dialoga-se com um outro cronos, o tempo presente e o tempo futuro.

Para acompanhar a rapidez do tempo, responsável pela mudança de estilo, alguns proprietários escolhem paradoxalmente a pronta-entrega e fazem apelo à máquinas ágeis; elas assim se livram do peso do trabalho criativo e singular para substituí-lo pela quantidade, que repete ao infinito um mesmo modelo, o que caracteriza todo o trabalho em grande escala.

Não se tem mais tempo a consagrar ao trabalho personalizado, como nos ateliês tradicionais, onde predomina a confecção de modelos singulares, exclusivos, cheios de detalhes e de refinamentos, cujas concepção e criação absorvem todos os momentos do tempo das trabalhadoras. Ali, as máquinas só entram como acessórios que não rivalizam com as mãos hábeis e cuidadosas das costureiras. Estas, que constituem o eixo central da produção, conduzem todo o processo com suas aspirações, escolhas e trocas de idéias. O sujeito mergulha inteiramente no ato produtivo e define seus próprios ritmos e cadências de trabalho.

Com a pronta entrega, o processo se inverte. As máquinas ágeis substituem o ato criativo pela estandartização e a repetição das peças; o sujeito torna-se acessório e deve dali em diante seguir um ritmo em conflito com o acabamento estético da roupa.

Assim, as valorizações do trabalho enquanto arte e criatividade começam a ceder lugar ao ritmo racional que garante o lugar no mercado consumidor. As habilidades pessoais passam para o segundo plano, as máquinas mais modernas ganham a prioridade, a rapidez torna-se a norma.

A outra face das mudanças com a expressão mais personalizada do trabalho e que é submetida atualmente às pressões do ritmo industrial, é a imposição de uma outra organização do tempo de trabalho, o afastamento

das auxiliares mais habeis e a retomada dos ateliês. De fato, observamos ao longo de nossa pesquisa que a jornada de trabalho se organiza de maneira a permitir às auxiliares terem tempo disponivel para se ocupar de um ateliê delas proprias.

Estas mudanças nas relações de trabalho, minimizando as pressões que decorrem das irregularidades em relação à lei, assinalam a concretização de um sonho percebido como distante, aquele de possuir seu próprio ateliê de costura.

Do exposto depreende-se que alimentando a ética familiar, os proprietários imobilizam seus parentes e evitam a confrontação que, neste contexto, não podem de nenhuma forma se manifestar por conta do cumprimento das obrigações afetivas e dos deveres familiares.

Da mesma forma, porque se trata de trabalhadores parentes, os laços de gratidão e de obrigação moral, interiorizados depois de tanto tempo, são extremamente dificeis de desfazer. Os laços afetivos de camaradagem e de solidariedade impedem os trabalhadores de ambos os setores se lançarem em ações judiciais para restabelecer os direitos perdidos.

Além disso, a dispersão e a heterogeneidade das unidades produtivas impedem a construção de uma identidade profissional e de práticas de caráter mais coletivos para questionar as irregularidades existentes. Descontentamentos sobre o individualismo dominante neste meio foram observados em sujeitos pertencentes a estes espaços produtivos, quer se trate de proprietários ou de trabalhadores.

Transformando as relações de trabalho naquelas de companheirismo, os proprietários dos dois setores abafam os conflitos e estimulam nos trabalhadores a imagem de um empregador que não é mais percebido como diferente, mas como semelhante, que partilha os mesmos interesses e os mesmos projetos.

E assim se vê confirmada nossa hipótese de trabalho sobre o silêncio a respeito das irregularidades nas pequenas unidades produtivas, tendo em vista as formas diluídas que essas assumem na "coreografia" afetiva da gestão das relações, bem como na forma como os sujeitos idealizam a organização do tempo e do espaço no cotidiano dessas unidades produtivas.

Bibliografia

BATTAGLIOLA, Françoise. Employés et employées - Trajectoires professionnelles et familiales. In **Le sexe du travail**. Grenoble: PUG, 1984

BOURDIEU, Pierre. Les modes de domination. In **Actes de la recherche en Sciences-Sociales,** 2-3, 1976.

CHABAUD-RICHTER, Danielle, FOUGEYROLLAS SCHWEBEL, Dominique e SONTHONNAX, Françoise. **L'espace et le temps du travail domestique.** Paris: Meridien, 1985.

HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

JAEGLER, Christine. **Artisanat et Capitalisme l'envers la roue de l'histoire.** Paris: Payot, 1982.

MOREIRA, Eliana Monteiro - **"Non, je ne veux plus être le serf de personne" : le cas de la petite unité de production à João Pessoa**. Tese de doutoramento em Sociologia. Université de Picardie, Amiens: 1994.

PAIVA ABREU, Alice R. e SORJ, Bila (org.). **O trabalho invisível: estudo sobre trabalhadores à domicílio no Brasil.** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

SOCIALISMO E DEMOCRACIA

José Arlindo Soares

Este trabalho tem como objetivo discutir como a questão democrática foi concebida pelas diversas correntes que constituíram o marxismo, no momentos históricos que marcaram os contornos definitivos da teoria e praxis desta doutrina. Tomamos como referências, especialmente, os fundamentos do pensamento político de Marx e os debates ocorridos entre seus principais seguidores, no período compreendido entre a segunda e o início da Terceira Internacional (final do século XIX até a segunda década do século XX).

Como em relação ao Estado, o marxismo clássico não tratou de forma sistemática e analítica a democracia como forma de governo ou como regime político. As referências principais sobre o tema estão nas análises sobre a transição do capitalismo para o socialismo e nas críticas aos limites da chamada "democracia burguesa".

Para encontrar uma certa lógica analítica no tema é necessário partir de problemas que são mais estruturais dentro do pensamento marxiano. São questões que partem da visão antagônica da sociedade dividida em classes, passam pela idéia do Estado como instrumento exclusivo das classes dominantes e chegam à concepção teleológica da história, na qual se inscreve a vitória final do socialismo como inevitável e dentro de uma lógica ditada pelas contradições do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Evidentemente não pretendo tratar de todas as questões acima enumeradas, mas, tão somente tomá-las como referencial nas discussões sobre o significado da democracia para o marxismo ortodoxo e para as principais correntes que se reclamaram também marxistas.

Por outro lado, ao analisar a "questão democrática" na estruturação do pensamento marxista, procuraremos ressaltar dois aspectos específicos que, no nosso entender, ajudam a uma melhor compreensão da débâcle do socialismo nos países do Leste e da profunda desestruturação teórica desta concepção política.

O primeiro, mostra que a oficialização do marxismo escondeu a riqueza de interpretações de outras visões socialistas, que colocavam alternativas teóricas e programáticas para o curso dos acontecimentos sociais no momento histórico decisivo para a sua consolidação doutrinária e para o formação da identidade política do movimento socialista internacional. O segundo, discutir a validade das interpretações correntes que, até pouco tempo, consideravam a ausência de democracia no "socialismo real" como um desvio da aplicação do método, tanto por questões conjunturais como pela ascensão ao poder de uma burocracia autoritária, sob o comando de Joseph Stalin.

Reconheço obviamente que este temas não são novos, e portanto o trabalho não pretende elucidar questões ainda não esclarecidas. A pretensão é de apenas sistematizar questões.

O Período Estruturador

Como não existe uma teoria sistemática de Marx sobre o Estado e a democracia, diversas nuances de seu pensamento sobre estas questões aparecem nas críticas ao idealismo hegeliano, nas suas análises sobre situações históricas específicas (Revolução de 1848 - 18 Brumário - a Comuna de Paris) e nas proclamações políticas, como no Manifesto Comunista.

O roteiro da produção intelectual de Marx, que começa pelos estudos de Direito, de Filosofia e de História, tenderiam a identificar uma maior sistematização de conceitos sobre a natureza do Estado e dos regimes políticos (Weffort, 1989), mas termina localizando na economia os elementos determinantes de todas as relações sociais e políticas. Preocupando-se

fundamentalmente em analisar criticamente o surgimento e o desenvolvimento da economia capitalista, Marx praticamente isola os outros elementos que constituem a sociedade, tratando-os como simples epifenômenos das estruturas econômicas.

Para um melhor entendimento das interpretações do pensamento de Marx sobre os fenômenos políticos (Estado e democracia) cabe tomar algumas passagens de suas análises em várias conjunturas, que terminaram servindo de base não só para a teoria, mas particularmente para a prática política das principais correntes marxistas.

As incursões teóricas de Marx na tentativa de explicar as transformações políticas da sociedade de sua época, e daí derivar algumas leis mais gerias sobre o comportamento da sociedade burguesa, têm suas premissas quer na crítica do idealismo filosófico alemão quanto no reconhecimento do que chamava de "limitações das revoluções burguesas" (Marx, 1969). Ao criticar o caráter limitado das revoluções produzidas pela burguesia, Marx introduz a separação entre a emancipação política e a emancipação social, conceitos que causaram grandes polêmicas e mesmo se constituíram em divisores inconciliáveis, tanto em relação à tática de atuação quanto em relação à concepção de sociedade, por parte dos diversos grupos que se reclamaram herdeiros do pensamento do grande filósofo comunista.

"O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode se livrar de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre..." (Marx, 1969: 22).

O limite do qual o Estado burguês se livra seriam as amarras oriundas das distinções pelo nascimento, educação ou ocupação. Esta universalização de direitos, segundo Marx, não impede, mas pelo contrário consolida as distinções que têm por base a propriedade privada. Desta forma conclui que a emancipação política não impede que "a propriedade privada, a educação e a ocupação atuem a seu modo, isto é, enquanto propriedade privada, educação e ocupação, e façam valer sua natureza especial..." (Marx, 1969: 22-29).

Mesmo considerando que o Estado, longe de suprimir estas diferenças, apenas existe sobre tais premissas, Marx reconhece que a emancipação política seguramente constitui um grande progresso. Mas que ela não é a

última forma de emancipação, porém é a última forma de emancipação no mundo atual (Marx, 1969).

Nestes escritos de juventude, Marx se caracterizava como crítico da democracia burguesa e assumia ao mesmo tempo a postura de um democrata radical. Para ele a democracia seria realizada pela unidade entre o conteúdo e a forma. "Na democracia, o princípio formal é, ao mesmo tempo, o princípio material ..." Em outras palavras: "A democracia é, antes de tudo, a verdadeira unidade do universal com o particular." (Marx, 1968).

Esta concepção de democracia tende a desaparecer ou a ser relegada das interpretações sobre as idéias de Marx, à medida em que se coloca em discussão a tática de tomada do poder através de uma revolução socialista. Em lugar de buscar ressaltar a realização da democracia como a superação entre as condições formais e materiais, os problemas de forma e conteúdo passam a ser vistos como antagônicos. O regime democrático passa a ser encarado exclusivamente como sinônimo de "regime burguês".

Mesmo que as interpretações dominantes tenham optado pela quase exclusão da questão democrática no pensamento de Marx, sempre houve contestação de outras corrente que, também se reclamando marxianas, procuravam articular uma outra tática de atuação, justamente na valorização da democracia. no decorrer deste trabalho procuraremos reconstituir o posicionamento destas tendências.

Na seqüência do pensamento de Marx, encontra-se a contribuição que, em nosso entender, vai efetivamente moldar a doutrina do chamado socialismo científico e vai, de certa forma, marcar de maneira decisiva as divergências das correntes políticas que tinham as análises marxianas como matriz de suas intervenções políticas.

A "idéia-força" de Marx, partia do entendimento de que as condições materiais de uma sociedade são a base de sua estrutura social e da consciência humana ou do conjunto das vontades individuais.

A formulação teórica clássica, que vai embasar inúmeras derivações de seus seguidores, está contida em um texto fundamental, "Contribuição à crítica da Economia Política".

"Na produção social de sua vida, os homens entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem um grau determinado de desenvolvimento de

suas forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona, de forma geral, o processo de vida social, político e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua forma de ser, mas ao contrário, é a sua forma de ser social que determina sua consciência." (Marx & Engels, 1983).

Este enfoque metodológico não implica necessariamente em desconhecer o significado da democracia para a emancipação social, mas coloca o problema um função de subordinações claramente determinadas na esfera econômica, e obedecendo a leis inexoráveis da história. Como consequência, temos uma metodologia que, partindo do conhecimento das "leis inconscientes da história", coloca a possibilidade de transformá-las em regras conscientes de ação. Estas idéias, que estão desenvolvidas de forma mais radicalizada no Manifesto Comunista (1948), vão não só marcar profundamente os posicionamentos dos partidos socialistas, como servirão para esquematizar colocações teóricas, algumas vezes, descoladas das próprias transformações ocorridas na realidade objetiva.

Das derivações resultantes das premissas teóricas acima enunciadas, podemos destacar os seguintes aspectos: o socialismo está inscrito nas leis objetivas do desenvolvimento histórico; a superação do capitalismo se dá em função do esgotamento de suas próprias contradições; o determinismo das condições objetivas não elimina a ação dos homens fazendo a história, mas condiciona esta ação em razão de uma causalidade ontológica.

Depois destas conceituações baseadas na ordem econômica da sociedade, um segundo paradigma, de natureza mais política, consegue imprimir uma marca aos seguidores de Marx, trazendo também divisões e consequências para a doutrina e para a prática política dos movimentos socialistas. Trata-se da conceituação do Estado e da luta de classes, que passa também a ter um caminho marcadamente determinista, deixando de lado as formulações da obras mais filosóficas que incorporavam a democracia como um problema do socialismo. Para o jovem Marx, o Estado tinha vida própria separada da sociedade civil, o que não acontece com a visão posterior do Estado como mero comitê executivo da classe dominante.

Com o Manifesto Comunista se define a concepção que dará marca à ortodoxia comunista. O determinismo se estende ao campo político. O

aparelho estatal passa a ser entendido simplesmente como o "poder organizado de uma classe sobre outra". Como a exploração do proletariado pela burguesia era garantido, no essencial, por meios coercitivos, mediante a utilização dos aparatos repressivos do Estado, somente pela violência seria possível destruir as relações de produção e o Estado capitalista e construir o socialismo.

Desaparece assim qualquer vestígio de transformação democrática. De acordo com o Manifesto, a história da guerra civil mais ou menos latente que mina a sociedade burguesa terminará se transformando em uma revolução declarada e na qual o proletariado estabelecerá a sua dominação pela derrubada violenta da burguesia.

Mais tarde, na Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado (1884), Engels populariza os conceitos fundamentais de Marx sobre as relações entre as condições materiais da sociedade e sua estrutura social e o Estado. Nesta obra ele reforça a idéia de que o Estado tem origem na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos e que esse controle é realizado pela classe dominante mais poderosa na sociedade. (Carnoy, 1990).

Como já mencionamos, em razão de não existir uma teoria sistemática sobre o Estado e a democracia nos escritos de Marx, fica sempre uma margem para descobertas de posições ambíguas e mesmo contraditórias. Até mesmo autores contemporâneos ainda procuram encontrar raízes de uma valorização da democracia no conjunto do pensamento de Marx e Engels.

Tomando como referência Hal Draper (1977), Cannoy admite que Marx e Engels viam duas faces na questão da democracia. As duas faces estão relacionadas justamente com as duas classes que lutam no interior da sociedade capitalista. "Uma delas consiste na utilização pela classe dominante das formas democráticas (eleições, Parlamento) como meio de oferecer a ilusão de participação das massas ao Estado, enquanto que o poder econômico da classe dominante garante a reprodução das relações entre capital e trabalho na produção. Na outras face, está a luta para dar às formas democráticas um novo conteúdo social ou de massas, impelindo-as aos extremos democráticos do controle popular a partir da base, incluindo a extensão das formas democráticas na esfera política para toda a sociedade." (Draper, 1977: 310).

Mais recentemente, em um colóquio internacional na Sorbonne, Yvon Quiniou procura mostrar um conteúdo democrático no próprio Manifesto Comunista, ao afirmar que Marx descreve o socialismo como um movimento de "uma imensa maioria". Segundo este autor, esta simples observação, se ligarmos a outros aspectos da teoria como um todo, revela uma matriz democrática essencial no pensamento de Marx (Quiniou, 1992). No entretanto, acrescenta Quiniou: "É o capitalismo desenvolvido quem fornece os meios e também os agentes da realização da democracia socialista." (1992: 134).

Fazendo essas considerações, o autor quer provar que a crise se deu em função de o leninismo ter imposto o socialismo em condições em que "os meios materiais e os agentes sociais" não estavam preparados ainda para garantir a sua realização. Neste caso, a crise atual representa o fim do leninismo, e não a morte do marxismo.

Estas tentativas de recuperar Marx pelo caminho da democracia podem efetivamente ajudar na formulação de um programa para o século XXI, como quer Konder (1992), na medida que ampliará os horizontes da esquerda na sua difícil tarefa de se diferenciar competentemente dos liberais. Porém não ajuda muito a compreensão da débâcle do socialismo neste final de século. Na verdade, se os problemas do Estado e da democracia, do voluntarismo ou do determinismo representam os pontos de inflexão que moldaram em um determinado momento histórico os contornos definitivos da teoria e da prática socialistas, esta momento histórico a que nos referimos é justamente aquele que registra com maior riqueza o debate das idéias socialistas, e que corresponde a uma etapa estruturadora/desestruturadora da doutrina marxista.

Esta estruturação/desestruturação representa, de um lado, a consolidação de uma doutrina oficial, e de outro, também a consolidação política de uma vertente dissidente, a social-democracia que, reclamando-se marxista, tomou na verdade uma grande distância de suas origens.

Ortodoxia e Terceira via

A última década do século XIX representa o final do ciclo das revoluções européias, iniciadas em 1848, e uma retomada da expansão do sistema capitalista. A iminente revolução socialista na Europa não ocorreu, mas em compensação a classe operária obteve razoáveis ganhos materiais e

políticos. Os sindicatos adquirem "representatividade de massa" em vários países e os partidos socialistas passam a ter efetivamente uma base nacional. De modo especial na Alemanha, o Partido Operário (social-democracia) cresce impetuosamente, tornando-se a referência de todo o movimento socialista internacional.

Um outro núcleo revolucionário desponta na arcaica Rússia, impulsionado pela crise das estruturas tradicionais provocada pelo que Trotsky consagrou como a "teoria dos elos", ou seja, o capitalismo se desenvolvia de forma desigual e combinada, integrando-se internacionalmente e dando margem a superação de estágios atrasados de cada formação social específica. Se o ímpeto revolucionário do Ocidente diminuía, a revolução de 1905 na Rússia parece acender uma nova perspectiva nas previsões sobre o colapso a curto prazo do sistema capitalista.

Neste quadro político é que vai se definir a disputar pela herança histórica do marxismo através da confrontação de tendências distintas que marcarão, até este final de século a história da teoria e da praxis dos movimentos socialistas internacionais.

O historiador inglês Eric Hobsbawn (1986) empreende uma periodização deste curto e intenso período (1880-1914), que ajuda a compreender e acompanhar as principais linhas que nortearam o pensamento socialista depois de Marx até os nossos dias. Segundo Hobsbawn, embora o período examinado (Segunda Internacional) abarque pouco mais de um quarto de século, ele não pode ser considerado uma unidade indiferenciada. Pelo menos três fases merecem ser distinguidas. A primeira abrange os anos 80 e o começo dos anos 90. Caracteriza-se pelo nascimento de uma série de partidos socialistas e operários de tendências socialistas e marxistas . Nesta fase ainda se trabalhava com a impressão de um colapso iminente do capitalismo, e embora não estivesse sistematizada uma teoria da revolução, a expectativa era de otimismo e de esperança na realização da "utopia" a curto ou médio prazo.

A segunda fase, dessa divisão ,data dos meados dos anos 90, "quando se tornou evidente a retomada da expansão capitalista em escala mundial" (1986: 79). Os movimentos de massa, socialistas e operários, continuaram a se desenvolver, embora com algumas flutuações e reflexos sobre as posições políticas de vários dirigentes sindicais. Começam a aparecer artigos sobre a "crise no marxismo", que se generalizou pelo chamado "debate revisionista". Na sequência deste trabalho, trataremos mais detalhadamente deste debate,

que consideramos de vital importância para o desdobramento do pensamento e das práticas dos movimentos socialistas até os nossos dias.

Finalmente, a terceira fase é iniciada pela revolução russa de 1905 e se estende até 1914, quando ocorre o rompimento definitivo no seio das principais correntes marxistas internacionais. O deslocamento do movimento revolucionário para a Europa Oriental revitaliza a esquerda mais radical tanto no interior dos partidos como no campo sindical. Por outro lado, verifica-se também um acelerado crescimento das lutas institucionais, aumentando a presença, nos parlamentos, dos partidos operários.

O debate revisionista

A primeira reação mais expressiva da retomada da expansão capitalista (final do século XIX), seguida de uma maior democratização na sociedade, veio de Eduard Bernstein, destacado teórico do Partido Social-Democrata Alemão, herdeiro e testamenteiro literário de F. Engels. O questionamento inicial de Bernstein dirigia-se à interpretação marxista da "inexorabilidade do colapso iminente do sistema capitalista". Em sua obra intitulada "Os Pressupostos do Socialismo", o principal teórico do marxismo alemão, chamava atenção para a nova configuração do sistema produtivo capitalista, que com o surgimento da cartelização, do crédito e de um maior conhecimento das leis da economia proporcionaria ao sistema condições capazes de bloquear a sua desagregação. Nesta direção, Bernstein (1974) causava espanto ao afirmar que a crise do capitalismo não era iminente, nem inevitável, nem mesmo necessária (Flescher, 1986; Lyra, 1989).

Por outro lado, as contradições antagônicas que Marx analisou, como a que opõe a socialização crescente da produção à apropriação cada vez mais privada, estariam se amenizando progressivamente. Para Bernstein, o sistema de sociedade por ações faz crescer consideravelmente o número de proprietários, enquanto as pequenas e as médias empresas permaneciam vigorosas. Por isso, concluía: "O sobreproduto social não é apropriado por um número decrescente, mas, ao contrário, por um número crescente de possuidores." (Bernstein, 1982)

Seguindo a mesma metodologia e utilizando as mesmas categorias de Marx, o líder da Social-Democracia Alemã chegava a conclusões opostas às dos fundados do Socialismo Científico. De modo algum Bernstein afirmava que a moderna economia capitalista pudesse, com a ajuda de créditos e de

associações industriais, libertar-se das crises ou mesmo garantir o "bem-estar para todos"; ele simplesmente observa que o mecanismo das crises no capitalismo concorrencial clássico não era mais inteiramente operante, e que, portanto, não cabia falar de um aguçamento das crises cíclicas.

Porém, a realização do "bem-estar social" estaria na dependência das relações de força no plano político e sindical. Neste campo, a conclusão também era oposta à de Marx. O Estado não se constituía num simples comitê executivo da classe dominante, mas um instrumento para resolver a contradição entre a emancipação política e a emancipação social. Neste caso, a democracia parlamentar seria a forma adequada para a transformação revolucionária da sociedade.

"A democracia é ao mesmo tempo o meio e o fim. É o meio de luta pelo socialismo e é a forma da realização do socialismo." (Bernstein, 1982: 282).

Embasado célebre prefácio de Engels ao livro de Marx dedicado às lutas de classe na França, Bernstein desenvolve a teoria da passagem gradual do capitalismo ao socialismo via atuação parlamentar. Para ele, a transição da sociedade capitalista para a socialista deve ocorrer gradualmente, utilizando a democracia e colocando na perspectiva a elevação do trabalhador da condição social de proletário à de cidadão. Neste sentido, a "Social-Democracia não visa substituir a sociedade civil por uma sociedade proletária, mas a ordem social capitalista por uma ordem social socialista." (1982)

É importante assinalar que Bernstein não se propunha apenas interpretar o marxismo, mas revisá-lo. Daí a expressão "revisionismo", que passou a se constituir em uma categoria que explica e sintetiza, uma determinada concepção de reformas políticas e sociais em direção ao socialismo, mantendo diversas relações capitalistas.

Respondendo aos ataques que recebeu da maioria do partido, Bernstein chama atenção para a compatibilização entre o discurso e a prática, que envolvia não apenas uma questão tática como também uma questão ética:

"A social-democracia deve encontrar a coragem de se emancipar de uma fraseologia superada e aparecer de fato como ela é hoje em realidade: um partido de reforma, democrático e socialista." (1982)

As respostas às teses de Bernstein foram rapidamente esboçadas por lideranças social-democratas. Na Alemanha, a defesa da ortodoxia foi comandada inicialmente por Kautsky e Rosa Luxemburgo. Não é objetivo deste trabalho levantar as questões internas desta discussão, mas tão somente firmar as colocações teóricas que se desdobram como tendência e influenciaram decisivamente os rumos dos movimentos socialistas. Tomaremos as posições de Kautsky, não nas respostas a Bernstein, porém na sua polêmica posterior com Lênin, pois, em nosso entender, com esta polêmica vai se concluir um ciclo do pensamento socialista e projetar consequências até a atual crise do Leste europeu, e também influenciar o projeto de bem-estar social preconizado pela Social-Democracia, quando afastou-se de sua matriz marxista.

Retomando o tema central de nosso trabalho, cabe situar o desdobramento do revisionismo bernsteiniano sobre a Rússia, sem dúvida o outro pólo mais importante do pensamento marxista no início do século.

No Segundo Congresso do partido Social-Democrata dos Trabalhadores Russos, realizado em 1903, os delegados se dividiram em dois grupos que de certa forma refletiam as discussões sobre a ortodoxia e o revisionismo que estavam ocorrendo em outros países, mas adaptadas a uma realidade bastante diferente. O primeiro grupo (majoritário no partido) era liderado por Lênin e tinha na questão da organização de um partido de quadros de estilo centralizado a principal caracterização de suas teses. Na questão da passagem do capitalismo para o socialismo, nas condições da Rússia de 1903, o próprio Lênin não tinha clareza sobre o caráter socialista da revolução russa. Apenas Trotsky (aliado organicamente aos mencheviques) desenvolvia a tese da possibilidade de o socialismo ser aplicado imediatamente em países atrasados como a Rússia, em razão do que ele chamou de natureza do processo desigual e combinado do desenvolvimento capitalista. (Trotsky, 1982).

O grupo deste importante congresso, denominado de mencheviques (minoria) discordava de Lênin nas questões de organização do partido e dos conceitos de democracia. Na verdade o que estava em jogo eram os critérios de participação política dos bolcheviques, que, segundo Martov (Salvatori, 1982), levariam a uma ferrenha ditadura de um grupo.

Posteriormente estas divergências vão se desdobrar para questões mais de fundo como o caráter da revolução russa, os problemas da democracia

parlamentar, o respeito ao voto direto e secreto, a questão camponesa e de modo especial a ditadura do proletariado.

Estas concepções deram motivo a muitas divergências entre os socialistas da Rússia pré-revolucionária, mas a oposição sistemática às teorias de Lênin vieram da Direção da Segunda Internacional, através de Karl Kautsky.

O partido bolchevique levou a cabo, na Rússia tzarista, uma revolução de tipo insurrecional, com a derrubada violeta do Esta oligárquico/ capitalista, através da ação de grupo minoritários de ativistas. Embora revelasse uma concepção "putchista" do poder, a forma de fazer a revolução não despertou inicialmente muitas divergências.

Os problemas reais estavam na concepção sobre as possibilidades de implantar o socialismo em um país em que as forças produtivas capitalistas não estavam plenamente desenvolvidas. O próprio Lênin, até abril de 1917, não estava ainda convencido da possibilidade de o socialismo ser implantado sem uma etapa de transição. Porém na questão do partido e do método de ação de Lênin se apega ao Manifesto Comunista para defender ferrenhamente a ditadura do proletariado. Para Lênin, a ditadura do proletariado deve funcionar como um poder "que se apoia diretamente na força e não e submetido a nenhuma lei", devendo, por conseguinte, "os exploradores" serem esmagados pela classe oprimida, e excluídos da democracia. (Lenin, 1978, 1979, 1968).

Tomando como referência empírica a situação da Rússia, Lênin pretendia imprimir às suas teses um caráter de universalidade, uma vez que sua análises se baseavam no método científico do Materialismo Histórico. Desta forma, em seu livro "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky" ele desqualifica qualquer possibilidade de transformação social através da via democrática:

"Democracia continua sendo e não pode deixar de ser, sob dominação capitalista, um regime estreito, acanhado, mentiroso, hipócrita, um paraíso para os ricos, armadilha, engodo, para os explorados e os pobres." (Lenin, 1979: 106-110)

Com relação ao parlamento, o líder bolchevique considerava essa instituição como um instrumento das classes dominantes e portanto hostil ao proletariado. Nestas condições, a participação nas instituições burguesas não

pode ser feita como uma estratégia essencial ao proletariado, já que, na verdade, elas são visceralmente anti-democráticas. No máximo, pode-se admitir como tática instrumental, uma vez que para Lênin não se deve desprezar nenhuma oportunidade para utilizar as brechas da "democracia capitalista" sempre que isso for útil ao proletariado, mas sem nunca perder de vista "a estreiteza e a relatividade do parlamentarismo burguês" (Lenin, 1979: 109-110).

Por sua vez, Kautsky desenvolvia um juízo de valor absolutamente oposto em relação à democracia parlamentar. A sua preocupação era demonstrar que a práxis democrática não é apenas necessária para o proletariado ganhar maturidade, como é essencial para transformar a sociedade. Seguindo os caminhos de Bernstein, Kautsky termina desenvolvendo a tese da "hegemonia" pelo exercício da democracia, que permite ao proletariado adquirir as condições políticas de gerir o Estado. (Salvatori, 1982).

Na fase de transição do capitalismo para o socialismo, Kautsky admite a necessidade de uma "ditadura do proletariado", mas nos moldes da Comuna de Paris. Seria uma ditadura que manteria o controle operário sem o aniquilamento das liberdades e sempre colocando que o poder tem que ser submetido ao sufrágio universal (Kautsky, 1979).

É interessante ressaltar que, neste debate, Kautsky sempre se reclamou como intérprete do marxismo ortodoxo. Diferentemente de Bernstein, que admitia estar revisando o marxismo, o teórico considerado sistematizador do marxismo entendia as interpretações de Lênin como desvios teóricos resultantes de condições materiais ainda não amadurecidas.

Na análise sobre a revolução russa, o seu posicionamento sofreu variações ao longo dos acontecimentos. Saudou com entusiasmo todos os momentos revolucionários (fevereiro de 1905 e outubro de 1917), não se mostrando preconceituoso quanto à tomada de poder pelo bolcheviques, cuja superioridade estratégica sobre os mencheviques e os socialistas revolucionários reconhecei. Porém, depois da dissolução da Assembléia Constituinte e da evidente impossibilidade de um caminho democrático para a revolução; depois da ditadura política do partido bolchevique e depois deste se arvorar como modelo alternativo para a revolução mundial, Kautsky tornou-se intérprete da oposição ideológica da social-democracia ao bolchevismo.

Em "Terrorismo e Comunismo" afirmou, citado por Salvatori (1982), que a ditadura do partido bolchevique, só podendo se manter através do terrorismo, termina por produzir um regime de privilegiados políticos e sociais: uma autêntica "nova classe de funcionários", cuja vacação gera uma nova forma de bonapartismo, ou seja, de despotismo exercido por uma minoria armada sobre a maioria inerme.

Karl Kautsky procurou se situar entre o revisionismo, simplesmente caudatário do capitalismo, e o socialismo minoritário dos bolcheviques. Sua opção por uma "terceira via" mantinha em grande medida a metodologia ortodoxa baseada na teoria do valor e no desenvolvimento das forças produtivas, enquanto no campo político apontava para a perspectiva de construir o socialismo com base na construção de uma "hegemonia" proletária sobre o conjunto da sociedade, com a sanção do sufrágio universal.

A polêmica contra o bolchevismo continuou como uma constante de toda a atividade de Kautsky até sua morte em 1938. O stalinismo foi como uma prova de que o bolchevismo era impedido para uma tirania cada vez mais sem saída. Ao afirmar que o domínio do bolchevismo se constituía na prática em uma derrota do ideário socialista, Kautsky dizia temer que a déblâcle futura deste sistema levasse à déblâcle da própria idéia de socialismo.

Concretamente, a terceira via nunca se consolidou. No campo socialista, em razão da polarização que se estabeleceu entre o comunismo e a social-democracia. Esta última seguiu muito mais o caminho de uma administração leal e eficiente do capitalismo do que uma opção de socialismo democrático. Porém, nos últimos anos as formulações da terceira via renascem, numa nova contraposição ao liberalismo e às crises simultâneas do comunismo e da social-democracia (Estado de bem-estar social).

O acompanhamento das discussões no seio das correntes socialistas no período histórico que estamos examinando mostra claramente as bases doutrinárias e políticas que vão estar presentes ao longo deste século até o marco simbólico da queda do muro de Berlim. Concretamente, podemos afirmar que, do ponto de vista da luta de classes na Europa, o século XIX termina com o fim do ciclo das revoluções iniciadas na década de 40. Portanto, o século XX se inicia com as transformações na natureza das lutas sociais verificadas a partir dos anos 80/90. Esta transformação ocorre em duas direções: uma primeira expressa pelos partidos e sindicatos da Europa

Ocidental, que buscam atingir o socialismo através de mudanças parciais, pela via sindical e parlamentar. Uma segunda, que reacende o espírito da radicalização e da ação direta das massas, o que passa fundamentalmente pela consideração do Estado como um espaço inconciliável da luta de classes. Esta segunda direção, tomada pela revolução bolchevique na Rússia, contém a matriz de uma interpretação ortodoxa dos principais textos políticos de Marx.

Podemos considerar que, teoricamente, o período histórico supramencionado estruturou o pensamento crítico ao capitalismo com tal força, que não apenas orientou todos os desdobramentos da práxis socialista, até a crise atual, como não permitiu o desenvolvimento de nenhuma outra análise de caráter estrutural. Afora a teoria maoísta da revolução camponesa, e outras relativas às revoluções nacionais do terceiro mundo, o pensamento crítico baseado no materialismo dialético avançou em análises parciais do fenômenos sociais, mas não formulou uma concepção estrutural com condições de reorientar o desdobramento dos acontecimentos. Evidentemente que a rica contribuição de Gramsci foi a que mais se aproximou de uma reinvenção da interpretação marxista no contexto do capitalismo contemporâneo. Na verdade, porém, a contribuição de Gramsci no problema da hegemonia já se encontrava presente nas idéias revisionistas de Bernstein sobre a relação entre Estado e sociedade. Gramsci não consegue, no entanto, assumir essas raízes de seu pensamento, e se apega a determinações leninistas, que, em nosso entender, dificultam a apropriação de sua idéias por uma terceira via que se situaria entre o determinismo ortodoxo e o reformismo retórico dos partidos socialistas. O euro-comunismo foi a versão contemporânea mais aproximada desta perspectiva teórica, baseada em Gramsci, mas chegou fora de tempo e sem mais fôlego de se tornar uma alternativa de massa para os combalidos partidos comunistas.

Bibliografia

BERNSTEIN, Eduard. **Les Présupposés du Socialisme**, Paris: Seuil, 1974.

BERNSTEIN, E. Os Pressupostos do Socialismo - in Festscher Irving. - Bernstein, o **Desafio à Ortodoxia - História do Marxismo, 2.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 3ª ed. Campinas: Papirus, 1990.

DRAPER, Hal. **Karl Marx Theory of Revolucion. Vol. 1, State and Bureaucracy.** New York: Monthly Review Press.

FETSCHER, Irving. Bernstein e o Desafio à Ortodoxia - in Hobsbawn, E. - **História do Marxismo, 2 - O Marxismo na Época da Segunda Internacional.**

HOBSBAWN, Eric. A Cultura Européia entre o Séc. XIX e o Séc. XX - in **História do Marxismo, 2 - O Marxismo na Época da Segunda Internacional**.

KAUTSKY, K. **Terrorismo e Comunismo.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

KAUSTSKY, K. **La Revolucion Social/El Camino del Poder**. Ediciones de Pasado y Presente. México: 1978.

KONDER, Leandro. **O Futuro da Filosofia da Práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÊNIN, W. **O Estado e a Revolução.** Rio de Janeiro: Progresso, 1947

__. **A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

__. Les Tâches Immédiates du Pouvoiu des Sovietes - **Oeuvres Choisies**, vol. 2. Moscou: Editions du Progrés, 1968.

LYRA, Rubens. Leninismo e Social-Democracia - in **Textos de Teoria Política,** João Pessoa: UFPB, 1989.

MARX, K. **A Questão Judaica.** Trad. de Waldimir Gomide. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

__. **Crítica de la Filosofia del Derecho de Hegel.** Buenos Aires: Ediciones Nuevas, 1968.

__. Contribuição à Crítica da Economia Política - in **Teoria e Processo Histórico da Revolução Social - Marx - Engels** - (Org. Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1983.

MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista - in **Marx-Engels-História** - (Org. Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1983.

QUINIOU, Yvon. Morte de Lênin, Vida de Marx - in **Socialismo Impasses e Perspectivas** - (Org. Rubens Pinto Lyra). Editora Página Aberta. São Paulo.

SALVATORI. Kautsky entre Ortodoxia e Revisionismo - in Hobsbaw, E. **História do Marxismo, 2**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1982

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente.** Lisboa: Presença, 1972

WEFFORT, Francisco C. Marx: política e revolução - in **Os Clássicos da Política** , vol. 2. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

A IDENTIDADE COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL[1]

Maria Antonia Alonso de Andrade

A noção de identidade

A noção de identidade é objeto de pesquisa de várias disciplinas da área de Ciências Humanas onde vem sendo tratada sob perspectivas e abordagens diversas.

O grande divisor de águas é aquele que diferencia as abordagens de tipo individualista daquelas que consideram existir uma "interestruturação da identidade individual e das identidades sociais (Malrieu, 1979). Esta última posição equivale a admitir uma interdependência entre o Eu individual e o social, entre a identidade do indivíduo (l'identité de soi) e a "consciência coletiva" ou mais especificamente a "consciência de grupo" (Chebel, 1986, p.63).

A perspectiva individualista minimiza, ou ignora, os componentes sociais do processo identitário.

Malrieu distingue três perspectivas individualistas:

[1] Este artigo é uma versão corrigida de uma secção do capítulo II da nossa tese de doutorado (Alonso de Andrade, 1995).

1. Os biologistas e "constitucionalistas" (de constituição ou conformação de um ser), para quem a identidade é a expressão de uma estrutura orgânica, contendo um sistema de traços e disposições. É a chamada escola "caracteriológica", dedicada ao estudo do conjunto de "traços permanentes" dos indivíduos que, pretensamente, determinariam ou influenciariam seu comportamento. Firma-se na convicção da imutabilidade daquelas disposições físicas e psíquicas e de sua transmissibilidade por herança. As problemáticas das "tipologias nacionais", do "caráter nacional" e da "personalidade tipo", pertencem a esta perspectiva (Chebel, 1986).

2. a psicologia social anglo-saxônica, para a qual a identidade é uma "organização de atitudes".

3. a abordagem psicanalítica para a qual a identidade "parece forjar -se essencialmente nos dramas e conflitos psicológicos da infância" (Malrieu, 1979).

Contrariamente à perspectiva individualista, e para além das próprias divergências, a "escola francesa" tem uma orientação comum: a articulação do fenômeno da identidade ao social (Chebel, 1979)[2].

Pertencem à escola francesa, entre outros, a corrente de psicologia social cujo pioneiro foi Moscovici, o seminário de Lévi-Strauss sobre identidade, o centro Royaumont[3] e os pesquisadores reunidos no congresso de Toulouse (Tap, 1979).

O seminário de Lévi-Strauss colocou o problema da construção - desconstrução da identidade do ponto de vista da pluridisciplinaridade e da forma como a questão se coloca nas sociedades e culturas que não se regem pela racionalidade ocidental como os Bororo ou os povos africanos Samo e Mossi. O seminário estabeleceu uma comparação entre estes povos e grupos da Europa oriental e do este da França. Verificou-se que todas essas sociedades consideram a identidade não como uma "substância" mas como uma multiplicidade de elementos construídos e reconstruídos de formas diversas segundo as sociedades consideradas.

---

[2] Chebel entende por "escola" as grandes linhas ou direcionamentos dados por pesquisadores de uma mesma área científica, à pesquisa sistemática sobre determinada temática. Usaremos o termo neste sentido.

[3] L'Unité de l'homme, colloque de Royaumont, C.R.S.H., Textes rassemblés par Edgar Morin, Massimo Piattelli, Seuil, 1973.

Portanto, a identidade cultural de cada povo seria exatamente a forma específica de "conectar" e "desconectar" uma série de elementos culturais em geral partilhados por todas as culturas (a atribuição de um nome, regras referentes ao casamento, ao grupo, ao incesto, uso e construção do espaço, atribuição de status e funções sociais etc...) (Lévi-Strauss, 1977).

As considerações a seguir fundamentam-se basicamente na "escola" francesa.

A construção da identidade: o processo de articulação do individual e do social

A noção de identidade tenta responder a uma questão básica: "quem sou eu?", que se desdobra em uma segunda: "quem sou eu para os outros?. Ou ainda: "como me vejo?", "como penso que os outros me vêem?" e mais: "como os outros me vêem da fato?".

Várias pesquisas com metodologias diversas estudaram empiricamente a questão da identidade, em diversos grupos humanos, pedindo , basicamente, que as pessoas respondessem a estas indagações.

A abordagem individualista, e mais especificamente a psicanalítica, enfatiza a formação da "proto identidade", do Eu individual (l'identité de soi), fazendo uma espécie de arqueologia da psiqué para descobrir os primeiros fundamentos, a gênese e evolução da identidade. Chabel atribui o nascimento da noção de identidade ao psicanalista alemão Erik H. Erikson. A psicanálise teria sido, então, a ciência contemporânea pioneira dos estudos sobre o fenômeno identitario, devendo-se a Erikson muitas das noções até hoje utilizadas (Chebel, 1986).

A ênfase no vinculo orgânico entre a "protoidentidade" e a identidade social do indivíduo, própria da abordagem sociológica, corresponde a reflexões mais recentes, sendo hoje um consenso nas Ciências Humanas.

A afirmação de Chebel, de que não há uma cisão entre a identidade individual e a identidade política, pois haveria entre elas uma "continuité de nature", poderia estender-se a qualquer faceta da identidade. Num mesmo individuo convivem diferentes formas de identidade (homem/mulher, adolescente/adulto, católico/protestante, trabalhador/patrão, esquerdista/ direitista...). Em diferentes momentos da vida uma destas formas pode

tornar-se predominante, mas não existiria uma verdadeira identidade, se a pessoa não tivesse a consciência de ser uma pessoa, de ter uma "identidade global", que integrasse todas as "identidades fracionárias " (Benassar, 1979) .

Vários autores assinalam este aspecto "cumulativo" da identidade, assim como o fato de, ao longo da vida, haver sucessivas mudanças de identidade (por exemplo, o caso dos migrantes, dos convertidos etc...).

Apesar dos eventuais desequilíbrios (des-identidades ou movimentos disjuntivos do processo identitário), haveria uma certa permanência em meio às mudanças. Chebel representa imaginariamente este fluxo através de um "eixo identitário" (axe des identités), que ligaria os vários "nódulos identitários" (noeuds identitaires), situados numa espécie de espiral do tempo. Trata-se de uma noção assemelhada à do "núcleo duro" (noyeau dur) da representação em psicologia social (Abric, 1989, Zavaloni, 1972). O núcleo duro é o elemento que favorece a permanência, assimilando as mudanças

Este "eixo" ou "núcleo identitário" equivale à expressão "forma de reconhecimento preferencial" de Penna, que designa a identidade auto-atribuída como especialmente significativa, pelo ator social, num determinado momento de sua vida. Esta significação faz com que ela se torne "constitutiva da integralidade do agente social" (Penna, s/d).

Quer dizer, o "eixo ou núcleo identitário", a "forma de reconhecimento preferencial", é que daria organicidade à identidade do agente social.

Esta forma preferencial de auto-reconhecimento é fundamental nas lutas e/ou movimentos sociais onde se objetiva o reconhecimento externo de alguma identidade diferenciada (Ex.: as lutas das "minorias", negros, mulheres, homossexuais etc...).

A significação dada ao núcleo central da identidade, ou núcleo identitário, pode variar, e de fato varia, ao longo da vida dos atores sociais (Benassar, 1979, Chebel, 1986, Penna, s/d, Zavaloni, 1972).

Como em todo núcleo central de uma representação as mudanças ocorrem lentamente, só há mudança de identidade quando muda o núcleo central, ou seja, quando muda a estruturação do núcleo. Estas mudança se dá em decorrência das experiências de vida de cada indivíduo, especificamente, em decorrência da sua inserção nos diferentes grupos sociais.

O núcleo identitário pode girar em torno de uma identidade que polariza todas as outras. Por exemplo, nas nossas pesquisas sobre a cultura política do paraibano, há indivíduos que, antes de mais nada, e acima de tudo, se consideram políticos, todas as outras "facetas" das respectivas identidades são secundárias em relação à identidade política. A perda do reconhecimento pelos outros desta identidade fundamental, como consequência da perda continuada da liderança, do controle político das áreas de influência e/ou do mandato, ocasiona nestes indivíduos verdadeiras comoções psíquicas, não raro acompanhadas de forte depressão.

Outros indivíduos detêm um núcleo identitário em que duas identidades "fracionárias" polarizam e estruturam as restantes, por exemplo os "doublés" de político e empresário.

Ao nível do senso comum, a temática da mudança x permanência, no bojo do processo identitário, se reflete em expressões como: "apesar de tudo continuo o mesmo" ou "hoje eu sou outra pessoa".

Pessoalmente, consideramos que em meio às várias caracterizações ou definições de identidade, as que avançaram mais, em termos de maior precisão de um conceito de identidade, são aquelas que situam a identidade como um fenômeno cognitivo, e mais precisamente como uma representação do ator social, ou seja, uma representação em que o ator social é o objeto de conhecimento.

Vejamos algumas definições. Tap vê a identidade do ator social como a cristalização (precipité) atual e provisória de dois processos opostos, porém complementares: a "identisation" e a "identification". Pela "identisation", o ator social tende a diferenciar-se dos outros, tornando-se autônomo e afirmando-se pela separação. Pela "identification" o ator social integra-se num conjunto mais amplo no qual tende a fundir-se.

A identidade do ator social seria então uma "amálgama" de uma "definição interna" (o sentimento de ser e fazer, o desejo de ser, a imagem de si próprio), e de uma "imagem externa" (o que se espera dele no quadro das identidades coletivas, a imagem que os outros têm dele).

A busca da identidade nunca chega ao fim, é uma eterna reconstrução, em suma, é um processo de personalização (personnalisation) pautado por mudanças pessoais e sociais (Tap, 1979).

Num sentido restrito a identidade pessoal, diz respeito ao sentimento de identidade, ao fato do indivíduo perceber-se como idêntico a si mesmo ao longo do tempo. Num sentido amplo, a identidade seria o sistema de sentimentos e representações pelo qual o Eu se especifica e se singulariza.

Benayoun caracteriza a identidade como um processo que passa por estruturações e reestruturações sucessivas da personalidade. Processo este ao mesmo tempo individual e social. A identidade seria o conjunto organizado de representações, conhecimentos e lembranças que permitem o reconhecimento de um grupo, ou de um indivíduo daquele grupo, pelos seus membros e pelas outras pessoas (Benayoum, 1979).

Para Chebel a "identificação" é o processo pelo qual o individuo adquire uma identidade. A identidade seria o estado da pessoa, num determinado momento de sua existência, no que diz respeito ao processo de identificação. A identidade é vista pelo autor como um fenômeno cíclico à eterna procura de uma estabilidade necessarimente frágil. Embora toda identidade seja conflitiva, sua organização é suficientemente coerente para poder integrar as forças divergentes do Eu em formação. Ou seja: a identidade é uma estrutura subjetiva relativamente estável no tempo, embora tolerando mudanças, que tem por princípio fornecer uma ligação coerente das diversas facetas do Eu.

A identidade é definida por Chebel como: "une structure subjective caracterisée par une représentation de soi, déduite de l'interaction entre l'individu et les autres - condition préalable pour qu'il y ait effectivement identité: se reconnaître Um et être reconnu comme tel par les Autres - et le milieu (comme agent matériel de l'identification)" (Chebel, 1986: 35).

Para o autor esta representação que está na base da identidade é o resultado de uma evolução psico-biológica e de uma marca (empreinte) ou demarcação social. Existiria uma interdependência entre o Eu individual e o "socius", entre a identidade do indivíduo (identité de soi) e a consciência coletiva ou mais especificamente a consciência de grupo (op. cit.).

Como Tap, Chebel caracteriza o processo de formação da identidade como um processo de "personalização" que traduziria toda uma série de fatores numa "unidade significante ".

Chebel apoia-se, entre outros, no conceito de identidade psicossocial de Zavalloni para mostrar a interdependência entre o Eu e o Socius.

"Le concept d'identité psyco social désignhe donc le noyau central de la personnalité individuelle, sorte de précipité formé de composantes psychologiques et sociologiques (Zavalloni, 1972, citada por Chebel, 1986).

Para a autora a identidade é a representação social do Eu enquanto ator social. Como para a escola de psicologia social francesa, a representação social é um estrutura cognitiva, a definição anterior significa que Zavalloni considera a estruturação da identidade como um processo cognitivo.

Para Codol, o saber sobre si é a fonte do sentimento de identidade pessoal. O processo de estruturação da identidade é também considerado um processo cognitivo como qualquer outro : a forma pela qual um indivíduo se apreende a si mesmo cognitivamente, aciona os mesmos mecanismos que presidem qualquer apreensão cognitiva (processos de identificação, de reconhecimento, de categorização, registro seletivo e simplificador apenas daquilo que é significante para o indivíduo etc...).

A descrição do processo cognitivo feita por Codol é praticamente a mesma da estruturação das representações sociais em quanto saber de senso comum, tal como abordado pela escola de psicologia social francesa que segue a linha da Moscovici (Codol, 1979, Moscovici, 1961, 1969, 1984, 1989, Jodelet 1989).

Penna concebe a "identidade social" como "representação e como forma de classificação, que expressa necessariamente e explicitamente, tanto a nível do grupo como do indivíduo, a problemática do reconhecimento social, estreitamente vinculado às relações de poder" (Penna, 1990).

Ou seja, o reconhecimento social envolve a disputa em torno de critérios para a classificação de grupos e para o enquadramento dos indivíduos dentro de determinados grupos.

Para a autora as identidades devem ser tratadas como "formas de reconhecimento mas, no jogo social do reconhecimento, as imputações de identidade pretendem atribuir uma "essência" ao objeto representado. A rigor

o que se disputa é "o poder simbólico de estabelecer a interpretação legítima do mundo social" (Bourdieu, 1977, citado por Penna)[4].

A identidade "não estaria nas coisas", não seria pois uma "essência", algo objetivo, uma condição (a condição de nordestino ou de mulher, por exemplo), mas estaria "no modo como estas condições são apreendidas e organizadas simbolicamente" (Bourdieu, 1977, citado por Penna.).

A abordagem de Penna aproxima-se do pensamento de Chebel (1986: 56) quando este compara o processo de identificação ao processo do discurso: "Pour son identification, l'individu concret assume une lecture sociale de son moi integré...l'identification est une grille de lecture, um système de décryptage des signaux collectifs, mais aussi, em tant que mécanisme psychologique, une défense efficace".

A identidade seria "um certo discurso da sociedade", uma espécie de "révelateur" desta sociedade, "um dos raros parâmetros não quantificáveis com poder de explicitação de todas as rupturas da esfera social e política". Falando da identidade política afirma o autor: "... l'identitaire politique contient em lui une interpretation de la discontinuité et de la déchirure" (Chewbel, 1986: 200).

Quer dizer, a identificação, a atribuição de identidades, faz parte de um processo amplo de interpretação, de leitura do mundo, ou seja, faz parte de um certo discurso sobre o mundo.

Baseados em todo o exposto anteriormente, podemos concluir que, dentro da perspectiva de articulação do fenômeno identitário ao social, que caracteriza a "escola francesa", há alguns pontos essenciais em que se chegou a um consenso:

1. o entendimento da identidade como um fenômeno construído de forma dinâmica e dialética, consequentemente provisório. Ou seja, a identidade não se define como uma essência, conteúdo ou condição, mas é vista como um processo identitário, como um processo de personalização;

2. a identidade, ou processo identitário, é de caráter cumulativo, quer dizer, o indivíduo reveste-se de múltiplas identidades, mutantes,

---

Penna cita o artigo de Bourdieu "Sur le pouvoir simbolique". Annales: économies, sociétés, civilisations. Vol.32, num.3, 1977.

contraditórias entre si até, mas que mantém uma certa organização, coerência e estabilidade;

3. enquanto processo representativo, o processo identitário é a manifestação simbólica do homem como uma totalidade indissociável da própria totalidade social pois o processo identitário é ao mesmo tempo individual e social, ou seja, supõe uma interestruturação, uma interdependência, entre a identidade individual e a identidade social de um ator social em que componentes psicológicos e sociológicos vinculam-se organicamente;

4. o processo identitário se constrói no confronto da similitude e da diferença. Enquanto ator social, o indivíduo integra-se em grupos, nos quais tende a fundir-se, assumindo diferentes identidades coletivas, e identificando-se portanto com aqueles grupos, tendo o sentimento de fazer parte deles. Simultaneamente, o ator social tende a diferenciar-se, tornando-se autônomo e afirmando-se como indivíduo;

5. a identidade é uma representação do ator social, ou seja, é uma representação social em que o agente social é o objeto de conhecimento;

6. enquanto representação social, o processo identitário é um processo cognitivo, que faz parte de um processo discursivo mais amplo, de interpretação da sociedade, do mundo, que se desenvolve ao nível da disputa pelo poder simbólico;

7. a temática da identidade só pode ser abordada num esforço interdisciplinar em função da própria natureza do processo identitário, organicamente estruturado com base em elementos psicológicos e sociológicos. Portanto, se faz necessária a convergência dos instrumentos analíticos das várias ciências humanas, da psicanálise à sociologia, objetivando o avanço dos estudos sobre a identidade.

Bibliografia

ABRIC, Jean Claude. "L'Etude expérimentale des Représentations Sociales". **Les Réprésentations Sociales**. Org. Denise Jodelet. Paris: PUF, 1989, pp. 187-203.

ALONSO DE ANDRADE, Maria Antonia. **As representações sociais da política. Por uma redefinição do conceito de cultura política.** Tese de Doutorado em Sociologia. UNB, 1995.

BENASSER, Bartolome. "Avant Propos". **Identités Collectives et Changements Sociaux - Production et Affirmation de L'Identité.** (Org. Pierre Tap). Colloque International de Touluse. Touluse: Ed. Sciences de L'Homme, 1979.

BENAYOUN, Joelle. "Un Approche de l'Identité Juive". In **Identités Collectives et Changements Sociaux. Production et Affirmation de L'Identité.** (Org. Pierre Tap.) Colloque International de Touluse. Touluse: Ed. Sciences de L'Homme, 1979.

BOURDIEU, Pierre. "Sur le pouvoir simbolique". **Annales: économies, societés, civilisations.** Vol. 32, num. 3, 1977.

CHEBEL, Malek. **La Formation de L'Identité Politique**. Paris: PUF, 1986.

CODOL, Jean Paul. "La quête de la similitude et de la différenciation sociale. Um approche cognitive du sentiment d'identité". **Identités colletives et changements sociaux. Production et affirmation de l'identité.** Vol. II. Colloque International. Touluse: Ed. Sciences de L'homme, 1979.

JODELET, Denise. "Representation Sociale: Phénomene, Concept et Théorie". In **Psychologie Sociale**. (Org. Serge Moscovici). Paris: PUF, 1984, pp. 357- 379.

___. "Représentations Sociales: um Domaine em Expansion". **Les Représentations Sociales**. (Org. Denise Jodelet). Paris: PUF, 1989 pp. 31-61

LEVI-STRAUSS, Claude. **L'Identité.** Paris. Grasset, 1977.

MALRIEU, Phillipe. "Genese des conduites d'identité". **Identités Collectives et Changements Sociaux - Production et Affirmation de L'Identité.** Colloque International de Touluse. (Org. Pierre Tap.) Touluse: Ed. Sciences de L'Homme, 1979.

MOSCOVICI, Serge. **La Psychanalyse son Image et son Public** (1961). 2ª ed. Paris: PUF, 1976.

___. "Preface". **Santé et Maladie** (1969). 3ª ed. Claudine Herzlich. Paris: Mouton, 1975, pp. 7-12

___. **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1984

___. "Des Representations Collectives aux Représentations Sociales: Elements pour une Histoire". **Les Représentations Sociales**. (Org. Denise Jodelet.) Paris: PUF, 1989, pp. 62-86.

PENNA, Maura Lúcia. **O que Faz ser Nordestino: a Questão das identidades Sociais e o Jogo de Reconhecimento no caso Erundina**. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. UFPB. João Pessoa, 1990.

_____. **Por um conceito de Identidade para as Sociedades Complexas.** João Pessoa (mimeo), s/d.

TAP,, Pierre. Identités Collectives et Changements Sociaux. Production et Affirmation de L'Identité **VVAA**. (Org. Pierre Tap.) Colloque International de Touluse. Touluse: Ed Sciences e L'Homme, 1979.

ZAVALLONI. Mariza "L'identité psychosocialle. Um concept à la recherche d'une sciênce". **Introduction à la Psychologie Sociale.** (Org. Serge Moscovici) Paris: PUF, 1972.

DA ALDEIA AO PLANETÁRIO

Lorelcy Garcia

Neste artigo trato do desenvolvimento de uma pesquisa que tem por finalidade a verificação da relação de cooperação entre Songs (South NGO's) e Nongs (North NGO's) em projetos ambientais.

Inicialmente a pesquisa traduzia uma preocupação com a construção de uma linguagem comum que possibilitasse, frente a interesses tão díspares, uma atuação conjunta.

Grandes diferenças culturais marcariam Songs e Nongs, localizadas em dois pólos de uma mesma civilização e que geram diferentes concepções de natureza, de ação ecológica e definição das prioridades. A idéia central era a de que a diferença surgiria no momento da definição do que financiar, como e por que., em suma como trabalhariam articuladamente a partir de óticas distintas e até antagônicas.

Se as Nongs são possuidoras de recursos para financiar os projetos ambientais no Sul, as Songs têm acesso ao objeto privilegiado da ação ecológica: o meio natural. A questão era saber se em tais circunstâncias e frente a especificidade do interesse, haveria a possibilidade de uma nova condição de barganha ou se reeditariam as velhas formas de dominação Norte/Sul, sob nova roupagem .

Em caso de manterem a dominação tradicional, a cooperação poderia colocar as Nongs como um escudo a serviço das ETNs (Empresas Transnacionais), que aliás patrocinam muitas Nongs. As ETNs ligadas a biotecnologia e engenharia genética interessam-se pela preservação dos

ecossistemas na medida em que é a partir do germoplama contido nas cepas de espécies que só se desenvolvem em um meio específico que extraem sua matéria prima. Desta forma a manutenção dos ecossistemas significa a possibilidade de extração da matéria prima de um tipo de indústria originária da Terceira Revolução Industrial. Essa situação gera um conflito intracapitalista, onde se chocam interesses da indústria tradicional (madeireira, agro-pastorial, etc.), altamente predadora; com os da indústria de ponta cujo lucro vem da mata em pé.

Inicialmente havia a suspeita de que o papel das Nongs era o de divulgar a cultura ecológica como forma de respaldo à ação dos grupos multinacionais.

Outra questão , que se revelou falsa, era a de que o ecologismo surge em sociedades altamente industrializadas onde as condições ambientais, produzidas no bojo do industrialismo, eram de tal monta que conseguiam mobilizar politicamente.

Às Songs restaria, no máximo, uma originalidade da cópia de idéias importadas, deslocadas e desarraigadas de seu contexto original, e que pouco diriam respeito aos anseios de um país envolvido em lutas por justiça social.

A intenção da pesquisa foi resgatar a auto-imagem das ONGs, ou a versão que vendem de si mesmas para o público em geral e verificar a amplitude desta "ideologia", no que tange a penetração em outros movimentos sociais.

Foi analisado o material de divulgação de 24 Songs: Aipa, Sodepan, Xaxim, Seiva, Apremavi. Redeh, Agapan, Upan, S.O.S. Mata Atlântica, IEA, CNS, FBCN, Vitae Civilis, Esquadrão da Vida, ADFG, Apan, Aspan, Sean, Funatura, O Boticário, Imazon, Vitória Amazônica, Mape e Greenpeace. As Songs foram selecionadas por serem representativas de diferentes vertentes do movimento ecológico nacional O mesmo ocorreu com as Nongs, todavia o fator acessibilidade ao material de divulgação e resposta aos questionários foi significativa na eleição. Entre as Nongs foram pesquisadas: DED, Noyes Foundation, McArthur Foundation, Oxfam, Novib, WWF, Environmental Defense Fund, National Wildlife Federation, Environmental Policy Institute, Friends of the Earth, Misereor e Bröt für die Welt.

O que se pode observar claramente é que houve uma mudança no papel e na atuação das ONGs entre a década de 70 e 90. Atualmente as

ONGs favorecem a organização da sociedade civil funcionando como um mecanismo de resistência à hiperexpansão do Mercado e a redefinição do papel do Estado

O governo FHC atribuiu às ONGs o título de organizações neo governamentais. Além da mera retórica restam três interpretações deste fato. As ONGs adquiriram credibilidade internacional junto a instituições como o BID e o Banco Mundial . o governo estaria interessado em "pegar uma carona" nessa representatividade; outra possibilidade seria a transferência paulatina das funções do Estado para o setor privado e as ONGs funcionariam como ponte. A última, e mais otimista das interpretações sugere que haveria um alargamento da governabilidade para além das fronteiras do Estado.

A cooperação entre as Songs e Nongs revelou um movimento da sociedade que corre por fora do Estado, inclusive pela ausência de espaço publico que permita ampla participação.

Apesar das diferenças, núcleo da investigação inicial, o que ressalta como muito mais significativo é o que constróem em comum e que estaria em consonância com uma tendência mundial: um novo tipo de solidariedade.

Songs e Nongs têm como projeto operar de forma interativa e interdependente, espelhando o funcionamento do seu objeto - a natureza - na sua ação.

A cooperação ganha contornos de um novo tipo de relação, pautada por uma nova solidariedade construida sobre a convivencialidade dos diferentes. No ecologismo não há espaço para o antropocentrismo e isto se reflete imediatamente nas relações sociais.

Em um momento de globalização da economia, movimento de homogeneização que espalha seus tentáculos para esferas extra econômicas, a sociedade articula-se e oferece um contraponto: a planetarização, cujos pressupostos são o reconhecimento da diversidade e o resgate das relações comunitárias. O movimento da sociedade se da rumo à desmassificação, ao fim da sociedade instituida no século XX.

Pode parecer que se caminha para o século XXI com os olhos nostálgicos do mundo pré-industrial, mas não é assim. Inúmeros autores tomam a Pós Modernidade como um momento de superação de uma

organização social que já se esgotou e aí se inclui o resgate de formas de agregação que corresponderam ao passado.

As redes que as ONGs operam constituem um exemplo de nova relação, comunicação e atuação entre interesses semelhantes por partes diversas. Operam em conjunto, não sem conflito mas são ágeis e eficazes.

Os novos laços de solidariedade geram um novo conceito de dádiva que deixa de ter o caráter de esmola e retoma um significado perdido de distribuição de justiça e bens entre os homens/mulheres (M. Mauss apud M. Sahlins: 1976).

Historicamente as sociedades têm encontrado formas de resistir e manter-se em momentos de excesso de tirania ou expansão das forças de mercado. Gesta-se uma nova teia de relações humanas que tem as relações com a natureza como pano de fundo.

Comunidade que leva à planetarização, diversidade que leva à unicidade, são jogos que implicam em alteração de uma razão moderna cartesiana, sem o que não é possível a interação pós moderna.

Ou a globalização standartiza tudo. Ou a comunidade ressurge em nome da fé, da raça da nação e conviveremos com fundamentalismos múltiplos ou, ainda a comunidade interativa vai fazer dos membros das tribos cidadãos do planeta.

Bibliografia

COOPERATION Between the World Bank and NGOs: 1990 Progress Report. International Economic Relations Division. External Affairs Department.January 31,1991.

MAUSS, M. "O Ensaio Sobre o Dom - Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas". In **Antropologia e Sociologia.** Vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SAHLINS, M. "The Spirit of the Gift" in **Stone Age Economics**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1976.

SCHMITZ, K. L. "Community: The Elusive Unity". In **Rewiew of Metaphysics** 37: 12-83, Trinity College, University of Toronto

NOTAS SOBRE A TEORIA DO SIGNIFICADO E O CONCEITO DE OPINIÃO PÚBLICA

Orlando Miranda

O convite para essa palestra, devo confessar, atingiu-me em pleno período de entressafra. Isso é, o que vinha pensando e pesquisando, articulou-se (espero) e resultou em trabalhos de publicação recente, cujas preocupações de algum modo encontram-se incluídas, inclusive, no curso de pós-graduação que ministro nessa casa. Retomar tais temas, seria, portanto, correr sério risco de aborrecê-los repetindo assuntos, problemas e argumentos já conhecidos.

Por outro lado, embora talvez sem um fundamento mais sólido, não estou com a cabeça inteiramente vazia (embora seja eu que o diga). Tenho feito algumas conjecturas a partir das quais pretendo orientar a continuidade do que venho procurando desenvolver. São ainda apenas conjecturas, digamos hipóteses de trabalho a serem muito mais exploradas para que pudessem efetivamente se constituir em uma contribuição válida.

Assim, para a ocasião, tive que escolher entre o risco de provocar bocejos em massa prendendo-me ao que venho dizendo, ou sorrisos de descrédito ao devanear de modo um tanto inconsequente sobre um tema

complexo. Escolhi o segundo caminho considerando apenas que os sorrisos serão mais agradáveis que os bocejos.

O que aqui vamos expor, portanto, é apenas um ensaio preliminar sugerindo vincular as teorias da comunicação e da significação, tais como as encontramos nas formulações mais recentes, com a teoria social de Ferdinand Tönnies, o que poderia talvez, de forma mais elaborada, repensar, redefinir e redimensionar o conceito de opinião pública.

O primeiro passo, possivelmente o único que estaremos em condições de esboçar nessa oportunidade, consiste em constituir um campo comum onde se possa alocar tanto uma teoria da significação como uma teoria social. Penso que poderíamos localizá-lo na esfera da ação social, para o que procederemos a uma aproximação a partir da formulação e do desenvolvimento dos conceitos de comunicação e significação; em seguida nos deslocaremos para os fundamentos metodológicos do autor de "Comunidade e Sociedade", posto o que faremos algumas considerações sobre a noção de opinião pública.

Tudo isso, consistindo, insisto nesse ponto, numa elocubração ainda rudimentar, uma espécie de arcabouço desenvolvido pela imaginação desse que vos fala, e que, a ser pertinente, deverá rechear-se com uma abordagem bem mais aprofundada.

Comunicação e Significação

Todo e qualquer objeto da natureza, animado ou inanimado, emite permanentemente sinais passíveis de serem captados por equipamentos sensores adequados. Independente de qualquer desejo ou consciência, sinaliza e comunica-se com o meio. É uma fonte, cujas séries de sinais constituem mensagens, que recolhidas por um aparelho sensível como informações, classificadas e ordenadas podem formar um sentido. E, finalmente, referindo-se aos interesses do receptor, e nesse caso necessariamente a alguma forma de "vontade", são interpretadas e ganham significação.

Dizemos que os sinais tem na fonte o seu significante, que ao nível do receptor - a combinação entre um aparelho sensor e uma "vontade" - recebem significado. Significação seria portanto a atribuição de significado a um significante efetuada por um receptor.

Considerando-se, sempre em princípio, que a emissão de sinais é inerente e intrínseca à fonte (que pode ser inconsciente e inanimada), a construção do significado, o estabelecimento da significação, depende de três condições associadas e que devem estar presentes e disponíveis no receptor: percepção, inteligência e vontade. A primeira capta as informações e associa-se a segunda para distinguir a fonte entre o conjunto de objetos da natureza. Ou ainda, para separar, classificar e ordenar as informações a que a inteligência fornece o sentido. A vontade intervém ao referir tal conjunto a si próprio, seus interesses e necessidades, realizando o significado.

Assim, em princípio, e naturalmente, o receptor será o único agente real de um processo de comunicação e significação.

Tomando-se como fonte um pedaço do solo, ele emitirá permanentemente um variado número de sinais referidos à sua composição, forma, densidade, umidade, temperatura, etc. Digamos ainda que o receptor sensível sejam as raízes de uma árvore. Elas recolherão tais mensagens em busca de informações que signifiquem seja sua fixação sólida ao terreno, seja a perspectiva de obtenção dos nutrientes que necessita. Do mesmo modo, o cheiro exalado por uma corça (um sinal olfático) constitui mensagem transmitida, recebida, mas possivelmente não significada (isto é, sem sentido) para, digamos, uma girafa, e com significado inteiramente diverso para outro membro da espécie e para um leão. Diferentemente da fonte "solo", inanimada, podemos postular algum gráu de consciência ou intencionalidade a fonte "corça", animada. Podemos sugerir que em dadas circunstâncias, a fonte "corça" pode pretender ter a intenção, de sinalizar sua presença para os congêneres, mas não para o leão. Nesse caso, tudo o que lhe resta fazer é colocar-se contra o vento (por referência ao leão). Ou, em outros termos, o único modo pelo qual uma fonte pode recusar-se a emitir sinais significativos é romper o contato com o equipamento sensor com o qual não deseja comunicar. Pode-se sugerir que a corça minta ao leão, procurando comunicar sua não presença, quando de fato está presente.

Estou aqui em presença dos senhores emitindo sinais. Se parar de falar e de me mover, continuarei emitindo sinais. Mesmo mudo e imóvel, os senhores recolherão tais sinais, os coletarão como informações, os organizarão com um determinado sentido e atribuirão significado. Concluirão que sou um ser vivo (continuo respirando e equilibro-me sobre os orgãos motores), um homem com certa idade e constituição física (pela aparência que podem perceber), e ainda, por referência a experiências anteriores, me

avaliarão como tímido, excêntrico, pedante, mal-educado ou todas as anteriores.

Contudo, pode-se estabelecer uma derradeira divisão. Vossos aparelhos sensores viram-me, captaram sinais e informações, mas não me viram pedante ou excêntrico. Foi ao nível da organização das informações que se deu a atribuição do sentido, e este levou a formulação do juizo, vale dizer, a significação que adquiro para os senhores. Ou, um receptor de rádio pode recolher e processar uma multiplicidade de informações, mas não pode dotá-las de sentido, falta-lhe consciência para significá-las.

Graficamente, talvez pudessemos representar o processo da seguinte forma:

FONTE (significante)	MENSAGENS (série de sinais)	RECEPÇÃO	SENTIDO (ordenação das informações)	SIGNIFICADO (constituição do juizo)

A fonte emite "n" séries de sinais, das quais o receptor capta algumas, as que está capacitado a recolher (o olfato do leão não capta a cor da pelagem da corça). Sendo o receptor consciente, ordena as informações dando-lhes sentido. Algumas informações recolhidas podem não receber sentido (o olfato do leão captou uma variedade de cheiros, desprezando uma parte deles, fixando-se em dar sentido ao cheiro da corça). Finalmente, o receptor consciente atribui um significado as informações dotadas de sentido. De um elenco de significações possíveis, o receptor seleciona algumas segundo sua vontade e significa a simultaneidade e a compatibilidade dos sinais. No caso do leão, selecionadas as sensações provenientes da corça, e desde que o leão tenha fome, o significado final poderia ser o de "alimento disponível a uma distância estimada em 'x'". O mesmo leão, com as mesmas informações, mas enfastiado, poderia também concluir que "objeto móvel de cheiro enjoativo interpõe-se entre mim e o Sol atrapalhando meu aquecimento".

O que estou tentando estabelecer nessa introdução é uma sorte de diferença de origem entre os conceitos de significação e de comunicação. Na verdade, pode-se dizer que o solo, ou a corça, não comunicam, são comunicados, isto é, no processo de significação o agente é o receptor (que atua através da percepção), único sujeito do significado, que não depende do

significante, mas do sentido inteligível dado pelo receptor e combinado à sua vontade para a formulação do juízo.

Todavia, quando expressamos o termo comunicação, já não implica simplesmente uma significação atribuida por um receptor isolado, mas a perspectiva e a possibilidade de dois ou mais receptores chegarem a um entendimento, ou seja, partilharem de um significado.

Entendido dessa forma, todo processo de comunicação é um processo social (embora o de significação não o seja necessáriamente). O processo de comunicação social exige não um equipamento sensível e uma inteligência, mas duas. A transmissão dar-se-á entre um equipamento sensível e outro. Não se dará mais através da fonte, e sim através de um conteúdo simbólico que representa essa fonte.

Tentarei esclarecer melhor através de um exemplo:

Seja a fonte esta sala. Minha percepção através da pele recolhe sinais de forte desconforto térmico, cujo sentido fornecido pela comparação entre os ambientes que a experiência já me forneceu, é a de que aqui dentro está quente e abafado. Simultaneamente, minha percepção visual localiza no teto alguns instrumentos dotados de pás, cuja utilidade, que também reconheço através da memória, é a de fazer circular o ar e refrigerá-lo. De onde, o acionamento de tais instrumentos terá o significado de me proporcionar maior conforto térmico, conforme minha vontade expressa nesse momento.

Muito bem! Então, desloco-me desse tablado, vou e aciono os ventiladores. Os senhores, recolhendo todas as impressões, significarão o meu ato. Para mim, a fonte, o significante, terá sido o ambiente e os recursos reconhecidos na sala. Para os senhores, na significação, a tudo isso se soma o meu ato.

De qualquer modo, estando cada um dos receptores - eu e os senhores - referidos diretamente a fonte, sem estabelecer entre nós qualquer tipo de comunicação formal ou intencional, não há modo de sabermos se partilhamos o significado.

Deixem-me seguir com o exemplo: sugiro que ao deslocar-me do tablado, caminhar até o fundo da sala e premir os botões que efetivamente acionam os ventiladores eu possa ter duas motivações distintas: a) - minha vontade é a de obter conforto térmico; b) - minha vontade é de esclarecer

melhor este exemplo (ou seja comunicar alguma coisa aos senhores). Por sua vez, e considerando que ao menos uma parte dos senhores é constituida de seres tropicais, havendo até mesmo alguns sertanejos calejados, pode-se imaginar que alguns possam partilhar da sensação de calor insuportável, mas outros reconheçam o ambiente como normal. De onde, possam considerar o acionamento dos ventiladores como a) desejável, do ponto de vista do conforto térmico; b) indiferente ou indesejável, do mesmo ponto de vista.

Transfiramos ao quadro as possibilidades decorrentes:

FONTE: Esta sala - SIGNIFICADO do Ato de ligar os ventiladores

Significado possível para mim	**Significado possível para um dos senhores**
a) estou com calor, ligo o ventilador. Obteremos maior conforto térmico	a) estou com calor, ele ligou o ventilador Obteremos maior conforto térmico.
a) estou com calor, ligo o ventilador. Obteremos maior conforto térmico	b) não estou com calor, ele ligou o ventilador Sulista gosta é de ventania
b) estou apenas exemplificando o raciocínio É um ato de significado pedagógico mais	a) estou com calor, ele ligou o ventilador Não entendi nada, mas vai ficar confortável.
c) estou apenas exemplificando o raciocínio É um ato de significado pedagógico	b) não estou com calor, ele ligou o ventilador. Se é um exemplo, é uma coisa idiota.

Notemos três coisas. Primeira, o significado para mim é dado pela fonte (o ambiente), enquanto, para os senhores a variação significativa pode ser maior já que a fonte incorpora ao ambiente o meu próprio ato. De fato, as hipóteses interpretativas da segunda coluna incorporam uma atribuição de significado ao meu ato (por isso, fiz variar na segunda coluna as formulações de "a" e "b". Para ser absolutamente rigoroso, deveria incluir oito possibilidades na segunda coluna, referidas a duas vontades hegemônicas possiveis: a de obter conforto térmico, e a de entender o conteúdo significativo transmitido). Segundo, dentre as hipóteses apresentadas só uma apresenta uma significação coincidente (a = a), consistindo naquela em que as vontades são coincidentes. Pode-se desde logo anotar que para o compartilhar de um significado entre dois receptores (isto é, dois aparelhos sensores e duas inteligências) ainda assim a vontade deve ser a mesma. Terceiro, não há, nesse momento e nesse ponto, nenhum modo de sabermos o que realmente seria o significado atribuido por um receptor diferente, isto é não há modo de saber se compartilhamos o significado.

Voltemos a origem: isto é, passemos dessa significação subjetiva, para uma significação objetiva, isto é, compartilhada, e que exigirá o estabelecimento de um processo social e simbólico de comunicação e que, como afirmei antes, já não se refere a fonte, mas a um julgamento que sobre ela estabeleço.

Quando eu digo: "Senhores, o calor nessa sala é insuportável", estou emitindo um julgamento a partir de uma fonte. Tornei-me o emissor de uma mensagem. No caso, cada um dos meus ouvintes, receptores, podem se reportar a sala, retornar a fonte para concordar ou não com o julgamento e, portanto, compartilhar (ou não) do significado expresso. Evidentemente, como condição para a transmissão da mensagem, teremos que falar a mesma língua, entender os vocábulos e para compartilhar o significado ainda ter um mesmo entendimento das noções de calor e suportabilidade. Acrescento ainda: "liguemos os ventiladores", associando o juizo emitido e um procedimento desejado.

O conjunto das informações nos permitirá compartilhar o significado à partir de um campo prévio de significações compartilhadas, que grosso modo, poderiamos definir como cultura. O objeto ventilador e o ato de ligá-lo pertencem às nossas experiências prévias, e foram previamente dotados de significado.

Descrevendo o processo: 1 - A fonte (um objeto ou estado das coisas, no caso o ambiente desta sala) impressiona através de sinais um aparelho sensor (minha pele). 2 - Recolhendo e classificando as informações, e significando-as conforme minha vontade, estabeleço um juizo que codifico na linguagem. 3 - Emito a mensagem através de um enunciado simbólico que representa tal juizo. 4 - A mensagem transita por um campo de significações compartilhadas (o meio cultural) até um recepor. 5 - O receptor recolhe e decodifica minha mensagem. 6 - O receptor dirige seus sensores para a fonte significante, recebendo suas impressões. 7 - Se as significações prévias forem efetivamente compartilhadas e havendo a fonte confirmado o juizo por mim emitido, chegamos a um acordo, a uma significação comum sobre o juizo expresso, e coincidindo as vontades, teremos a realização do procedimento desejado (mais tarde vamos distinguir entre as duas formulações, a que expressa um juizo e a que solicita um procedimento).

Notem que a separação que faço entre a significação comum do juizo expresso e tomada de um procedimento a partir das vontades não é mera retórica. Por exemplo, poderemos todos concordar com o meu julgamento

de que faz um calor insuportável. Todavia, sendo a vontade dos senhores em entender essa confusa argumentação muito superior a de obter conforto térmico, e tendo em vista que o acionamento dos ventiladores barulhentos refrescará a pele, mas introduzirá o ruído nos sinais acústicos que emito e que provavelmente perderão uma parte ou totalmente seu sentido, então, os ventiladores permanecem desligados.

Para resolver esta importante questão teórica, farei um intervalo de dez minutos, durante os quais, pelo amor de Deus, deixem ligados os malditos ventiladores.

Teorias da Significação

Retomando: Tudo o que venho de dizer na primeira parte dessa palestra, embora se articule como dedução razoável do processo que procuramos descrever, contém em seu enunciado dois graves inconvenientes tanto do ponto de vista da significação como da comunicação.

No que se refere a comunicação, e por uma questão de economia informacional, a maior parte das mensagens codificadas e transmitidas não permitem (ou não solicitam) que o receptor teste a veracidade da informação junto à fonte primária. A mensagem já não representa o significante, mas minha opinião, intenção ou percepção do significante.

Se digo que no intervalo fui à cantina, tomei uma água de côco que estava gelada, um grupo dos senhores que lá estavam poderiam testemunhar minha presença na cantina, alguns poucos terão percebido que pedi uma água de côco, e absolutamente ninguém poderá confirmar se estava ou não gelada, já que tal fato foi dado somente a minha percepção.

É fácil perceber que se ampliando o grau de complexidade e o número das informações disponíveis, uma parte cada vez maior das mensagens passa a depender da credibilidade do emissor e não a referência entre receptor e fonte. Isso ganha dimensões evidentes se considerarmos os meios técnicos de reprodução das mensagens.

Suponhamos que essa palestra seja reproduzida, gravada ou transcrita, e que esteja sendo ouvida ou lida daqui a uma semana. Toda a referência ao calor e aos ventiladores só poderá ser percebida pelo seu cunho explicativo, ausente a fonte significante daqueles fenômenos. Contando quanto sofri

nesse inferno tórrido, resta-lhes somente acreditar ou descrer de tais informações.

Ora, dessa perspectiva, o receptor perdeu sua condição de sujeito. Não recolhe as informações da fonte significante, e encontra-se incapacitado para formular um juizo próprio. A atitude que lhe resta é dotar-me ou não de credibilidade, e como tal aceitar ou recusar o juizo por mim formulado. Reproduz-se, inversamente, o papel da corça que pode ou não deixar que seu odor chegue ao leão que dotará o fenômeno de significado. Aqui, o emissor, isto é, eu, é que me tornei o sujeito da informação.

Em outros termos, pela ruptura da relação sensorial entre um dos receptores e a fonte, o outro receptor ao codificar a mensagem e enunciar seu juizo transforma-se em emissor e sujeito primordial do processo.

Por outro lado, e considerando-se que o sentido da significação (com o perdão do jogo de palavras) deva se constituir num instrumental lógico do conhecimento, é de todo evidente que uma teoria subjetiva da significação, dependente em última instância da vontade individualizada do receptor poderia antes redundar em uma teoria da incognoscibilidade do que se articular como ferramenta do conhecimento. De certo modo, e por assim dizer, o próprio conceito de significação estaria se esvaziando, não ultrapassando o conceito mutável segundo seu apetite que o leão faz da corça.

Se da análise do fenômeno comunicacional, vimos a transferência da condição de agente da comunicação do receptor para o emissor, no plano da significação seria preciso deslocar um pouco o sujeito do significado, da vontade individual, para o plano das significações compartilhadas, e mais especificamente, para a área dos valores comuns que podemos agora expressar como sendo a vontade coletiva.

Mas, vamos com calma. Vejamos como tal processo se opera a partir de sua articulação teórica, na constituição do conceito de significado.

Historicamente, os lógicos descreveram o processo de comunicação localizando o cerne significativo em três pontos diferentes do processo, constituindo, grosso modo, o que usualmente se designa como semântica intencional, semântica formal e semântica accional.

O primeiro, de origem saxônica, e atribuido por Habermas à Grice e seguidores, na verdade transfere o problema, deslocando a significação da subjetividade do receptor para a subjetividade do emissor.

A significação encontra-se primariamente na intenção do emissor. O enunciado simbólico constituinte da mensagem não tem referência direta a uma fonte enquanto coisa ou estado da coisa, ou, se preferirmos, o emissor e sua intenção constituem a própria fonte.

Nessa concepção, a relação entre o emissor e o enunciado simbólico pode ser simétrica, isto é, representar fidedignamente a intenção subjacente ao emissor, ou assimétrica, quando não o fizer, seja pela impropriedade na construção do enunciado, seja porque o emissor prefere manter oculta ou disfarçada a sua intenção.

Vamos procurar exemplificar parodiando um conto clássico: duas princesas rivais e inimigas amam um mesmo camponês, que, por seu turno, prefere uma delas. Encontrado em sua companhia, é condenado pelo rei a submeter-se ao julgamento tradicional, que consiste no seguinte: Será colocado em uma arena na qual existem duas portas. Atrás de uma ocultar-se-á a princesa, e atrás da outra um tigre feroz. O camponês deverá abrir uma das portas, se a da princesa, com ela se casará. Se a do tigre, o casal será devorado.

As vésperas da cerimônia, um vulto encapuzado desce as masmorras onde o camponês está prisioneiro. É a princesa repudiada que lhe diz: "Verifiquei a posição da jaula do tigre. Abra a porta da esquerda e se salvará."

No dia seguinte, está lá o camponês, na arena, diante das duas portas. Para salvar-se, deve compreender o significado da mensagem recebida da princesa.

Pelo enunciado recebido, parece que não há dúvida, a princesa deseja que abra a porta da esquerda. Fazendo-o manifestará a recepção da mensagem, o processo de comunicação estará realizado com o receptor (o camponês) efetuando o ato desejado pelo emissor (a princesa). De passagem, vale notar que para considerarmos a comunicação concluida e demonstrada é necessário que as mensagens sejam sempre concebidas como teleológicas ou performáticas.

Nosso camponês semiólogo reflete. Pode tratar-se de uma mensagem simétrica. a princesa deseja realmente que ele abra a porta da esquerda. Ou assimétrica: na verdade. a princesa deseja que abra a porta da direita. Qual é a intenção da princesa? Salvá-lo ou vê-lo devorado pelo tigre?

Para a decisão, o juizo que o camponês fará das intenções da princesa substituirá o enunciado formal da mensagem. As intenções é que o farão presumir o significado da mensagem. Reconhecendo-a como dócil e abnegada. acreditará na mensagem e abrirá a porta da esquerda. Atribuindo-lhe caráter vingativo e feroz, bem faria em abrir a porta da direita.

Claro que também a princesa, conhecendo de antemão que o camponês a avalia como má e vingativa, poderia ter-lhe indicado a porta certa, presumindo que ele iria contrariá-la. Ou seja, terá indicado a da esquerda, que é a da salvação, supondo que o camponês abrirá a da direita, que é efetivamente a que deseja que abra. E por tal caminho, todos os artifícios da intersubjetividade que Lacan procura explorar e descrever. Entretanto, as considerações infinitas que poderiam advir da intersubjetividade tornarão totalmente impossivel estabelecer-se decisivamente uma situação em que os significados tenham sido partilhados.

Note-se que nas proposições simétricas, onde o enunciado corresponde a intenção, a performance compatível do receptor implica o partilhamento seja do comunicado seja do significado, mas apenas nesse caso. Em todos os outros, proposições assimétricas e ação discrepante do receptor, não se compartilha seja o comunicado, seja o significado, seja ambos, de tal modo que não há qualquer critério objetivo para a constituição de um significado.

Em outros termos, para estabelecer a validade de uma proposição qualquer, ter-se-ia na verdade que dividi-la em duas: a) o enunciado efetivamente constituido na forma de mensagem; b) um não enunciado oculto e constituido da intenção do emissor. Nosso camponês conhece "a", mas só pode supor "b".

O significado no modelo anteriormente descrito atribuido em última instância à vontade do receptor, tranferiu-se integralmente para a vontade do emissor. Todavia, não creio que a inversão tenha de fato alterado o que já viramos. De fato, estamos diante de dois aparelhos sensores e duas inteligências, mas a significação só será partilhada se a vontade do emissor e receptor forem a mesma. Isto é, o camponês deseja salvar-se do tigre, e portanto, abrir a porta que oculta a donzela. Se este também for o desejo da

princesa, e sendo irrelevante qual das portas será aberta, desde que a correta, o significado terá sido partilhado. Se houver divergência, seja quanto às vontades reais dos participantes do processo, seja quanto à interpretação feita pelo camponês sobre a intenção verdadeira da princesa, isto é, em todos os outros casos, persistirá a divergência de significados e o camponês provavelmente terminará devorado pelo tigre, ou a princesa sofrerá um grave ataque histérico.

A validade da semântica intencional que enfatiza uma psicologia da comunicação assenta parcialmente no recorte entre o fundamento da proposição (a localização verdadeira da jaula do tigre), e o receptor da mensagem, o camponês, que não se encontra em condições de testar a veracidade da informação antecipadamente. Não pode, como a princesa alega ter feito, "verificar a posição da jaula", resta-lhe confiar ou não na informação e abrir uma das portas. Ao abri-la, é que desvendará o significado da mensagem, isto é, a intenção real da princesa (descartadas, como já vimos, as situações mais complexas introduzidas pela intersubjetividade).

Frege, e a ênfase semiológica da semântica formal concordariam que o significado da mensagem só será compartilhado no momento em que uma das portas for aberta, mas por motivos distintos. Não se trata de conhecer efetivamente a intenção da princesa, mas simplesmente de reportar o receptor à fonte primária da informação. Na semântica formal, o significado encontra-se na mensagem em sua referência à fonte original. Uma proposição assertórica, descritiva ou avaliativa, legitima-se por sua condição de verdade, isto é desde que os fatos validem o enunciado. Mesmo as proposições imperativas, falaremos delas adiante, que demandam uma ação ou fato não realizado legitimam-se do mesmo modo, pela sua perspectiva de construção de uma condição de verdade.

Reconstrói-se na sua inteireza o processo que a princípio descrevi. Um enunciado qualquer, comprovado pelos fatos, de cujo conhecimento direto o receptor dispõe, ganha condição de verdade, implicando que emissor e receptor partilhem de um significado.

Nesse caso, partilharão do significado em qualquer situação, desde que uma das portas (qualquer delas) seja aberta e no momento em que se desvendar o que oculta.

Considerando-se a condição (ou não) de verdade da proposição da princesa, e que o ato de abrir uma das portas (qualquer delas) implica um ato significativo por parte do camponês, teriamos quatro possibilidades:

1 - A proposição da princesa era verdadeira, e o camponês deu-lhe credibilidade;
2 - A proposição da princesa era verdadeira, mas não obteve crédito do camponês.
3 - A proposição era falsa, e o camponês acreditou nele.
4 - A proposição era falsa, e o camponês não acreditou.

Não tendo acesso à fonte, o camponês abriu uma das portas pela intenção que acreditava ser a da princesa (e não pelo enunciado de sua mensagem que não poderia receber préviamente a condição de verdade).

De qualquer forma, ao abrir-se a porta, partilha-se o significado como segue:

Significado para a princesa	**Significado para o camponês**
Situação 1 - Falei a verdade, e o salvei;	Ela falou a verdade e me salvou;
Situação 2 - Falei a verdade, não quiz me ouvir, danou-se;	Perdi-me por não acreditar nela;
Situação 3 - Eu o trai. Perdeu-se por crer em mim;	Traidora, morri por sua mentira;
Situação 4 - Não acreditou em mim e salvou-se	Salvei-me desconfiando da traição;

A condição de verdade, confirmando ou desmentindo a proposição, ao referir fonte e enunciado, estabelece um significado comum para o emissor e o receptor independente, portanto, da intencionalidade ou vontade de qualquer dos dois. Note-se que o enunciado da princesa, agora submetido à condição de verdade, implica a expressão de uma vontade, e o ato do camponês revela também um juizo sobre a princesa. Tudo isso se insere no significado compartilhado.

Todavia, não é tão simples. Como já disse, a economia informacional não permite o retorno persistente à fonte, que em grande número de casos, é inacessível. O significado no exemplo foi partilhado a partir da acessibilidade da fonte, já que uma das portas terá sido, afinal, aberta.

Mas, vejamos o que disse exatamente a princesa, no que se constituiu sua mensagem ao camponês: "Verifiquei a posição da jaula do tigre. Abra a

porta da esquerda e se salvará." Até aqui temos tomado todo o enunciado simbólico como uma mesma proposição assertórica. Isto é, a princesa tendo verificado a jaula, conhece a posição do tigre, e informa de modo verdadeiro ou falso, um fato do seu conhecimento ao camponês. Portanto, a abertura da porta, remetendo o receptor da mensagem à sua fonte original, reconstitui (ou não) a condição de verdade. Enquanto proposição assertórica, é a segunda parte do comunicado que será submetida à condição de verdade.

Podemos constatar no enunciado duas proposições distintas e de natureza diversa. A primeira - "verifiquei a posição da jaula do tigre" - é assertórica, refere-se a uma fonte inacessível ao receptor. O camponês não pode se certificar de que a posição da jaula foi efetivamente verificada pela princesa e portanto nenhum modo de saber se tal afirmação é verdadeira ou falsa. E a segunda - "abra a porta da esquerda" - é uma proposição imperativa, onde o apêndice - "e se salvará" - ao referir-se à evidente vontade do camponês em salvar-se representa apenas um reforço argumentativo para a efetiva construção da condição de verdade.

Digamos, hipótese não prevista pelo autor do conto "A Dama e o Tigre", Frank Stockton se não me engano, que a princesa, mimada e enfastiada, já arrumou namorado novo, e na verdade pouco se importa com a sorte do camponês. Sabedora de que seu primo duque é um apostador inveterado, resolveu ganhar um dinheirinho fácil, apostando com ele sobre qual porta o camponês abrirá.

Assim, a proposição assertórica que não pode ter a fonte testada pelo camponês é falsa. A princesa não se deu ao trabalho de verificar a posição da jaula do tigre. E a proposição imperativa (enquanto expressão de um desejo a confirmar-se no ato do camponês), potencialmente verdadeira. O final da frase, a expressão "e se salvará" como terceira proposição, aparentemente imperativa, não tem finalmente nenhum significado em si mesma. Dita isoladamente será carente de sentido.

Agora, não há nenhum modo pelo qual o significado da mensagem noturna ou da abertura de porta possa ser partilhado pelo camponês e pela princesa. Para o camponês, mensagem e ato significam vida ou morte, e para a princesa, lucro ou prejuízo.

Em outros termos, as vontades divergentes da princesa e do camponês impedirão, de todo modo, o entendimento entre ambos. Para o intencionalista, a comunicação terá sido feita, se os fins individuais do

emissor, expressos a partir do enunciado perfomático da mensagem forem cumpridos, isso é, se for aberta a porta que efetivamente deseja seja a da esquerda (como objetivamente enunciou), seja a da direita (que ocultamente preferia). Para o formalista, o enunciado torna-se verdadeiro se, e somente se, a porta da esquerda for aberta.

Acredito que do exposto possam ser ressaltadas duas coisas. A primeira é que a perspectiva de compartilhar um significado (independente da intenção do emissor ou da veracidade da mensagem) implicaria necessariamente que os atores compartilhassem previamente um campo de valores e atribuições de significados possíveis vinculados ao enunciado e ao ato. A segunda, que será inicialmente explorada por Wittgenstein é que o próprio enunciado não é apenas uma fala, uma proposição associada a uma fonte, mas um ato em si mesmo.

De fato, é falso que a princesa tenha verificado a posição da jaula do tigre, mas é verdadeiro que ela afirmou tê-lo feito. Efetivamente, ela se dirigiu até as masmorras e pronunciou seu discurso para o camponês, constituindo no conjunto de movimentos, atos e falas, um ato social real.

Introduz-se a semântica accional, que seria desenvolvida por Searle, e ainda por Habermas através da noção de "ação comunicativa". Wittgenstein chama de "jogo de linguagem" aos procedimentos linguísticos e não linguísticos (introjetados nos agentes) entrelaçados. Para ele "o conjunto de atividades e de ações de fala é constituido através do consenso preliminar numa forma de vida compartilhada intersubjetivamente ou através da pré-compreensão de uma prática comum regulada através de instituições e costumes. Aprender a dominar uma linguagem, ou aprender como comprender as expressões numa linguagem, exige que nos exercitemos numa determinada forma de vida. Esta, por sua vez, regula preliminarmente o emprego dos vocábulos e das proposições numa rede de possíveis colocações de fins e de possíveis ações." (Cf. Habermas, 1990, p. 112).

A ênfase, então, deve descolar-se de uma psicologia da comunicação ou das noções de verdadeiro/falso postuladas pela semântica formal, para o desenvolvimento de uma sociologia da comunicação.

De fato, persiste uma intenção do emissor, porém secundarizada, já não se trata do desejo autônomo do agente senão na medida em que tal for permitido pelo conjunto de condicionamentos sociais que podemos expressar através do termo vontade coletiva. As instituições, hábitos e costumes

constituem um campo de significados prévios comuns à princesa e ao camponês e indicativos do sentido da ação da fala. É evidente que a princesa pode estar transgredindo uma regra, mas quanto mais forte a regra, é menos provável que o faça.

Falta-nos, portanto, para ajudar o camponês em seu dilema, um conhecimento mais amplo da sociedade em que se insere. Digamos que nos hábitos locais, desprezar uma mulher seja o insulto mais veemente que a ela se possa fazer, e que a vingança seja tomada como única forma de lavar a honra ultrajada. Devemos, portanto, inclinar-nos a pensar que a princesa mente. Digamos ainda que o julgamento na arena é uma cerimônia religiosa, sagrada, e que todo ato laico praticado durante o evento sofra forte repressão. Torna-se pouco provável que a princesa utilize a ocasião para fazer uma aposta fútil. Etcetera.

Por outro lado, considerar a mensagem como ato em si mesmo, transforma sua relação com a fonte. Deixa de constituir-se em representação da fonte para apresentar-se apenas como uma referência a ela. O enunciado não é um substituto da fonte, mas a expressão de uma perspectiva (nas proposições assertóricas) ou desejo (nas imperativas) sobre ela. Assim, é verdadeiro como ato, e sua confirmação pela consulta à fonte diretamente pelo receptor apenas uma espécie de verdade em segundo grau. Na verdade, implicaria duas informações diferentes.

Se afirmo que estes simpáticos ventiladores são silenciosos, e os senhores, reportando-se a eles, os verificam silenciosos, terão que: os ventiladores são silenciosos e o Miranda percebeu este fato. Se os percebem horrivelmente barulhentos, constatam que os ventiladores são barulhentos e o Miranda, coitado, é surdo. Em outros termos, minha proposição contida num ato da fala fornece primariamente informações a meu próprio respeito.

Assim, travamos contato com o enunciado da princesa, e obtemos uma informação a seu respeito. Para ela, seja por amor, vingança ou por ter feito uma aposta, não é indiferente que o camponês abra qualquer das portas. Sabemos pela fala-ato da princesa que lhe é importante que o camponês abra uma das portas.

Para sabermos qual, ou pelo menos para aumentarmos a probabilidade de que o camponês faça a escolha certa, seria preciso percorrermos o campo

das significações compartilhadas, ou o conjunto de valores e símbolos que circundam socialmente a princesa e o camponês.

É por onde chegamos a afirmação de que constituindo a fala uma ação social, submetida aos fenômenos sociais encontramos o campo comum para submetê-la legitimamente ao crivo de uma teoria da ação social.

Nosso camponês aguardará mais um pouco, e nos próximos tópicos conhecerá seu destino.

O Campo das Signficações Compartilhadas

Em seguida, tratarei de expor, de forma rápida e fragmentária, a teoria social de Ferdinand Tönnies, apenas para relembrá-los sobre o tema, e situar definitivamente nossa problemática.

Esse autor, como se sabe desde que Durkheim o comentou, procede dialéticamente, construindo pares opostos e em contradição, conceitos-limite que circunscrevem seja a constituição das coletividades, seja a ação dos atores humanos personalizados. Para o primeiro efeito, estabelece os conceitos de comunidade ("Gemeinschaft") afirmando-a (em modelo) como um sujeito coletivo, uma unidade de ação e de referência, um organismo; E de sociedade ("Gesellschaft"), uma articulação elaborada entre sujeitos individualizados, um agregado mecânico e artificial através do qual os agentes se relacionam. No plano pessoal, o par oposto configura-se como "vontades", definidas como vontade orgânica ("wesenwille"), conjunto das impressões bio-psíquicas e sociais introjetadas; e vontade proposta ("kürwille") pela qual o meio propõe e possibilita alterações da rotina de ações e valores. Sempre ao nível pessoal, a "wesenwille", grosso modo representa a vontade coletiva, e a "kürwille" a inovação e a mudança.

Se o ato pessoal pode ser tomado como uma resultante das tensões presentes em maior ou menor grau entre as vontades, como ato social não tem todavia uma referência imediata à natureza da coletividade em que se insere. Ou seja, reconhecer-se que a princesa encontra-se inserida numa formação predominantemente comunitária ou societária seria pouco útil para calcular as probabilidades de significado do seu ato linguagem.

O que se dá é que os pares dialéticos reproduzem-se em outros pares de valores igualmente opostos (sempre positivos, embora contraditórios) e que se estabelecerão como referencial para as ações sociais. Ou, o que referencia as ações próximas e vincula-se às vontades, não é a comunidade ou sociedade, mas suas respectivas representações valorativas. Em outros termos, valores em contradição, e referidos seja ao instituto da comunidade ou da sociedade e prevalecentes um sobre o outro, embora não de modo absoluto na medida em que a formação coletiva aproximar-se mais ou menos de um e outro modelo apresentam-se face aos atores delimitando, circunscrevendo e indicando as ações possíveis.

Teremos assim um conjunto de valores contraditórios que se apresentam nas diferentes áreas da experiência humana e que, para o efeito que perseguimos, podem ser descritos como os componentes valorativos do que vem sendo expresso como Campo das Significações Compartilhadas.

Mais adiante trataremos de descrevê-los melhor.

Por ora, vamos tomá-los para definir os tipos de fenômenos que afinal constituiriam o Campo de Significações Compartilhadas, e portanto, como a condição necessária para que uma determinada mensagem chegue ao destino e estabeleça um entendimento entre o emissor e o receptor:

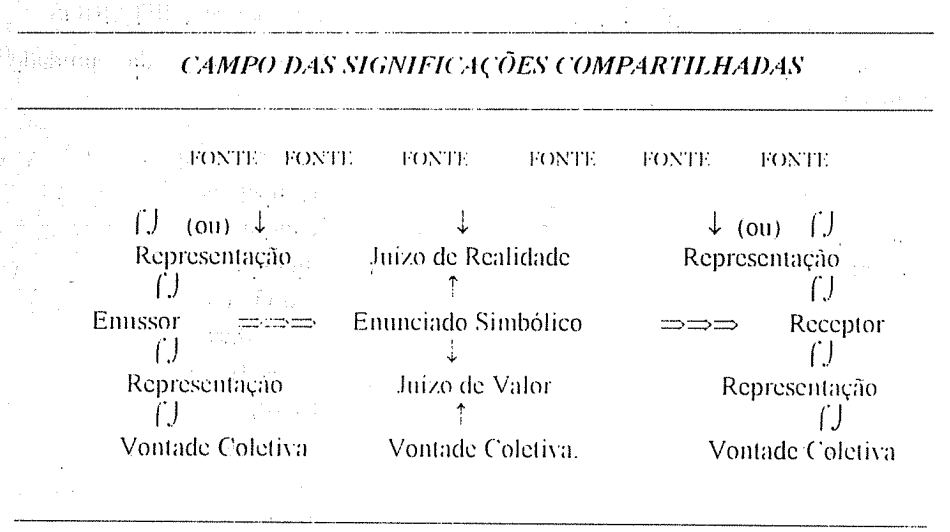
Em princípio, trata-se de partilhar o universo simbólico, isto é os códigos e estruturas dos códigos a utilizar. Enquanto símbolos expressivos de coisas, fatos, estado das coisas ou ações sobre elas exercidos ou a exercer-se, guardam referência objetiva, isto é, relacionam-se a uma fonte exterior ao próprio ato linguagem. Mas, enquanto conceito, devem ser percebidos como relativos à valores. Na fala da princesa, "Abra" (ato a ser exercido sobre uma coisa) "a porta" (coisa) "da esquerda" (estado da coisa em relação a outra, similar) guarda referência aos objetos concretos. Mas, "E salve-se" é conceitual, e referido a valores. De fato, se tivesse dito: "E viva" guardaria relação a um estado da matéria orgânica. Mas, o que significa "salvar-se" senão um valor? Basta nos reportar a maioria das religiões ocidentais para sabermos que não há nenhuma relação estrita entre "viver" e "salvar-se". Para entender "salvar-se" como "viver" seria preciso entender também o segundo verbo como referido a um valor e não a um estado da matéria.

Mas, a referência a fatos, coisas e valores, não distingue apenas a estrutura simbólica da mensagem. A linguagem como ato deverá conter o

duplo referencial. Já se viu como ao emitir um juizo sobre algo, o meu ato, constitui ele proprio elemento para um juizo a meu respeito. O enunciado simbólico contem simultaneamente, em maior ou menor grau a dupla referência, à fonte e aos valores, e para o entendimento, ambos os significados deverão ser adrede compartilhados.

De fato, não tendo possibilidade de referir-se à fonte e testar a condição de verdade das informações da princesa, o ato do camponês abrindo qualquer das portas atestará fundamentalmente um juizo não sobre a porta ou o tigre, mas sobre a princesa, e aos valores contidos em seu enunciado e (supostamente) partilhados pelo camponês.

Talvez possamos representar todo o processo do seguinte modo:



Por onde, o enunciado simbólico, forma-se a partir de representações relativas à fonte e a vontade coletiva e contém, em maior ou menor grau, tanto de juizos de valor como juizos de realidade. O mesmo sucede ao nivel do entendimento, isto é, da recepção, também referidas às representações similares. Para que a comunicação seja efetivada, é suficiente que ambas as representações (do emissor e do receptor) mantenham sua referência a fonte e aos valores (similares), mas para que o significado do enunciado seja partilhado, é preciso que apresentem também um alto grau de proximidade significativa. Por fim observe-se que a referência direta à fonte, seja do emissor, mas mais evidentemente do receptor, torna-se excepcional.

Ocupemo-nos agora dos valores. Vejamos, segundo Tönnies alguns dos pares contraditórios que intermediam a ação pessoal, e que são constituintes da vontade coletiva, e cujo grau positivo de valoração (embora todos os tenham) devam acompanhar a natureza da formação coletiva geral, sendo inclusive indicativos desta. Dentre outros:

VALORES COMUNITÁRIOS (afirmativos da unidade coletiva) individualizada)		VALORES SOCIETÁRIOS (afirmativos da unidade
solidariedade	>><<	concorrência
colaboração	>><<	competição
concórdia	>><<	contrato
intimo	>><<	público
coletivo	>><<	individual
bens	>><<	mercadorias
valor-de-uso	>><<	valor-de-troca
povo	>><<	Estado
responsabilidade	>><<	liberdade
paciência	>><<	ação
paz	>><<	aventura
aldeia	>><<	metrópole
vida familiar	>><<	vida cosmopolita
tradição	>><<	racionalidade
pensamento	>><<	razão
fé	>><<	ciência
hábitos	>><<	legislação
costumes	>><<	opinião pública

Elenquei os valores de forma mais ou menos aleatória e pouco rigorosa, apenas para exemplificar sua dimensão e o fato de constituírem pares opostos. Além disso, para notar que alguns deles não são apenas valores opostos, mas categorias de decisão, isto é, valores pelos quais se estabelecem ou se reafirmam outros valores.

Assim, por exemplo, numa comunidade-tipo, a tradição além de ser um valor em si mesma, orienta e ajuíza outros valores, circunstância que numa sociedade-tipo será um atributo da racionalidade. Digamos que no reino distante, uma comunidade tradicional, as mulheres humilhadas tenham o direito e dever de vingar sua honra ultrajada. O valor contido no ato da princesa poderia ser o da vingança, porém orientado e ajuizado pela tradição, a categoria decisária. Contudo, digamos ainda que o tal reino esteja em processo de modernização e desenvolvendo valores societários. A própria princesa, enviada para estudar na Inglaterra, formou-se em economia em Cambridge e no momento é ministra das finanças do país. Assim, possivelmente, nem mesmo se dignaria a descer às catacumbas. Dá-se, entretanto, que ela sabe que o camponês é o melhor cultivador de tâmaras do país. Pouco se lhe dá que o camponês morra, porém não antes de que forneça o segredo do cultivo. Então, movida pelo cálculo e pela utilidade do camponês, poderia tentar salvá-lo, a partir de dois valores derivados da racionalidade.

Embora com a sensação de estar galopando dentro de uma galeria de arte, espero que tenhamos podido esboçar suficientemente o problema, pois que é nesse contexto que gostaria de introduzir sumariamente a noção de opinião pública.

A Opinião Pública

No exemplo que acabo de descrever, poderíamos dizer que o tal reino distante está muito longe de assumir a racionalidade como valor hegemônico. Se assim fosse, não adotaria o julgamento pela sorte (que é o que efetivamente vai suceder), tornando irracional a decisão sobre o destino do camponês criminoso. Seria apenas a princesa, já sob o domínio do imperialismo cultural inglês, a opor-se à decisão tradicional a partir de valores racionais.

No entanto, como a despeito da influência dos valores desenvolvidos pelo capitalismo, o seu meio ainda cultiva os valores antigos, e o desejo de

vingar-se da humilhação recebida deveria ser ainda bastante forte. É bastante provável que ao nível das vontades, antes de tomar a decisão, a princesa tenha sido assomada por uma crise. Sua vontade orgânica, a wesenwille, dizia-lhe para que deixasse a sabedoria milenar de seu povo seguir o curso natural e que os deuses fizessem valer seus desejos, conduzindo a mão do camponês para uma ou outra porta. Mas, a kürwille, uma possibilidade posta pelo meio social para que dele se distinguisse através de um ato individualizador, insistia em que, contra a tradição e o povo, fizesse prevalecer o cálculo, que, via argumentos racionais, poderia a certo prazo beneficiar todo o reino pelo eventual florescimento do cultivo das tâmaras.

Teve que optar entre a vingança e o cálculo, valores que não são contrários senão nesse conjuntura determinada, mas que no caso representavam os modos fundamentais de tomadas de decisão. Todos os argumentos a favor da vingança ou do cálculo (e do perdão e do impulso seus opostos reais) constituem pretensões de validade não propriamente por referência a um juízo, mas ao modo de formular juízos.

Associados a tradição, aparecem a fé, os hábitos, costumes e pensamentos. E a razão, a ciência, a legislação e a opinião pública.

O par conceitual da opinião pública seria exatamente o costume.

Desde a origem conceitual da opinião pública, apresentam-se as evidências de sua associação com a racionalidade e da oposição aos costumes.

Com efeito, entendia-se a opinião publica como o consenso estabelecido pelos cidadãos articulados em públicos primários. Não se trata de um consenso entre seres humanos, mas apenas dos cidadãos, os dotados de direitos políticos, e que em princípio implicaria aqueles responsáveis, conscientes e racionais. Dessa classe, é bom lembrar, que ao mesmo tempo em que se conceituava opinião pública, excluíam-se as mulheres, negros, povos coloniais, analfabetos, e pobres em geral. Ou seja, não se supõe um direito universal, mas uma prerrogativa adstrita a determinado tipos de indivíduos, aos quais se atribuía o domínio de um número considerável de informações (a responsabilidade), a capacidade de perceber o conjunto de interesses envolvidos e não apenas os próprios (a consciência), e que, deixariam de lado emoções e apetites no momento de assumir as decisões (a racionalidade).

De fato, não seria razoável supor-se um consenso de paixões, de interesses privados e particulares e de pessoas desinformadas. Um segundo aspecto é que tal consenso iria se produzir em públicos primários, em grupos de indivíduos fisicamente reunidos, e com acesso tanto as fontes, quanto as informações e argumentos desenvolvidos no processo. E o consenso presumia uma razão objetiva aplicada aos fatos conhecidos.

E por que, no bojo da revolução burguesa, seria preciso postular essa forma de tomada de decisões? Qual o modo anterior? Já o sabemos por nossa história exemplar. O camponês será submetido ao teste da arena porque o costume assim o determina, independente da vontade pessoal do rei ou da princesa, e do que possam pensar a respeito a maior parte, ou mesmo a totalidade dos súditos do reino.

Todavia, após ser constituída, como outros valores, e postular-se como o modo racional da tomada de decisões coletivas, o conceito perdeu o suporte que o originara. A própria racionalidade, pela via do avanço da ciência, questionar-lhe-ia os fundamentos racionais. É o próprio Wright Mills que após descrever as suposições que fundamentaram o conceito, nota que o advento das "descobertas" de Rousseau (as "massas"), Marx (as "classes") e Freud (os condicionamentos psíquicos) tornavam inviável a hipótese das razões autônomas referindo-se umas as outras e decidindo. Observa ainda que o crescimento da complexidade social vedava progressivamente o acesso dos indivíduos isolados às fontes da significação, no que descreve como transição de uma sociedade de públicos para a sociedade de massas.

No entanto, as objeções colocadas contra os suportes racionais do conceito não o desvitalizaram. Já não se tratava (e provavelmente nunca se tratou) de uma construção racional e científica, mas de um valor que se articulara e como tal se sustentaria, desenvolveria e ganhara fôros de instituição

De produto original da racionalidade de supostos cidadãos conscientes, a opinião pública passa a ser a produtora de uma racionalidade auto atribuída para a constituição das ações sociais desejáveis. Para a opinião pública, não importa a opinião do público. Importa-lhe, sempre se opondo aos costumes, aparentar racionalidade nas indicações controlando e dirigindo emoções e vontades. Em outros termos, postular-se permanentemente como racional, e como tal em condições de valorizar a ação que propõe.

Expressões emotivas como "vergonha" e "indignação" tão utilizadas por um notório comentarista de televisão estão sempre levantadas tendo em vista alcançar fins ditos racionais. Observe-se que deixando de lado o público, os organismos prestigiados como formadores de opinião são precisamente aqueles onde independentes de sua penetração ou audiência, a argumentação fria e com nexos aparentemente lógicos, predomina sobre qualquer outra forma de opinião.

Lembraria, sem intenção de defendê-los, a profusão de programas doutrinários e religiosos que assoma o rádio e a tevê. Por mais que façam apelos éticos e comportamentais e tratem de difundir doutrinas, não são considerados expressões da opinião pública. Poderia ainda falar dos programas e publicações policiais, sensacionalistas e emocionalistas, desde logo condenáveis e deslegitimados como representativos (ou formadores) da opinião pública.

É certo que não desenvolvi ainda suficientemente o argumento, mas é preciso encerrá-lo. Se através de plebiscito, a maioria da população se pronunciasse a favor de qualquer medida não respaldada por argumentos racionais, isso não seria uma manifestação da opinião pública, do mesmo modo como não o são os programas e órgãos de imprensa que não possuírem tal respaldo. O debate sobre, por exemplo, a pena de morte e o aborto, nos veículos de opinião pública, forneceriam provavelmente indicadores a propósito.

Penso, sumariamente, possível demonstrar então que, dotada de credibilidade ao se articular sobre os valores da razão hegemônica, as mensagens desenvolvidas por tais órgãos perdem, progressivamente a necessidade de afirmar uma racionalidade própria. Basta-lhe uma aparência e o fato de estar incluída e vinculada ao órgão emissor.

De certo modo, conter o valor racionalidade e afirmar a racionalidade enquanto valor pode substituir a própria análise racional. Particularmente, para exemplificar, e depois de dois anos de noticiário, nada sei, de fato, sobre a guerra da Bósnia. Parece que há uma porção de sérvios malvados que até aprisionam brasileiros. Sabemos o que fazem, mas não sabemos porque fazem. Segundo o noticiário e as análises que vejo, trata-se de um conflito sem objetivos econômicos, políticos ou culturais. Claro, devemos ter uma posição (os vilões são os sérvios), dita a opinião pública brasileira, sem indícios mínimos do que de fato se passa naquela região do planeta.

Falando de modo geral, tenho a impressão de que independente da fonte e de referência a outros valores, as mensagens inseridas nos órgãos formadores de opinião são auto-referentes, reafirmando a cada texto sua capacitação. E como se dissessem: 1 Devemos resolver racionalmente; 2 Eu sou racional; 3 Eis agora uma mensagem referida a uma fonte qualquer a qual você não tem acesso e eu não preciso indicar se tenho ou não; 4 Procure ser racional, isto é, me acompanhe; 5 Parabéns! Benvindo ao clube dos racionais.

Deve o receptor a cada momento lembrar-se que a recusa à mensagem deve confrontá-lo com a possibilidade de ser avaliado como irracional, e no limite, ver o próprio campo de significações compartilhadas comprometido. Alguns temas do Brasil recente, tais como Privatização, Desestatização, Globalização e Modernização foram e continuam sendo assumidos e defendidos sem que a maior parte das pessoas com posições sobre o assunto efetivamente saibam do que estão falando.

Evidente que uma afirmação desse porte necessitaria de uma análise mais fina e fundamentada que para o futuro procurarei desenvolver. Por ora, toda a essa conclusão fica por conta da necessidade de dar um fecho, apontar uma direção em que a argumentação deveria prosseguir.

Para terminar, é claro que não me esqueci da princesa e do camponês. Consideradas todas as variáveis apresentadas, torna-se evidente, pode-se considerar como uma certeza matemática que o pobre camponês abrirá a porta que esconde o tigre e será em seguida estraçalhado.

Afinal, nenhum rei que se preza vai dar sua filha de presente a um reles camponês, e o soberano, em nome do supremo valor da autoridade, terá sabiamente providenciado a presença de um tigre atrás de cada porta.

Bibliografia

FERNANDES, Heloísa (Org.). **Wright Mills.** São Paulo: Ática, 1973.

HABERMAS, Jurgen. **Estudos Pensamento Pós-Metafísico Estudos Filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

MIRANDA, Orlando de. **Para Ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: EDUSP, 1995.

___. **Vida e Obra de Ferdinand Tönnies.** Série Bibliografia. PPG/DS, FFLCH/USP, 1995.

WRIGHT MILLS, Charles. **A Elite do Poder.** 3a edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GRUPOS ETÁRIOS E CONFLITO DE GERAÇÕES: BASES ANTROPOLÓGICAS PARA UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

Theophilos Rifiotis

A idade e o gênero são critérios básicos de diferenciação biológica, que nas sociedades humanas tornam-se significativos pela sua apropriação cultural. Sabemos que a ação cultural dá sentido a estes fenômenos naturais criando um universo simbólico, que é invisível para os agentes sociais, como a gramática da língua. Por outro lado, estes fenômenos trazem ainda o apelo à interdisciplinaridade, implicando na necessidade de domínio teórico das diversas disciplinas mobilizadas para a análise; isto representa uma grande dificuldade, dada as nossas formações parciais.

No campo da antropologia, as questões etárias têm tido uma presença constante, independentemente da área cultural ou momento histórico estudados. A importância desta temática mostrou-se particularmente significativa no estudo do complexo conjunto de fenômenos que teve lugar entre os anos 50 e 70, e que recebeu a designação genérica de "conflito de gerações". Atualmente, com o significativo crescimento da população idosa, que está transformando a pirâmide etária da população mundial, o envelhecimento tornou-se uma questão da maior importância. Em termos demográficos, estamos vivendo uma revolução, que ainda não encontrou as necessárias respostas na produção e reprodução sociais. O envelhecimento tem recebido respostas parciais em termos de políticas, públicas ou privadas, sem que mudanças significativas tenham lugar no nosso modo de pensar e agir. Acreditamos que para superar esta situação fazem-se necessárias

contribuições de diferentes ordens, cabendo ao pesquisador somar as diversas contribuições específicas, integrando-as na análise do envelhecimento dentro da dinâmica geral dos grupos etários.

Para contribuir no campo dos estudos interdisciplinares das chamadas "idades da vida", apresentamos neste texto os fundamentos antropológicos dos processos sociais relativos ao estudo da dinâmica etária. Concentramo-nos aqui na discussão de três questões básicas: do conceito de grupo etário, na sua relação com a estrutura familiar e no chamado conflito de gerações. De um ponto de vista mais amplo, acreditamos que esta sistematização é importante para uma "desnaturalização" deste objeto. Em outros termos, o corpo conceitual da antropologia relativo às idades, tendo sido construído através do estudo da variabilidade histórica e cultural, e estando voltado para a heterogeneidade dos comportamentos sociais, pode contribuir para a necessária relativização das nossas próprias práticas e modo de pensar o nosso sistema etário[1].

A categoria "idade" e os grupos etários

Destacamos preliminarmente que a categoria "idade" pressupõe diferentes momentos, uma sucessão, cujo sentido está na sua dinâmica e não em cada elemento considerado isoladamente. Tendemos a identificar em todas as sociedades uma divisão tripartite entre crianças, adolescentes núbeis e pais, com direitos e deveres específicos. Nesta divisão, as crianças, seriam, evidentemente, as primeiras, um conjunto formado pelo nascimento e sua aceitação na sociedade. A essa primeira categoria, marcada biologicamente pelo nascimento e concretizada pela aceitação social, seguir-se-ia uma segunda, definida por sinais de amadurecimento sexual[2], associados a uma potencial legitimação da relação sexual através do casamento. A regra que marcaria a continuidade entre estas categorias e aquela da situação de pais é a reprodução biológica, cuja ocorrência é sempre socialmente sancionada.

Ao contrário do que se possa supor, a divisão tripartite não corresponde a um estágio primordial da organização social humana; ela é

---

[1] Este artigo faz parte do nosso trabalho de doutoramento, onde analisamos as "idades da vida" em sociedades banto-falantes. Por esta razão os exemplos citados referem-se na sua maioria a sociedades negro-africanas (Rifiotis, 1994).

[2] Evidentemente, o que se chama amadurecimento sexual tem expressão diferenciada conforme o sexo. Assim, a primeira menstruação é um sinal marcante para o sexo feminino, enquanto o aparecimento de pelos, comum aos dois sexos, é menos explícito, embora seja utilizado como critério de diferenciação, assim como o porte físico.

uma manifestação tardia que corresponde apenas em certos casos à realidade etnográfica. Essa divisão das idades, portanto, está diretamente relacionada a critérios bio-sociais definidos segundo o eixo da reprodução, e tem na puberdade o momento de transição para a situação de reprodutor.

Presente em todas as dimensões do desenvolvimento individual e social, a idade não pode ser considerada um fenômeno natural; ela é uma construção imaginaria[3]. Cada cultura produz sua própria interpretação das "idades da vida" e a inscreve em instituições e comportamentos sociais determinados, dando-lhes expressão através das categorizações da língua, dos mitos, etc.

Tratando-se de categoria de grande complexidade e longa história, e que foi aplicada a uma imensa variedade de contextos sócio-culturais, faz-se necessária uma revisão do estado da arte, para tornar a "idade" uma categoria realmente operacional. Nesta tarefa, tomamos como ponto de partida a diferenciação etária, sob diferentes formas e com sentidos específicos, em todas as formas de organização social[4]. Este fato pode ser constatado facilmente na extensa etnografia produzida desde os primórdios da antropologia.

No início deste século, R. Lowie (1936), no *Tratado de Sociologia Primitiva*, analisa a idade como um fator determinante da organização social. Esta determinação se expressa diretamente na relação de *dependência* entre genitores e seus descendentes, que nunca é exatamente apenas biológica, sendo, desde a concepção, também *social*. Ela é decorrente dos processos de socialização que definem, entre outras, as funções e padrões de atitudes de maternagem e paternagem. Assim, diferenciação etária receberia sua carga em função do adestramento e integração social controlados pela geração dos progenitores; dito em outros termos, os pais seriam genitores biológicos e sociais da nova geração, que está em posição de dependência, material e afetiva (Eisenstat, 1954).

Esta visão geral tem sido aplicada nos mais diferentes contextos, sem que se tenha chegado a uma definição do seu campo próprio de análise. O

---

[3] Entendemos que o imaginário é uma produção social necessária e dominante em todos os níveis da atividade humana, que não pode existir fora de uma rede simbólica.

[4] Atualmente, os etólogos afirmam que é possível identificar em qualquer tipo de sociedades uma divisão de funções segundo critérios etários. Por exemplo, os jovens macacos exercem uma função de escolta, protegendo o grupo contra as agressões externas, e os mais velhos que são pesquisadores de alimento, etc (Rosenmayr, 1983).

que sabemos atualmente é que os grupos etários[5] estão diretamente ligados ao complexo sistema de transmissão e aprendizado, de projeção e introjeção, de ligação e identificação que molda as personalidades e ao qual damos o nome de processo de socialização. A socialização é um processo fundamental para a continuidade social e está diretamente ligada aos grupos etários pelas relações entre pais e filhos e pelos ritos de iniciação, através dos quais institucionalizam-se esses grupos. Dada a importância desta temática, pode-se compreender o volume de estudos dedicados a descrição dos diferentes sistemas de grupos etários, destacando-se as sociedades negro-africanas, conhecidas pelas importância dos ritos de iniciação na sua estrutura social[6].

A revisão da bibliografia mostra que houve uma multiplicação dos trabalhos de campo, resultando numa descrição sistemática de diferentes sistemas etários nos mais diversos contextos sociais, sem que tenham havido modificações teóricas significativas. Pode-se afirmar que o único estudo teórico importante nesta área específica continua sendo *From Generation to Generation* de S. N. Eisenstadt (1956), cujo modelo teórico está baseado na teoria dos papéis sociais e orientação de valor desenvolvida por T. Parsons (Parsons & Shils, 1951). Este modelo está fundamentado na idéia de que a ação humana está baseada em "escolhas", "dilemas" de escolha entre diversas orientações possíveis. Assim, como sabemos, cada indivíduo desempenha múltiplos papéis na sociedade, e, como os comportamentos sociais não estão pré-definidos, mas representam um leque de possibilidades, ele deve optar, a cada interação, por uma determinada orientação de valor. Estas orientações de valor geram uma expectativa de atitudes, ou seja, de comportamentos socialmente diferenciados e relacionados com os papéis sociais desempenhados.

Neste ponto não poderíamos deixar de apontar um problema terminológico entre *grupo etário* e *classe etária*, que representa dois tipos de realidades que são normalmente confundidas. Poder-se-ia afirmar que este

---

[5] É conveniente assinalar desde o primeiro momento que a nossa preocupação limita-se aos grupos etários masculinos. A revisão bibliográfica que se segue privilegia este corte, não podendo ser generalizada para além destes limites. Aliás, a falta de simetria quanto a esta temática é bastante evidente, embora não se lhe tenha encontrado ainda nenhuma explicação conclusiva.

[6] No conjunto dos estudos teóricos há uma dominância dos exemplos tirados das sociedades negro-africanas, o mesmo que Cl.Tardis constatou com relação a chamada "realeza divina", o que fez do continente africano uma "terra dos reis-divinos". O volume de exemplos representa, no caso das sociedades negro-africanas, um traço civilizatório fundamental, e creio que é possível falar-se em "terra de iniciação".

problema reflete duas ênfases relativas à estratificação social baseada na diferenciação etária.

Na bibliografia de expressão francesa domina o uso da expressão *classe d'âge*, enquanto que em inglês utiliza-se *age-group*[7]. Não se deve porém concluir que os conceitos sejam equivalentes para todos os estudiosos, e que se trata apenas de um problema de tradução. Na realidade, há autores, como D. Paulme, que insistem sobre o caráter de *classe*[8] presente na estratificação determinada pela idade em alguns contextos negro-africanos.

A diferença básica entre um *grupo* ou uma *associação* de indivíduos reunidos segundo limites etários e a *classe etária* propriamente dita seria bem definida a partir de critérios específicos desta última. Em nível geral, são considerados os seguintes aspectos diferenciais para a *classe etária* (Paulme, 1971:9 e 1968:1193-5).

- possui um nome, brasões, rituais, cantos;
- auto designa o seu chefe, encarregado de executar as decisões tomadas em comum;
- os membros cumprem trabalhos de utilidade pública;
- os membros reconhecem-se como iguais, e são solidários com relação ao exterior;
- as relações entre as diferentes classes são fixas.

Seguindo estes critérios, há que se ter sempre presente a diferença entre *grupo de idade*, conjunto de indivíduos de uma população determinada cuja idade está compreendida entre certos limites, ou seja, um grupo informal, e as chamadas *classes de idade*. Estas últimas têm um nome próprio, possuem divisas próprias (brasões, rituais, cantos) e têm um chefe

---

Na tradução brasileira da referida obra de S.N.Eisenstadt, por exemplo, optou-se por grupo de idade, enquanto que os comentadores franceses desta mesma obra empregam o termo "classe d'âge".

[8] É preciso ter em conta que o emprego extensivo, senão abusivo, do termo classe na concepção do materialismo histórico, não corresponde a intenção teórica de D.Paulme. Na realidade, este ponto será melhor explorado no último item deste capítulo quando tratarmos da especificidade dos sistemas etários africanos.
Lembramos ainda que, se na bibliografia francesa utiliza-se "classe d'âge" na maior parte dos casos, é, em parte, porque a antropologia, seguindo a história colonial, voltou-se preferencialmente para os grupos étnicos dos território coloniais. No caso específico da obra editada por D.Paulme, deve-se sublinhar que se trata de grupos étnicos da Costa Ocidental, onde a organização é mais formalizada.

encarregado de aplicar as decisões tomadas em comum. Os membros de uma *classe de idade* reconhecem obrigações mútuas, são solidários em relação ao "exterior", cumprem em conjunto certos trabalhos públicos. O sistema de classes de idade está estruturado de tal modo que as funções ligadas a cada uma das classes são importantes para a comunidade como um todo, e as relações entre elas são fixas. Este tipo de instituição encontra-se principalmente na África sub-sahariana da costa Oeste, embora não de modo exclusivo. Um dos casos mais conhecidos é sem o dos Maasai (Quênia), com seus graus: *ilayok*, *ilmurran* (dividido entre primogênitos e caçulas), *ilmoruak* (primogênitos, caçulas e aposentados) e *ildasati*; cada um destes graus tem suas normas de comportamento e seus direitos e deveres, tanto na vida pública como na privada[9].

Para se ter uma idéia da importância deste sistema, basta lembrar que a duração do ciclo cerimonial completo é de cerca de vinte anos: *"Le cycle rituel est constitué par neuf cérémoies principales, dont chacune concerne des thèmes relevant des strutures politiques et économiques de la société et de l'organisation domestique masai: la genèse et la reproduction des classes d'âge, les statuts sexuels et reproductifs des individus, les règles alimentaires, les modèles résidentiels, les droits sur le bétail et les formes de travail."* (Galaty, 1985: 287-330).

As abordagens teóricas das questões etárias não explicam porque há uma persistência, em certas sociedades, dos grupos etários, mesmo após uma certa idade. É na busca desta resposta que D. Paulme elaborou uma teoria dos sistemas etários baseado em dois tipos de regimes, linear e cíclico, ambos presentes na África Oriental e Ocidental. Nos dois tipos toda promoção, formada a partir da adolescência, segue um percurso definido de graus sucessivos; porém, há diferenças básicas, sendo a principal o modo de recrutamento (Paulme, 1971:14).

• ***sistema linear***: não recebem nenhuma designação especial, distinguem-se umas das outras pelo grau atingido. Reúne todos os jovens que se consideram em condições de serem submetidos à iniciação, e teria como referencial básico a idade.

Por exemplo, os *ilmurran* primogênitos protegem a comunidade e seus rebanhos, são os mensageiros e abastecem de água o gado durante o período de seca, não comem carne em público e tem um penteado de longas tranças e armas próprias. (Paulme, 1968: 1194).

• ***sistema cíclico***: o nome dado a cada grau segue marcando o indivíduo (*Souk* do Quênia, p. e.: se "Cobre" designa uma promoção de quem quer que tenha sido iniciado nela, sempre será chamado "Cobre"). São reunidos numa mesma promoção os filhos dos membros da promoção anterior (*Souk* - os da promoção "Cobre" são filhos da "Latão", etc).

Há ainda uma outra especificidade do sistema cíclico: sendo a classe do filho determinada a partir da paterna, a repartição de classes pode reforçar ou diminuir a solidariedade entre pai e filho, dependendo do número de classes presentes no sistema. No sistema linear, onde o principal papel dos grupos etários é assegurar a coesão do grupo social, os primogênitos terão, de qualquer modo, o poder, em virtude de seu status familiar, sejam eles chefes de linhagem ou não. Por outro lado, nos sistemas cíclicos, onde a repartição de deveres e obrigações aparece de modo mais estrito, como na África Oriental, onde há ausência de poder central, os mesmos são uma base para o exercício de uma esfera política.

A importância dos sistemas etários revela-se inversamente proporcional a das linhagens. Grupos etários e linhagens são dois campos da nossa análise estreitamente ligados, que podem ser diferenciados pelo tipo de solidariedade dominante em cada um deles: entre os membros de cada classe de idade predominam as relações horizontais, quer dizer, de igualdade, enquanto que no interior da linhagem são dominantes as relações hierárquicas. Em outros termos, existe sempre uma assimetria nas relações entre pais e filhos, assim como entre o primogênito e de caçula[10].

Assim, as diferenças no campo da família servem de reforço para a igualdade no interior do grupo etário: "(...) les jeunes initiés qui ont suffert ensemble l'epreuve d'une nouvelle naissance se trouvent soudés par un lien dont la pensée occidentale parvient difficilement à concevoir l'intensité[1]" (Paulme, 1968:1195).

Assim é que as diferenças de outras ordens, econômicas, sociais, podem, em certos casos, ser superadas pela solidariedade e reciprocidade estabelecida entre os membros de um mesmo grupo etário. Um outro

---

[10] É interessante notar que no *Dicionário Aurélio*, temos que "caçula" vem do quimbundo (kasula), e refere-se mais a situação de irmãos do que a idéia de "primogênito" (*protos genimenos*), não havendo portanto simetria entre os termos.
De um modo geral, estes dois termos podem comportar prioritariamente um sentido de diferença entre filhos, *caçula*, ou um sentido mais próximo a relação entre geração, procriação, no termo *primogênito*.

aspecto digno de nota é a distinção, feita também por D. Paulme, entre solidariedade direta *e* indireta. Direta *quando dentro de uma mesma promoção cada qual espera de seus companheiros o mesmo apoio que poderão lhe exigir; entre promoções alternadas esta solidariedade também pode existir, mas entre promoções sucessivas há uma relação de primogênito e caçula, e a solidariedade é* indireta (Paulme, 1968: 1195).

Em resumo, nesta concepção, os *grupos etários* teriam um caráter mais informal em relação às *classes etárias*; a diferenciação social que neles tem origem é menos rígida e os comportamentos, intra ou extra-grupo, são definidos de modo menos explícito. Na África Austral, especificamente entre os grupos "bantos", o modelo é menos estrito, e o sistema é geralmente de tipo linear. Adotamos, portanto, a expressão *grupo etário* quando tratamos de casos em que dominam o caráter abrangente e não formalizado desta instituição, como por exemplo, entre os Makondes de Moçambique[11].

Conflito de gerações e estrutura familiar

As bases conceituais dos estudos sobre os sistemas etários, conforme nos referimos anteriormente, continuam sendo as mesmas dos anos 50. A quase totalidade dos trabalhos é descritiva, sendo válidas as conclusões de D. Paulme, do início da década de setenta, ao analisar o conjunto dos trabalhos apresentados num congresso internacional especificamente sobre os grupos etários: *"(...) nous sommes encore mal informés sur les conditions d'existence de l'institution, la diversité de ses formes, surtout ses multiples fonctions"*. (Paulme, 1971: 9)

Teoricamente, este campo de reflexão continua sendo definido pelo estudo do processo de socialização. Sabemos que esse processo realiza-se através da relação que a criança mantém com aqueles que exercem, inicialmente, as funções de maternagem e paternagem, generalizando-se a seguir para os outros membros da sociedade. A socialização, operando primariamente ao nível familiar, realiza-se por identificação e aprendizado, baseados numa diferenciação irredutível entre o mundo dos adultos, pais, e o das crianças. As diferenças entre estes dois grupos é sempre enfatizada pelos adultos, ampliando a justificativa da hierarquia no interior da família para além da descendência. Estabelece-se então uma generalização do status de

[11] A etnia Makonde do Norte de Moçambique foi a base para o desenvolvimento da nossa pesquisa de doutoramento.

adulto para além dos limites familiares. o que equivale a uma internalização da imagem do adulto.

O que permite concluir que: *"It becomes understandable from the foregoing that age definitions and differentiation ar of great importance both to the social system and so the individual personality. For the social system it serves as a category according to which various roles are allocated to various people; for the individual, the awareness of his own age becomes an important integrative element, throught its influence on his self-identification."* (Eisenstadt, 1956: 28)

Portanto, o sistema de grupos etários é necessariamente complementar, definindo uma expectativa de papéis que é fundamental para a manutenção e reprodução social. Ao mesmo tempo, exige-se no desenvolvimento do indivíduo uma adequação de sua personalidade e a aceitação de um conjunto de atitudes (obediência, cooperação e pré-disposição para ocupar posição de autoridade). Desse modo, se por um lado é no interior da família que se inicia o processo de socialização e que se abre ao indivíduo a necessária generalização do status de adulto, por outro ela mesma restringe, no seu interior, o acesso a este status. As relações hierárquicas fixadas pela descendência impedem que o indivíduo, no interior do quadro familiar, possa desenvolver plenamente a sua personalidade e as atitudes que lhe permitiriam atingir plenamente a condição de adulto.

A relação entre o campo etário e a família é essencial, pois, desde a própria definição das idades, *supra*, o critério de diferenciação nunca é biológico. A diferenciação biológica, que é fluida, quer pela seleção de uma cronologia entre muitas possíveis, quer pela variação individual, se sobrepõem as cerimônias que marcam a nubilidade social. Desse modo, a categorização etária mínima está fundada na legitimidade da reprodução sexual, o que corresponde a uma ligação definitiva entre idade e estrutura familiar.

Num plano mais teórico, esta relação está presente em termos de uma função dos grupos etários. Para S. N. Eisenstadt (1956: 50), os grupos etários têm como função intrínseca estender a solidariedade familiar para a toda a sociedade. Porém, esta passagem implica numa superação da restrição que a própria família impõe, impedindo o pleno desenvolvimento dos seus membros até o estado de adulto, o que não se faz sem conflito entre estas duas instâncias.

Observa-se então uma aparente contradição na lógica de S. N. Eisenstadt, pois, de um lado ela restringe o acesso a condição de adulto, e por outro fornece o modelo de solidariedade que os grupos etários tendem a espalhar pela sociedade. Para entendermos melhor esta questão, devemos lembrar que os modelos básicos de comportamento aprendidos no interior da família reforçam essa mesma, digamos, ambigüidade. Os laços internos, que são de solidariedade entre os membros da família, também são marcados pela dissimetria pela descendência.

Esta posição particular dos grupos etários entre a família e a sociedade como um todo é analisada no último capítulo de *From Generation to generation*, onde é discutida a função integrativa dos grupos etários. Em outros termos, a contribuição dos grupos etários para o desempenho dos papéis institucionais e para a aceitação das orientações de valores, ou seja, a sua função de integração. Porém, essa função, própria dos grupos etários, permanece sem explicação, muito embora ele considere que ela deveria ser estuda com profundidade (Eisenstadt, 1956: 217). Entende-se desde logo a importância da *função de ligação* dos grupos etários, pois, do ponto de vista funcional, ela realiza a ligação entre a família e outras esferas institucionalizadas da sociedade (políticas, econômicas, religiosas, etc).

Um outro aspecto importante do trabalho de S. N. Eisenstadt, é a sua clássica demonstração de que os grupos etários tendem a surgir quando a estrutura da família, ou o grupo de descendência, bloqueia as oportunidades dos membros mais jovens alcançarem um novo *status* social dentro da família (Eisenstadt, 1956: 56). Este bloqueio pode ocorrer quando os membros mais velhos limitam o acesso dos mais jovens às facilidades que são pré-requisito dos papéis dos adultos, ou pelas restrições das relações sexuais no âmbito da unidade familiar, postergando a conquista da maturidade sexual. Os limites impostos pelas posições de descendência e as leis de exogamia, impedem o desenvolvimento pleno dos indivíduos no âmbito da experiência familiar. Por outro lado, a valorização do status de adulto, que ordena a estrutura de autoridade no interior da família, atua no momento em que se ressentem os limites familiares, como uma força positiva em direção à sociedade.

A instituição dos *grupos etários* impõe novas fronteiras àquelas dadas pelo parentesco e pela descendência. Essa instituição introduz novas relações de solidariedade e de subordinação entre indivíduos que não têm necessariamente relações de parentesco entre si, e, ao mesmo tempo, ultrapassa os limites impostos pelas linhagens. Este sub-sistema da estrutura

social abre um espaço para o desenvolvimento das relações sociais, e acresce um fundamento social ao poder politico, ao impor "valores universais" sobre aqueles que poderiam ser ditos "particulares", ou seja, restritos as relações de parentesco. Ele pode mesmo operar em contradição com o sistema de relações sociais estabelecido pelo parentesco e descendência, sobretudo onde o *grupo etário* mais importante, o dos guerreiros, impõe a seus componentes o celibato e a inserção mínima nos quadros do parentesco.

Assim, deve-se sublinhar que o papel essencial dos grupos etários é fundar uma estratificação social estranha ao parentesco, que permita a realização de funções específicas, rituais, militares e politicas. Ultrapassando os limites da linhagem, os grupos etários reforçam a coesão do grupo local (aldeia) e são responsáveis pela repartição de poderes e de atividades coletivas, sobrepondo-se, por vezes, às linhagens; essa sobreposição pode gerar uma tensão entre eles e as linhagens. Este fato é mais evidente nas sociedades em que os processos de iniciação ou de promoção formam grupos compostos de indivíduos de diferentes linhagens, cuja solidariedade entre os seus membros sobrepõe-se àquela das linhagens.

A aproximação dos grupos etários com a constituição do grupo local pode ser tão forte, em certos contextos, que E. Leynaud (1966), num estudo sobre os *Malinke* (Senegal), compara a dinâmica das promoções a um modelo reduzido do grupo local. Seria, portanto, um erro concluir que há uma separação total entre grupos etários e linhagens[12]. Além da socialização iniciar-se no círculo do parentesco, que permanece como referência para os indivíduos, há um fato muito peculiar: o tratamento entre promoções sucessivas retoma, via de regra, a terminologia de parentesco. É comum o uso de termos tais como "irmãos", "primogênito", "caçula", e mesmo "pais" e "filhos" entre membros de duas promoções sucessivas. Por tratar-se de uma questão bastante complexa, faz-se necessário um detalhamento sobre os sentido desta terminologia.

Em primeiro lugar, conforme nos referimos anteriormente, as imagens desenvolvidas no âmbito da família são generalizadas para o restante da sociedade, de tal sorte que a própria hierarquia baseada na descendência é generalizada a partir da experiência familiar, a qual concentra-se na questão da idade: *"This emphasis on age differences is usually accentuated by the fact that, throughout the period of socialization, the child is not the only one*

[12] Esta relação é tão íntima que encontramos por vezes a temática das idades no interior de uma discussão sobre a temática da família, como no trabalho de Alexandre (1984).

in his age span, but one of a group of children whose basic similarity is felt by them and stressed by the adults" (Eisenstadt, 1956: 27).

A identidade de posições comuns entre as crianças de uma mesma família, em contraste com a singularidade dos pais, faz com se construa a noção de categoria etária. A generalização desta experiência faz com que a idade apareça como uma espécie de multiplicador da descendência, pois, ao ser projetada sobre as relações sociais, a experiência infantil reproduz nela a sua vida familiar.

Essa questão, que para nós é uma hipótese de trabalho, está condensada brilhantemente na seguinte passagem de D. Paulme (1971: 12): *"(...) si les rapports entre classes d'âge se modèle sur les relations intra-familiales, la promotion s'ordenne à l'image du village (...)".*

Comparando-se os tipos de relações que se estabelecem no interior dos grupos etários, onde há fortes laços de solidariedade baseados na igualdade de seus membros, as relações familiares, por contraste, apresentam-se fortemente hierárquicas, como pode ser constatado nas relações entre os diferentes graus etários. Assim, os pais ou os mais velhos do grupo detêm uma autoridade sobre os mais jovens, gerando uma tensão que exige uma constante superação dos domínios familiares. Um mecanismo de regulação destas tensões pode ser o estabelecimento de regras de residência que distanciem ou separem os membros da família quando atingido o limite, *supra*, considerado restritivo. Em resumo, o sistema de grupos etários teria então uma função, digamos, compensatória; ou seja, ele se opõe às relações de parentesco, embora tenha funções análogas. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, não se pode deixar de registrar que a importância do parentesco torna-se ainda mais evidente quando lembramos que em certas sociedades (na Nigéria, p. e., entre os Yoruba e os Yakö), o acesso aos grupos etários está limitado àqueles que têm riquezas; aos outros cabe negociar com os parentes o financiamento que garante a sua participação no grupo etário, sempre destacando que esta será uma honra da qual todos poderão se orgulhar.

O caráter funcional do sistema de grupos etários tem no antagonismo entre as gerações um elemento dinâmico intrínseco. A oposição entre as gerações aparece no seio da própria família, ainda que a unidade familiar normalmente seja mantida; a tensão está sempre presente em estado latente. Este caráter conflitivo entre gerações manifesto na unidade familiar havia

sido identificado por R. Lowie, que considerava-o um conflito mais aberto, para alem das barreiras da familia - um combate entre classes.

"S'élever au-dessus des limitations imposées par l'âge demande un effort d'imagination dont la plupart des esprits sont incapables. Les gens âgés, se targuant de leurs expériences, n'apprennent jamais a s'abstenir sagement de donner des conseils qui ne seront pas suivis et ne pourront pas l'être; ils ne rendent pas non plus compte de l'ennui profond que cause à leur jeune et impatient auditoire le récit interminable et vain de leurs souvenirs. Les jeunes, de leur coté, sont tentés de traiter les anciens de radoteurs bien intentionnés tout au plus, et de n'en faire aucun cas, mais ils n'ont pas le don prophétique qui leur ferait distinguer la sénilité pure de l'expérience de la vie. Souvent la rupture peut être evitée, mais il subsite toujours la possibilité latente de discorde et une incompatibilité manifeste de pensé, de goûts et de mode d'existence. Il va de soi que cet isolament des générations ne se limite pas à la famille, puisque c'est en son essence non un combat personnel, mais une lutte de classes" (Lowie, 1936: 294).

O antagonismo entre gerações ganha forma no seio da família, mas estende-se para além dela. Para R. Lowie, o verdadeiro conflito, aquele capaz de atingir o corpo social, não está nas relações individuais, mas nas classes. Desse modo, o conflito ultrapassa os domínios da família, deixando de ser um problema entre pais e filhos, e ganhando de imediato uma dimensão social.

O campo do conflito de gerações

Nos anos 50 a 70, o campo do conflito de gerações ganhou uma grande visibilidade, tendo sido objeto de reflexão em toda a literatura especializada, desde S. N. Eisenstadt, M. Mead a D. Paulme. A idéia do "conflito de gerações" está tão presente entre nós, atualmente, que tendemos a considerá-la como um processo universal, senão natural. Este processo tomou contornos de uma espécie de "implícito cultural" do nosso imaginário sobre a passagem para a "idade adulta". Basicamente, pode identificar-se, entre os adultos, três tipos de idéias dominantes sobre a questão (Manning, 1983: 824-9):

- a adolescência é um período onde predominam os comportamentos anti-sociais, e é marcada pela rebelião
- a adolescência como fase do desenvolvimento pessoal sempre existiu ao longo da história e em todas as culturas

• há provas de que haja um conflito de gerações

Considerando, em primeiro lugar, a associação imediata e universal entre "adolescência" e rebelião, podemos afirmar que se trata de uma associação que não encontra fundamento antropológico, desde os estudos de M. Mead sobre o sistema etário entre os Samoa no final dos anos 20. Esta fase universal de turbulência característica do desenvolvimento pessoal, não encontra qualquer amparo antropológico, e a sua razão de ser parece estar ligada às nossas projeções e contradições frente ao "adolescente", dando origem a uma fantasia dos adultos[13]. Deste ponto de vista, a idéia da "rebelião" deveria ser encarada mais como uma construção defensiva dos pais para dar sentido ao processo de entrada na "idade adulta" dos filhos, do que como uma característica comportamental. Tratamos este fenômeno do mesmo modo que G. Devreux (1977) analisa o Complexo de Édipo, ou seja, em termos de uma complementaridade de perspectivas entre pais e filhos, o que implica na negação da unilateralidade do desejo ou ódio do filho e na busca das motivações dos pais.

Um evento que nos serve de referencial para as mudanças ocorridas a partir dos anos 50 ficou conhecido como *Maio de 68*, e teve as suas múltiplas facetas analisadas por E. Morin. Dentre elas, destacamos a perda de predomínio dos velhos[14], num processo de *degerontização*:

"Com o desenvolvimento das civilizações a autoridade dos velhos se degrada, o acesso à idade adulta é abrandado: não há ruptura dilacerante entre a infância e a idade de homem: o casulo familiar cerca, durante muito tempo com sua tépida proteção, a formação do indivíduo: o adeus ao reino da mãe não é consumado, a não ser pela morte" (Morin, 1967: 132).

---

[13] Tomamos o termo seguindo a carta (02.05.1897) da famosa correspondência entre Freud e Fliess, onde o primeiro escreve: "As fantasias são construções defensivas, sublimações e ornamentações dos fatos, servindo simultaneamente a propósitos de auto-exoneração." (Mezan, 1986: 187).

[14] Notamos que a expressão *velho*, pelo menos para as sociedades tradicionais, é preferível em relação a *ancião*, cuja conotação é eminentemente positiva, porque que a figura que representa mais completamente as pessoas idosas deve conter a ambigüidade em torno da qual as diferentes culturas e em diferentes momentos históricos parecem ter oscilado.

O contexto mais amplo deste processo é sem dúvida a sociedade de massas, e o enfraquecimento da imagem paterna[15]. Este quadro de mudanças parece melhor definido com os conceitos de *pós-figurativo*, *co-figurativo* e *pré-figurativo* criados por M. Mead (1979: 30). O seu trabalho está voltado para a especificidade cultural, e, através dos referidos conceitos, procura dar conta de uma realidade essencial do fenômeno etário. Em grandes linhas, ela afirma que o processo em curso poderia ser caracterizado pela mudança da referência de formação dos indivíduos, ou seja, aquela que fornece os modelos que guiam a estruturação de suas personalidades. Assim, são definidos três tipo de cultura delimitados a partir do universo de formação próprio de cada sociedade:

- *pós-figurativo*: as crianças são instruídas antes de mais nada pelos pais;
- *co-figurativo*: as crianças e adultos aprendem de seus próprios pares;
- *pré-figurativo*: as crianças também ensinam a seus pais.

Ao invés de tirar a conseqüência das mudanças em termos de relações de poder, como o fez E. Morin, neste modelo são destacados os aspectos de formação e do sentido do fluxo de informação entre os dois pólos do processo de socialização. Os três tipos de cultura podem seguir uma seqüência histórica, mas não necessariamente. Tratam-se de tipos ideais, ou seja, uma topologia das culturas que são apenas modelos para pensar a realidade. A tendência ao predomínio dos tipos co-figurativo e pré-figurativo, parece caracterizar adequadamente o momento atual da nossa sociedade. Esta tendência pode ocorrer em diversas sociedades e por várias razões, como por exemplo: uma catástrofe que liquida a população idosa; o desenvolvimento de novas tecnologias, as quais as pessoas idosas têm dificuldade de dominar; processos migratórios; uma conquista, onde há submissão à cultura do conquistador; ou num processo revolucionário. O centro da atenção neste modelo está, portanto, na inadequação das respostas dos pais face a situações em mudança, que podem corresponder a situação colonial, migração, etc, e não seria uma característica da sociedade de massa como se refere E. Morin[16].

---

[15] Trata-se de uma temática capital para o estudo das relações etárias e para o conhecimento da sociedade industrial moderna. Nos limites deste artigo, sugerimos a leitura da conhecida obra de Mitscherlinch (1969).

[16] É preciso lembrar que E.Morin (1967) tem como objetivo a análise da sociedade de massa, e por esta razão é justo concluir com ele que, para esta situação específica, vale mais a *adesão ao movimento* do que a experiência acumulada. Na terminologia de M.Mead, diríamos que se trata de uma situação co-figurativa.

A situação observada por M. Mead é bastante complexa, e expressa de um modo muito preciso a perplexidade dominante nos anos 60-70, tanto no caso dos pais, quanto dos filhos. As duas passagens seguintes registram a observação direta da autora e mostram a especificidade do quadro daquela época nas sociedades urbano-industriais:

"(...) au cours des années soixante et soixante-dix, on pu assister à un phénomène entièrement nouveau; des parents, qui n'avaient rien de prohibitionniste rigoureux, des parents qui eux-mêmes buvaient et fumaient librement et parfois avec excès, non seulement interdiaient à leurs enfants d'user de certains plasirs - en particulier la marijuana - mais allaient jusqu'à menacer de mort les jeunes qui en prenaient. Pour les parents obsédés, devenir adulte ne ferait aucun bien à leurs enfants; au grand jamais ils ne serraient autorisé de fumer de l' 'herbe'. D'où pouvait donc venir un comportement aussi complètement irrationnel? Qu'est-ce qui pouvait pousser les parents en colère `a répondre, un apéritif à la main, une cigarette à la bouche, lorsqu'on leur objectait l'analogie entre la cigarette , l'alcool et ***Cannabis Sativa****: 'Je ne vois pas ce que l'apéritif vient faire là-dedans".*

"Du côté des enfants, on pouvait constater de signes de changement, tout aussi nouveaux et à première vue inexplicables; ils rèagissaient aux sermons at aux conventions sociales non piont à coup de slogans révolutionnaires ou religieux - comme l'avaient toujours fait, jusqu'ici , les jeunes gens en rébellion - mais par des avalanches d'obscénités, repoussant les commentaires de leurs parents avec la même monotonie que celle de la musique amplifiée électronique qui les protégait de leur présence" (Mead, 1979: 14).

Ambos, pais e filhos, estavam a procura de uma nova identidade, uns e outros percebiam que estavam mergulhados num mundo sem precedentes. Cada qual então se fechava sobre si mesmo, e, ampliando cada vez mais a distância que os separava, aprofundava-se o fosso entre eles. O conflito de gerações é sem dúvida um fenômeno social com base etária e desdobramentos nas relações intra-familiares. Além disto, destaque-se que, no seu conjunto, estas manifestações não tomaram as proporções, digamos, revolucionárias. Tratava-se de uma busca de uma nova identidade.

Tampouco resiste ao exame científico a idéia de que a "adolescência" tenha sempre existido ao longo da história da "civilização ocidental". Assim

como a idéia da universalidade, discutida anteriormente, não se encontram registros capazes de demonstrar a existência desta fase fora dos contornos da moderna sociedade industrial. No exaustivo levantamento histórico-cultural realizado por P. Ariès (1963) sobre a infância no chamado *antigo regime* na França nada foi encontrado de próximo a nossa noção de adolescente.

Esta questão está intimamente ligada às transformações sócio-econômicas que tiveram curso em período recente da nossa história, com desdobramentos na significação da vivência familiar e, particularmente, no fim dos ritos de iniciação que marcam a passagem para o mundo adulto. Por esta razão, E. Morin (1967: 137) afirma que *"a adolescência surge enquanto* ***classe de idade*** *na civilização do século XX"*.

Nas sociedades tradicionais[17], onde há ritos de iniciação, a passagem é feita de modo coletivo e institucionalizado, não permitindo o alongamento do período de passagem para a idade adulta, nem a sua solução individualizada. Na realidade, nenhuma experiência humana, sobretudo aquelas que implicam em transformação de status social, pode ser totalmente isenta de conflito. Por outro lado, estudos empíricos levados à cabo por psicólogos durante o próprio período do conflito entre gerações demonstram que, em geral, os "jovens contestadores" dos anos 60-70 se davam bem com seus pais, e que poucos entravam em choque com os valores básicos. Ora, a noção de "conflito de gerações" pressupõe justamente uma divergência direta de opiniões entre pais e filhos. Surpreendentemente para alguns, as pesquisas empíricas realizadas nos Estados Unidos da América, no início dos anos 70, revelaram que: *"(...) em geral, havia poucas divergências entre a geração mais jovem e as mais velhas, numa ampla variedade de assuntos - com exceção do sexo"*. (Gallatin, 1978: 397).

O que parece importante reter desta discussão para os objetivos da nossa exposição é que a idéia de rebelião associada o universo dos jovens é antes de mais nada uma apreciação limitada ao ponto de vista do adulto, e que não se trata de conflito entre pais e filhos que amplie as distâncias, mas de construção de identidades próprias.

---

[17] Neste trabalho utilizamos o termo "tradicional" apenas para diferenciar o conjunto das sociedades outras que as modernas sociedades industriais. Relativamente a sociedades negro-africanas referimo-nos mais especificamente a situação pré-colonial. Este termo tem uma função contrastiva, não podendo qualificar as sociedades assim designadas. Lembramos também que, etimologicamente, "tradição" está ligada a idéia de transmissão, ou seja de uma cadeia que liga o passado e o presente.

Do ponto de vista teórico, cabe ainda destacar um último ponto que não tem recebido a devida atenção. Trata-se da capacidade de articulação entre o estudo concreto de um determinado grupo etário, segundo a perspectiva de cada disciplina, e o conhecimento da dinâmica etária global da sociedade na qual ele se inscreve. E assim que os estudos relacionados, p.e., com a chamada "terceira idade", atingem a real dimensão do fenômeno como experiência vivencial, quando se voltam também para o processo de envelhecimento e o estudo do sistema etário como um todo[18].

Dentro dos limites deste trabalho, procedemos a uma revisão das bases antropológicas da dinâmica etária, como uma construção histórica específica que molda o ciclo vital da existência humana. Entendemos que a nossa capacidade de compreender as diferentes formas desse ciclo depende do conhecimento das suas múltiplas dimensões e dos avanços concretos obtidos pela demografia, psicologia social, medicina, biologia, dentre outras especialidades. Porém, acreditamos que o ponto de partida para um diálogo mais eficiente é a sistematização dos avanços teóricos de cada disciplina, que, mostrando as suas fronteiras, contribua para a real aproximação dos interlocutores.

Bibliografia

ALEXANDRE, P. **Les Africains. Initiation à la longue histoire et à de vieilles civilisations, de l'aube de l'humanité début de la colonisation**. Paris: Éditions Lidis, 1984.

ARIÈS, P. **L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime**. Paris: Seuil, 1963.

DEVEREUX, G. **Essais de d'ethnopsichiatrie générale**. Paris: Gallimard, 1977.

[18] Estamos preparando um texto em que esperamos que estas afirmações teóricas possam ser concretamente mostradas. Trata-se de uma reflexão sobre a dinâmica etária nas sociedades negro-africanas tradicionais, com ênfase para o caso dos Makonde de Moçambique.
Dada a especificidade destes dados, apontamos desde já que não se trata de uma busca de lições no "exotismos" negro-africano, mas de um estudo de uma sociedade específica e das formas pelas quais nela são vividas as recorrentes experiências das "idades da vida". Nenhuma sociedade resolveu plena e definitivamente os sempre renovados desafios da idades, e nenhuma pode nos oferecer um modelo, pois eles apenas tem sentido no seu próprio contexto. Porém, os resultados destas pesquisas podem ser úteis também para a melhor compreensão da nossa cultura.

EISENSTADT, S. N. **From Generation to Generation: age groups and Social Structure.** Londres: Glencoe, The Free Press, Routledge, 1956.

___ "African age groups: a comparative study", **Africa**, (24), 1954.

GALATY, J. G. "Aînesse, cyclicitéet rites dans l'organisation des âges masai". In ABÉLES, Marc & COLLARD, Chantal. (compil.) **Age, pouvoir et société en Afrique Noire**. Paris: Montreal, Karthala, P.U.M., 1985, pp. 287-330.

GALLATIN, J. **Adolescência e individualidade**. São Paulo: Harbra, 1978.

LEYNAUD, É. "Fraternités d'âge et sociétés de cultures dans la Haute Vallé du Niger". **Cahiers d'études africaines**. 4 (21), 1966.

LOWIE, R. **Traté de sociologiae primitive**. Paris: Payot, 1936.

MANNING, L. "The three myths concerning adolescence". **Adolescence** 18(72): 824-9, 1983. apud FIGUEIREDO, E. **No reino de xantum. Os jovens e o conflito de gerações**. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

MEAD, M. **Le fossé des générations. Les nouvelles relations entre les générations dans les années 1970**. Paris: Denoël/Gothier, 1979 (ed. Plon, 1970).

MEZAN, R **Freud: um pensador da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MITSCHERLINCH, A. **Vers la société sans père. Essai de pshychologie sociale.** Paris: Gallimard, 1969.

MORIN, E. **Cultura de massa no século XX. O espírito do tempo.** Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1967.

PARSONS, T. & SHILS, E. A. **Toward a general theory of action**. Cambridge: Havard University Press, 1951.

PAULME, D. "Classes d'âge (Anthropologie)". In **Encyclopedie de la Pleiade**, p. 1195, 1968.

PAULME, D. (ed.). **Classes et associations d'âge en Afrique de l'Ouest**. Paris Plon, 1971.

RIFIOTIS, T **Aldeias de jovens: a passagem do mundo do parentesco ao universo da política em sociedades banto-falantes. Abordagem sócio-antropológica da dinâmica dos grupos etários através da literatura oral.** São Paulo: (Tese de Doutoramento), USP, 1994.

ROSENMAYR, L. "Les étapes de la vie". **Communications** ("Le continent gris", 37). Paris: Seuil, 1983

DA INDIFERENÇA: FOTOGRAFIA E MORTE PÚBLICA[1]

Mauro Guilherme Pinheiro Koury

"He cerrado mi balcón
Porque no quiero oir el llanto,
Pero por detrás de los grises muros
No se oye otra cosa que el llanto".
(García Lorca, **El llanto**)

Este ensaio objetiva discutir a banalização da morte pela fotografia, principalmente jornalística. Interessa compreender as mudanças do olhar e a aparente falta de sensibilidade do homem comum à morte pública. Que parece estabelecer uma distinção profunda entre o lado público e o lado privado da morte e da dor.

Imagens de morte por guerra, extermínio, catástrofes, entre outras, aqui chamadas de morte pública, foram selecionadas de livros e revistas e colocadas à disposição de quinze informantes para manuseá-las e falarem um pouco dos seus sentimentos em relação ao conjunto das fotos. Pensou-se, inicialmente, em apenas apresentar fotografias de casos brasileiros. Pelo tipo de liberdade posta aos informantes pelo pesquisador, que os deixava manipular e depor sobre as fotos sem interferência alguma, e pelos significados mais amplos das informações recebidas sobre o conjunto das fotografias, foi-se ampliando o universo da amostra com fotos de outros países.

[1] Texto apresentado no GT Antropologia Visual e da Imagem. V Reunião de Antropologia do (Merco)Sul. Tramandaí (RGS). 12 a 15 de setembro de 1995.

Pensou-se, de um lado, que ampliando o universo temático e geográfico se poderia melhor identificar classificações construídas pelos informantes com respeito à sensibilidade e rituais espacialmente localizados. De outro lado, se poderia caracterizar melhor o imaginário sobre dor e morte por trás dos depoimentos.

Dor e morte como categorias universais, e com representações em imagens que estrapolavam limites nacionais e codificações rituais específicas. Ao complexificar a amostra esperava-se uma elaboração mais livre sobre as observações ao conjunto fotográfico permitindo ao pesquisador melhor compreender os fundamentos em que se erigiam os discursos e as reações dos informantes. através das emoções por elas perpassadas. A fotografia aparece aqui mais como um sensibilizador, através do qual se pode buscar entender os significados de dor e morte

Este ensaio não pretende fazer uma análise do conjunto fotográfico em si, mas e principalmente das leituras realizadas pelos informantes no esforço de decodificar as imagens presentes no imaginário daqueles que se dispuseram a observar o conjunto fotográfico e tentar informar sobre suas emoções no ato da observação.

O conjunto de fotos era apresentado sem qualquer esforço de classificação ou ordem pelo pesquisador. Os informantes manipulavam as fotografias, estabeleciam categorias ou buscavam uma forma de classificação livremente. Como abertas eram suas falas sobre o conjunto observado. O pesquisador buscava não interferir, na maior parte das vezes apenas registrando as informações, com o intuito de não dirigir o olhar observante.

Os depoimentos sobre o conjunto fotográfico se estenderam desde a morbidez inerente à amostra até a indiferença, passando pela estética das fotos, pela crueldade e violência por elas transmitidas, pelo exercício da memória, através de recordações ou vivências de rituais e simbologias nelas presente de forma deformada ou não, pela perda e dor evidenciadas nas fotografias, até o discurso reflexivo sobre a morte e o morrer.

Depoimentos sempre cruzados pelo esforço de classificação. As fotografias sendo classificadas geograficamente, ou por temas evidenciados pelo observador, que iam desde a questão da violência até o problema dos sentimentos nelas impressos. No caminho transpondo temáticas religiosas, de

tabus e tradições, da política, da indiferença ou significações da dor e da morte para o pensamento ocidental.

Rol de informações lavantadas pelo olhar observador, tendo sempre como pano de fundo as emoções da pessoa, geradas no ato de observar. São sobre essas emoções que este ensaio, prioritariamente, versará.

Da Morbidez

Os olhares recaem em imagens de velórios, em expressões e sequências de dor e morte, em corpos mortos enfileirados ou entulhados em ruas, em estradas, em rios, em covas rasas, em cenas de morte infantil, ou da cotidianidade da morte e, invariavelmente, esclamam a morbidez da amostra.

Mórbido é um estado ou uma inclinação à viver com pensamentos perniciosos ou nocivos, a apresentar ou ter interesses em situações sombrias ou melancólicas, ou em coisas tristes, especialmente, doença ou morte. O estado de ser mórbido, a morbidez, assusta ou incomoda o espectador.

No caso do conjunto de fotografias, se o susto ou incômodo eram dissipados pela exclamação de morbidez da amostra, o pedido de comentários sobre as imagens tateava entre o estabelecimento de uma cumplicidade, no falar de situações limites e silenciadas no cotidiano da pessoa, e da manutenção de um distanciamento, necessário, como se não o fazendo se contaminasse. Ou germinasse em seu discurso as perdas e os medos que com dificuldade procuravam retirar das lembranças.

Corpos congelados de homens jovens, quase adolescentes, estão estendidos em macas de mão pelo chão. Nos rostos as marcas do sofrimento final. Cobertos ou semi-cobertos por lençóis brancos esperam a remoção. Nos braços improvisadas etiquetas de identificação encontram-se presas. Restos de neve cobrem parcialmente o rosto de um dos jovens e espalham-se, quase gelo, no braço esquerdo descoberto e entre os demais mortos.

O jovem morto com o rosto parcialmente coberto pela neve é o centro, o ponto de foco da fotografia, chamando a atenção inicial do olhar, para depois remeter aos demais corpos que a vastidão do quadro fotográfico não consegue deter, escapando para fora da foto, dando a impressão de infinidade (foto 1). Por estranho que pareça, a fotografia choca não tanto pela morte exposta, por corpos jovens perdidos na guerra, mas pela inusitada

cena, para um país tropical como o Brasil, de corpos congelados e parcialmente cobertos de neve.

O olhar se detém e se interroga buscando decifrar a neve, para só depois percorrer a fotografia e significar a morte.

É a guerra! Se afirma, repondo a foto à mesa. Repassa-se as demais fotos rapidamente. Alguns param na fotografia de um trabalhador preparando cimento, tendo nas costas um muro enorme com uma pintura que retrata montanhas e uma frase no alto: *Obrigado Senhor por mais um dia.*

Sobre a pintura várias pixações. Dos lados do trabalhador, à esquerda, um tronco de uma árvore, onde estão escorados um saco de cimento e uma pá, à direita, uma mesa e quatro bancos fincados no chão, denotando a existência de um bar ou lanchonete próxima.

À frente do trabalhador, tomando toda a extensão da fotografia e a ultrapassando, corpos chacinados, descobertos ou enrolados em lençóis, encontram-se enfileirados.

O trabalhador indiferente, ou aparentando indiferença, no meio de tão insólita paisagem, continua preparando o seu cimento, como se nada estranho se passasse, como o *natural* em seu cotidiano. Tão natural que alguns informantes têm dificuldade de apreender a fotografia. E, quando compreendem, muitos riem pelo incomum da cena: não dos mortos, não da paisagem de montanhas e os dizeres no muro, não pelo tronco ou pela mesa e bancos de um possível bar, não também pelo trabalhador, mas pela indiferença e cotidianidade quase absurda à morte que a foto, em seus diversos contrastes, parece querer revelar (foto 2)

O riso é um sorriso nervoso, quase de espanto pelo humano aparentemente negado na morte exposta. Logo remontado pelo discurso sobre a violência de hoje em dia e os perigos do cotidiano a que estão expostos todos os cidadãos.

O sentimento de morbidez da amostra parece aumentar e contaminar os informantes no passar, deter-se, selecionar, deixar de lado, classificar e comentar as fotos. Os que não desistem separam quase que invariavelmente as fotografias que retratam catástrofes, massacres, chacinas e matanças na primeira seleção para comentários, independentemente do horror ou macabro

da cena. Como a foto de corpos humanos (homens, mulheres e crianças) nús ou vestidos parcialmente, inchados, com marcas de tortura e em decomposição, entulhados na margem de um rio, presos na vegetação aquática (foto 3). Ou os corpos espalhados em desordem por uma estrada, cobertos por panos coloridos, numa confusa colcha de retalhos de humanos chacinados (foto 4).

Talvez porque as cenas expostas de matanças, chacinas, guerra e outros sejam públicas, sociais, e como tal possam ser analisadas de fora do sujeito que as observa. Talvez porque, embora a morte venha à tona incomodando com sua morbidez, não diga de imediato respeito aos medos, receios e perdas pessoais. A sua impessoalidade permitindo um distanciamento e uma interpretação sobre os horrores e a violência do mundo em geral, sem afetar diretamente o *mundo pessoal* do informante.

FOTO 4

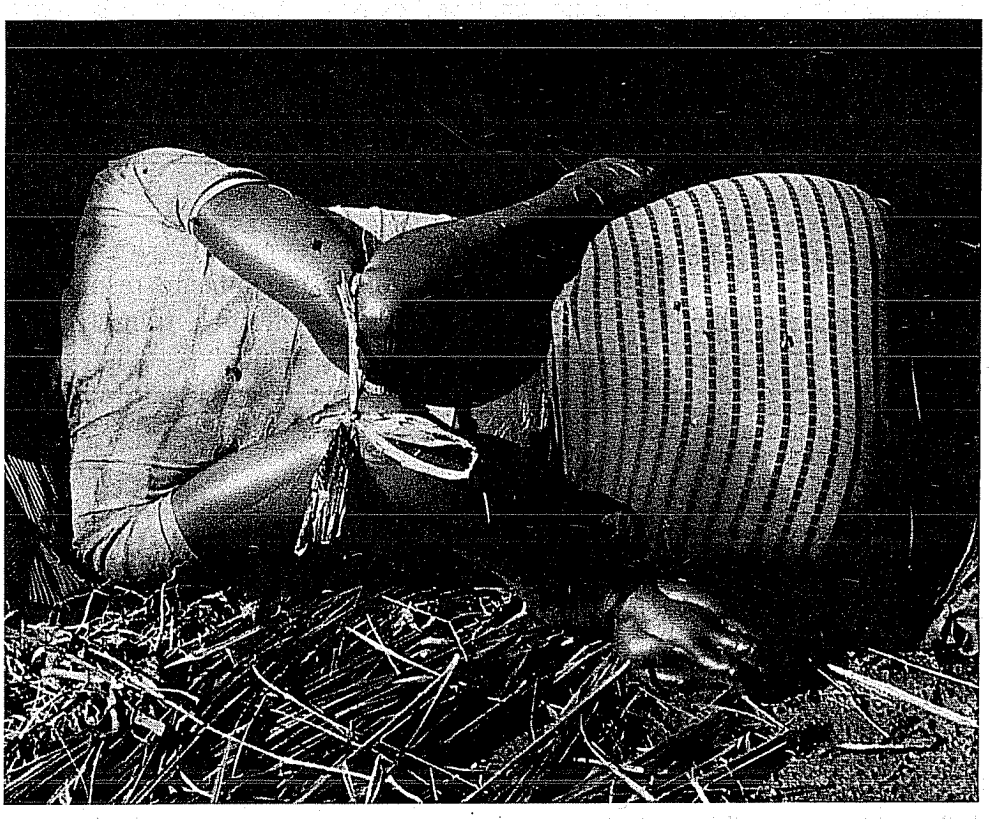
Embora as cenas de morte dessa seleção pareça perturbar os informantes, a perturbação é mais social, não diz diretamente respeito ao subjetivo da pessoa. É possível, dessa forma, abstrair e transcorrer o depoimento em um nível de distanciamento onde as emoções transpareçam através de categorias muito amplas e aparentemente desligadas do cotidiano individual.

As guerras, as chacinas, as catástrofes são analisadas de uma distância tão grande que se tornam indiferentes para os medos cotidianos das pessoas, mesmo quando as imagens demonstrem intensa crueldade, como a apresentada na foto 5. Um corpo jovem de mulher, de costas, com os antebraços amarrados e as mãos dilaceradas, inchada, coberta de moscas, jogadas em um matagal. Quando não banais.

A banalização da morte pública pela fotografia, principalmente jornalística, após a segunda guerra mundial, parece pulverizar os seus efeitos de horror na mentalidade do homem comum. A visão de corpos dilacerados,

jogados, esquecidos, estendidos em locais ermos ou em vias públicas parece não mais chocar os olhos do observador, a não ser pela morbidez e estética (do sujo, do poluído). O que parece ocorrer também com o olhar sobre a pobreza: a sua presença parece incomodar mais o observador pela poluição, feiúra e ameaça pessoal que possa provocar, do que por uma possível sensibilidade à condição humana e pessoal do pobre.

A falta de sensibilidade aparente no olhar parece estabelecer uma distinção profunda entre o lado público e o lado privado da morte e da dor. A morte no espaço público parece ter-se tornado, na mentalidade do homem comum nas sociedades ocidentais pós guerra, produto de uma experiência societária terrível, porém necessária às políticas de ordem, segurança, crescimento e progresso dos povos. A morte no espaço privado, ao contrário, em experiência a-política que se processa na subjetividade individual e se ancora em instâncias desindividualizadoras da sociedade, como a família, a religião, presas ainda, - embora sem tanto rigor, como no passado -, em tradições, rituais, credos e segredos (Simmel, 1950), ou indicando no oposto, o extremo da solidão e da impotência pessoal.



Os corpos mortos, nesse sentido, deixam de ter significação em si para adquirir significados através da análise de políticas societárias mais gerais, onde a violência representada é de alguma forma enquadrada e explicada, podendo assim haver distanciamentos sem envolvimento pessoal, e emoção estética. O mórbido em sua nocividade é domado, assim, pelo olhar, que conduz as imagens interpretadas à códigos político-integrativos, reforçando o que Hanna Arendt (1963:145) chama de incapacidade de pensar. A maleabilidade em aceitar quaisquer conjuntos de regras, quaisquer conjuntos morais e de conduta prescritos em um dado momento numa sociedade, como se não passassem de uma nova regra de linguagem.

Da indiferença

A banalização do processo de morrer no espaço público, no social, na contemporaneidade, parece corresponder a uma tentativa de subjugar a morte dentro da pessoa como subjetividade. Medos, anseios, receios, sentimentos de solidão e de vazio passam ou começam a se transformar em questões íntimas, individuais e, portanto, não sociais em si. Em coletividade o processo de morrer passa a ser compreendido de forma cada vez mais higiênica (Ariès, 1989), e as situações geradoras de mortes públicas, como guerras, conflitos étnicos, raciais, questões policiais ou de ordem pública são vulgarizadas como instrumental à segurança, ao desenvolvimento e processo organizacional humano. Ou como desvios, em casos limites.

Comportamentos desviantes ocasionados por problemas mentais ou por problemas de ordem pública, devendo serem encaminhados, combatidos e reintegrados pelas instâncias ou instituições adequadas.

Como tendência dominante desde o pós-guerra nas sociedades ocidentais, este modo de encarar a morte e o morrer parece trazer uma série de consequências às atitudes individuais que, sem abandonarem totalmente as bases tradicionais do pensar e sentir a morte, iniciam um afastamento acelerado dessas tradições dessacralizando-as. A ambiguidade individual do lidar com a morte parece então predominar. O que ocasiona comportamentos ambivalentes a uma mesma situação, geradores de ansiedade no subjetivo, e de indiferença no social.

Indiferença é um estado de insensibilidade moral. Diz-se indiferente a pessoa desinteressada de quaisquer acontecimentos ou assuntos. Voltado para si, predominantemente, o indivíduo alcança o social pelo distanciamento

necessário posto às relações obrigatórias ou opcionais com outrem. O resguardar a intimidade parece ter sido uma conquista do individualismo, que começou a tomar fôlego no Brasil nos anos setenta, e com mais força, nos anos oitenta e noventa deste século.

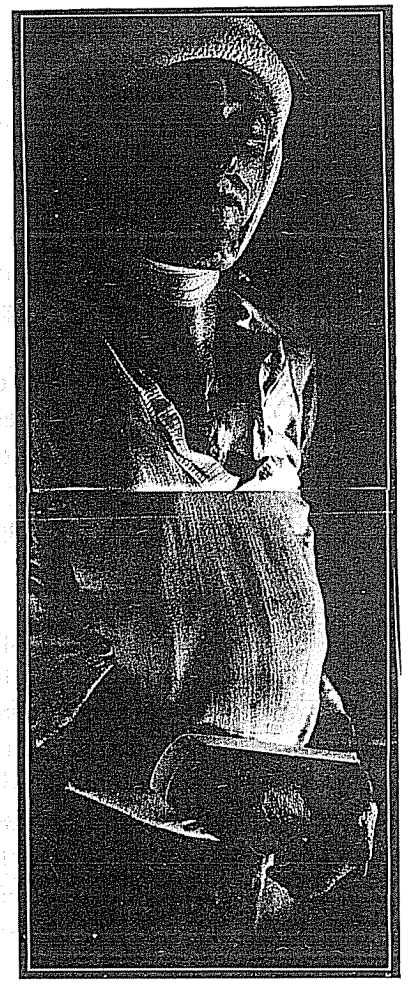
A imagem fotográfica permite um reforçar da posição individualista quando, ao abstrair em si noções de tempo e espaço, quando deslocadas da situação que a gerou, cria uma idéia de intemporalidade e de *qualquer lugar*. O que reforça o distanciamento do olhar e sua indiferença quanto ao que vê. Indiferença aumentada pela vulgarização de temas e situações retratadas pela fotografia e pela abstração e não história inerentes a foto em si.

Dubois (1994: 88) analisando os efeitos de ausência no ato fotográfico afirma a distância na fotografia através da tensão entre o visível e o intocável. Desta tensão emana a questão da morte como forma inerente ao ser fotográfico.

O visível através da revelação sempre é um produto representacional de algo colhido pelo olhar do fotógrafo, que não mais existe enquanto corte tempo-espaço. É uma imagem de um duplo, de algo que existiu e que não pode ser mais tocado.

A manifestação visual, assim, só pode ser compreendida, de um lado, através da referenciação de situações historicamente datadas e espacialmente definidas por um sujeito através de sua biografia. Interrelação de um tempo-espaço, que se confunde com o social, existencialmente referenciado enquanto vida pública sob o olhar privado. De outro lado, através da compreensão da revelação que se processa quando, perdendo seus referenciais de tempo e espaço, a foto adquire ares de intemporalidade e navega sob o olhar que observa através de universais.

De categorias abstratas, que tanto podem remeter a identificações distanciadas do objeto retratado, como podem remontar uma moral conjuntural a que pertence a pessoa que vê, enfatizando os elementos de choque entre a tradição formadora do sujeito e os impactos vivenciados de mudanças. O que possibilita incursões pela anomia ou pela aceitabilidade como inevitáveis. Na foto 6, um homem pobre está estendido em um caixão simples, com as mãos amarradas para compor o corpo após o enrijecimento do cadáver. No seu peito vê-se os pontos da costura do corpo após a necrópsia.



O olhar que observa prende-se na estética da foto e no vazio transmitido pela miséria que parece envolver aquela morte. A densidade da solidão provoca imediatamente a pergunta sobre quem é o morto. Informados pelo pesquisador que se trata de um sem terra assassinado, desinteressam-se pela fotografia ou exclamam que com os pobres *é assim mesmo*, ou que não adianta lutar porque termina-se morrendo, ou ainda, que a questão da desigualdade é natural e não tem como se ser contra ela. Ou ainda, que a morte é uma das possibilidades de quem luta por seus direitos.

Ambos os caminhos aqui, retratando não pares antagônicos ou paralelos, mas duas instâncias de intercruzamento constante que permitem ao sujeito remeter-se à experiências próprias e únicas que lhe tornam particular, indivíduo, e codificá-las através de universais conjunturalmente prescritos formadores dos valores e tradições de um social específico. Universais que

lhe forma pessoa, que o faz social, ao mediatizar seu olhar privado através do outro, do público, tornando sua experiência privada em social, e os valores societários em experiência privada e específica.

Quando diferenciados, porém, cria-se um hiato, quer pela desvalorização dos universais que fazem, ou melhor, conformam o indivíduo social, afrouxando os laços com as tradições formadoras de sua pessoa, quer pelo desvalimento de suas experiências privadas, que impactam com universais distanciados do seu eu e de sua relação com outros. Em um caso e no outro, corre-se o risco da anomia, como desregramento social que enfatiza a morte e o morrer como naturais do social, e da nostalgia do eterno recomeço, em sua eficácia melancólica, sem passado e sem futuro, fruto de uma ilusão que insiste em replicar um ausente inatingível em idéias e em ações.

Exceto pelo reforço da idéia de réplica, de algo que parece ser sem ter mais base no que já foi (passado historicamente definido), aumentando a desilusão do que se perdeu e a ilusão do recomeçar sem ter por onde. Círculo vicioso de nostalgia que parece fundar o homem melancólico (Koury, 1995). Personagem difuso que, ao buscar reter a idéia de réplica como fundamento da ilusão de uma temporalidade e de um espaço perdido, reforça a morte como modelo de sociabilidade e como remontagem de sua pessoa, que já não crer no que experiência mas, ao mesmo tempo, ainda se indigna por não ser como na crença em que parecia basear-se sua identidade de sujeito.

Entre os informantes a leitura das fotografias ou as manipulações e buscas de classificações sobre o conjunto fotográfico, após o impacto inicial sobre a morbidez da temática, parecia fazer-se pelo distanciamento entre o olhar que vê e as imagens observadas. As experiências que as imagens pareciam representar não diziam respeito a eles, enquanto indivíduos, e sim a abstrações que faziam parte de um processo representacional mais geral. A temática da morte espalhada pelas fotografias eram remetidas a códigos mais amplos de aceitação, condenação ou apropriação estética, que não tocavam diretamente ao seu cotidiano como pessoa a não ser através da interferência ou poluições exteriores, do moderno, através da mídia e de algumas linguagens literárias e cinematográficas, entre outras.

O distanciamento do olhar negava à memória a experimentação. Esta se fazia pela codificação abstrata de situações de fora. Como um processo de irrealidade. Parecia que a representação da morte que as fotografias traziam,

pela intemporalidade inerente ao próprio ser da fotografia, ampliava a sensação do ausente em si, possibilitando e definindo o campo da indiferença do olhar.

O olhar indiferente passeava, assim, pelo conjunto fotográfico como se ele não existisse por si, como produto de uma imaginação destacada do real que compõe o cotidiano, mas que, ao mesmo tempo, revela a violência da morte que precisa ser represada com classificações abstratas como forma de remetê-la de volta ao mundo da imaginação.

O olhar indiferente, assim, não é um olhar neutro, mas um olhar ambivalente. Ao mesmo tempo que reconhece as fotos através do distanciamento, retirando de si e do cotidiano as bases de sua interpretação, necessita repor o reconhecimento à intemporalidade do imaginário, e se possível à banalidade do instantâneo temático da morte e da violência que a fotografia parece produzir, na sua utilização indiscriminada pela comunicação na modernidade, refugiando o observador dos temores, e por que não dos desejos, que insistem em acompanhar a formação de sua biografia como sujeito moral.

Ambivalência de um olhar que, ao mesmo tempo que está preso ao mundo, vê este mesmo mundo como exterior, como se não fizesse parte dele (Jankelevitch, 1974: 346). Não se acha nele estando, impondo um exercício de negação do que vê em si como reforço da negação do si no que vê. Como resguardando ao outro a capacidade do agir, e salvaguardando a si próprio da desilusão da transferência.

Da Memória

O ato fotográfico ao registrar imagens da morte, se por um lado perpetua a cena dentro de uma ilusão do fora de um tempo-espaço, por outro lado, duplica a própria sensação de morte. Registro de um passado, de algo que ocorreu, a imagem revelada ao congelar a morte enquanto cena, parece representar não a própria cena que já foi, mas o próprio conceito de morte. A morte enquanto intemporalidade presente no registro fotográfico passa a idéia da morte representando a própria morte.

Registro estático da cena que ocorreu, a fotografia amplia a distância que separa o observador da imagem. Reforça, ou parece reforçar, à morte um conteúdo de abstração que executa constantemente as ligações das

experiências do sujeito aos códigos e simbologias mais amplos, fundamentando as verdades, as crenças, as adesões às convenções e padronizações de expressão e conduta que possuem, segundo Hanna Arendt (1993), a reconhecida função social de proteger o olhar da realidade.

Parece banalizar a noção de morte, ao assim agir. O olhar que observa cristaliza e uniformiza as imagens através de padronizações, adequando sua visão às regras e convenções sociais, acalmando os medos e receios interiores. A adequação se fazendo sempre pela banalização das imagens pelo olhar que se distancia da cena (já desprovida de um espaço-tempo, ou preenchida pelo passado, pelo que já foi, característico da fotografia), e reage aos anseios pela adesão às convenções.

Afasta-se, assim, da memória enquanto processo que se aproxima da experiência, que refaz a interação do pessoal, com suas verdades e inseguranças, com seus temores e certezas, com o social. Que recoloca o imaginário no intercruzamento constante com a experiência, como recriação do potencial criador da observação do olhar que interroga, que luta por não se adequar apenas mas por compreender, retirando a distância do olhar convencional pela incerteza da ação do pensar, e das emoções que despertam nesse olhar participante como crítica do banal, da padronização por si.

Memória como construção, como refazer. Como evocação que permite a vinda à luz de lembranças enquanto intercruzamento de história pessoal e social, e enquanto vivência, enquanto passado, para ser trabalhada qualitativamente pelos que a evocam (Bosi, 1994: 68). Como informa Vernant (1988: 96-106) em um belo ensaio sobre a figuração do outro na Grécia Antiga, ao falar da máscara de Gorgó como simbologia do poder do outro sobre o eu, a questão da facialidade, do encarar de frente o outro, interroga a presença da memória como afirmação do eu ou de sua perdição. Impõe, assim, a questão do olhar, da reciprocidade de ver e de ser visto, como processo de memória: da dissimulação aos olhos (invisibilidade), da afirmação no olhar do insólito e da estranheza (enquadramentos e classificações) e da frontalidade do olhar (confronto e fascinação).

Enfrentar o outro, portar-se de frente a ele, confrontá-lo, é um exercício de incerteza, de sedução que qualquer descuido pode levar o eu a perder-se no seu fascínio, alienando-se nele. O que permite a possessão do outro em si, impossibilitando-se enquanto espaço privado de ser público, pelo domínio do outro (social) que comanda seu olhar.

Pela estranheza quanto as próprias experiências vistas como pessoal, e como tal negadas ao olhar como importantes e necessárias à reflexão. Já que a *luz* é do espaço público, onde se existe apenas pela redução do eu "em pedra, cega e opaca" (Vernant, 1988: 103), através do fascínio do outro ou pelo dissimular do olhar, desviando-o e enclausurando-o em um *mundo interior*, que não interroga, que se coloca como *fora* (Pelbart, 1989).

O olhar que frontaliza o outro, porém, pode também seduzir a si próprio pela domação do outro que há em si, evocando o seu eu através da reconstrução das experiências vivenciadas. Pela memória, entendida aqui enquanto processo qualitativo de reconhecimento, de repensar, de refazer as experiências do passado com imagens e idéias do hoje. O situar-se como reflexão sobre a evocação, permite o ato de pensar e da criação, e possibilita recompor o social através do pessoal.

Parece refazer, ao assim proceder, o percurso solitário da inteligibilidade do olhar. As imagens marcadas pelas convenções e universais culturalmente absorvidos, começam a ganhar sentido e significado através das experiências vivenciadas pelo eu no entrecruzamento constante entre a subjetividade e a objetividade das noções gerais veiculadas na pessoa pelo social.

As noções gerais, assim, em vez de excluir a subjetividade refaz-se através dela como questionamento. Medos e receios tornam-se questões designificando cristalizações e repondo conceitos de verdade aos seus limites humanos institucionalizados.

A morte pública apresentada ou representada no conjunto fotográfico, assim, tende a desnaturalizar-se, e pode agir sobre o olhar que observa criticamente. O que parece permitir ao observador romper as amarrar das convenções que impunham indiferença e dissimulação como processo de suportabilidade à dor e ao macabro revelado ao olhar. Pode também vir a quebrar invisibilidades e recompor, através da análise fotográfica como exercício de pensamento, os elementos de uma possível desconstrução dos rituais e simbologias formadores das convenções, padronizações e códigos de universalidade presentes na cultura brasileira e ocidental.

A incerteza evocada pelo olhar tornado crítico pode permitir, assim, visibilizar padronizações, pela facialização das convenções desconstruídas no processo de remontagem do universo mítico-social que as formou e naturalizou. A frontalidade pode permitir também confrontar as convenções,

e iniciar o processo do refazer em si o social pela ação do pensar. Mas, também, pode recompor a fascinação do olhar renaturalizando-o, através de fórmulas culturais que tornam a cristalizar as necessidades socialmente aceitaveis das inaceitáveis.

Redefine ao olhar o significado e as causas do sofrimento humano, e o que, de algum modo, os individuos podem ou devem fazer com relação a inevitabilidade do sofrer. Chegando, talvez, a levar o olhar a afirmar o insólito e a estranheza da imagem revelada, porém, através de um novo fascínio, ou de uma economia moral balizada entre o tolerado e o inadmissível[2], que cristaliza mais uma vez o inevitável da visão da morte pública representada pelo conjunto fotográfico.

Conclusão

Barrington Moore Jr. (1987: 622) em seu estudo sobre a *Injustiça*, afirma que "as pessoas tendem a conferir legitimidade a qualquer coisa que seja, ou pareça inevitável, não importa quão dolorosa". Caso contrário, a dor poderia ser insuportável.

No caso das mortes públicas, expostas no conjunto fotográfico, a inevitabilidade parece estar representada pelas idéias de ordem e segurança que assustadoramente, por trás, as legitimam, e pela banalização da morte

---

[2] O que seria o inadimissível? Barrington Moore (1987:64) afirma que uma das fontes mais poderosas de indignação moral entre os homens comuns é sentir ou ver o outro quebrar ou violar normas ou regras morais que "as pessoas fizeram dolorosos esforços para torná-las parte do seu próprio caráter". Para os informantes, atitudes inaceitáveis parecem não se encontrar nas chacinas que cotidianamente ocorrem entre populações pobres, nem nas mortes por guerra, nem nos massacres pela pureza étnica, mas em situações morais que *comovem* pela quebra de convenções profundamente arraigadas. Como o caso de uma mãe americana que assassinou os filhos para poder ficar com o novo namorado (*Newsweek*, 1994 e 1995).
Chamada por muitos dos informantes de *monstro* e *sem coração*, foram lembrados de que no Brasil eram frequentes casos de pais assassinarem os filhos e se suicidarem ou não após o ato, alegando não terem como os sustentar. Para muitos informantes, esses casos se diferenciavam do da mãe americana, e não eram passíveis de indignação moral, já que eram produtos do desespero pela fome que os filhos passavam.
Eram entendidos como uma *prova de amor exacerbada*, que a aflição da falta de condições não permitiu a quem os praticou, vislumbrar outra saída. A própria fome ou falta extrema de condições parece também não ser objeto de indignação moral nos discursos dos informantes, aparecendo mais como consequência da inivitabilidade da desigualdade social.

como exploração sensacionalista ou não que tomou conta da mídia a partir da segunda guerra mundial, e vem se acelerando até os dias de hoje.

A morte pública exposta ao olhar observante, enquanto idéia de ordem e segurança, parece tornar-se apenas uma espécie particular de um fenômeno geral, que tem e deve ser enfrentado como ameaça pessoal ou pelo poder ou instâncias competentes. Torna-se, assim, subproduto de uma ação legal ou legítima exercida institucionalmente, ou, no privado, em ameaça potencial ou concreta, e desse modo também subproduto, dos medos gerais conformadores da pessoa.

A exposição dos corpos chacinados do conjunto fotográfico enquanto banalização, parece, por seu lado, ampliar ao olhar que observa à cotidianidade e ao comum da cena, reforçando a indiferença, que no máximo exclama a morbidez da amostra , a inevitabilidade da violência nela contida, ou o interesse de *chocar* nela presente.

A dor e o sofrimento, assim, são como que negados ao olhar, retirados de cena pela amplitude das generalizações que legitimam a morte pública e sua inevitabilidade.

Pensar o contrário, enfrentar os corpos mortos e dilacerados, públicos, com o olhar crítico, seria como frontalizar a Gorgó, caindo no risco de envolver-se pela dor insuportável que insiste em penetrar as fotografias. Que margeiam os limites do revelado, que formam e inundam o fora fotográfico. Seria frontalizar a própria violência que circunscreve a cena, podendo vir a encantar-se ou comprometer-se com ela. Tornar pessoal a sua insuportabilidade, rompendo a barreira formal entre o público e o privado que parece proteger o olhar dos que se dispuseram a observar.

A fotografia, porém, ao fornecer uma coleção de objetos parciais, favorece ao olhar um certo fetichismo (Barthes, 1984: 51). Um aumento da subserviência do olhar observante, que provoca uma espécie de perversão.

Perversão que consiste, em nome de negar a violência incorporada à morte pública, legitimar a violência em si mesma, pela descaracterização da imagem através das convenções que reforçam a inevitabilidade do *ato* registrado nas fotografias.

Reconhece-se a morte pública nelas presente, mas, o que se experimenta em relação a essas fotos tem a ver, ainda seguindo Barthes

(1984: 45), com uma espécie de amestramento. Tem a ver com o cultural que formou e do qual necessariamente participa o olhar, dando significado às ações, às figuras, às cenas que as fotos revelam. Tem a ver, também, com uma espécie de recalcamento: restos perdidos, parcelas inacessíveis ao olhar pelo fora fotográfico, que assombram a imagem pela parcela invisível nela contida, catalogada pelo olhar como morbidez, como inevitável, ou tratada com indiferença.

Como se a dor e o sofrimento que das fotos prenunciam fossem desinificadas, dando lugar a uma indiferenciação máxima em que tudo, em que todas as imagens se equivalem (Ramos, 1994: 48). Espécie de rito de passagem traumática que interroga a linguagem e bloqueia a significação. Que reforça a noção de inevitabilidade.

Noção que implica a concepção de um universo regido, ao menos em parte, por forças não suscetíveis à vontade e a ação dos indivíduos (Barringtom Moore, 1987:662), impedindo ou sufocando a indignação moral. Que erige ou parece erigir movimentos de auto-ilusão que reforçam, ou tentem a reforçar, a perigosa capacidade humana de acostumar-se às coisas, ou que tende a sufocar os impulsos do fazer alguma coisa face à violência que das fotos emanam, endurecendo o olhar para enfrentar a tragédia da vida.

Fotos

Foto 1 - Crozni (Chechênia). Cadáveres de soldados russos, congelados, aguardam a remoção (*Veja*, 15 de fevereiro de 1995).

Foto 2 - Rio de Janeiro (Brasil). Cadáveres após a matança por policiais, no Complexo do Alemão. Foto de Jorge William/Agência Globo. (Veja, 26 de outubro de 1994).

Foto 3 - Rio Kagera (Tanzania, fronteira com Ruanda). Guerra étnica. Rotina macabra de cadáveres boiando no Rio Kagera. Foto Agência Sygma. (Veja, 18 de maio de 1994).

Foto 4 - Kigeli (Ruanda). Chacina étnica. Vinte mil mortos em duas semanas. Foto Agência Reuter. (*Veja*, 20 de abril de 1994).

Foto 5 - Kigeli (Ruanda). Corpo de mulher amarrada e torturada antes de morrer. Foto de Patrick Robert/Agência Sygma. (*Veja*, 18 de maio de 1994).

Foto 6 - Rio Grande do Sul (Brasil). Corpo necropsiado de um sem terra assassinado. Foto de Jacqueline Jones. (*Fotoptica* 116, fevereiro/março de 1984).

Bibliografia

ARENDT, Hanna. **Eichman in Jerusalem: a report on the banality of evil**. New York: Viking Press , 1963.

___. "Pensamento e considerações morais". In, **A dignidade da Política: ensaios e conferências**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

ARIÈS, Philippe. **O Homem Diante da Morte**. 2 vol. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BARRINGTON MOORE Jr. **Injustiça: as Bases Sociais da Obediência e da Revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico**. São Paulo: Papirus, 1994.

JANKELEVITCH, J. **L'Irreversible et la nostalgia**. Paris: Flamarion, 1974.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Cultura e Subjetividade: questões sobre a relação luto e sociedade**. João Pessoa: VII Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, 24 a 26 de maio de 1995.

PELBART, Peter Pal. **Da Clausura do Fora ao Fora da Clausura: loucura e desrazão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAMOS, F. Pessoa. "Imagem traumática e sensacionalismo. A intensidade da imagem-câmara em sua adesão ao transcorrer e sua tematização ética". **Imagens**. 2: 18-27, 1994.

SIMMEL, Georg. **The Secret and The Secret Society.** New York: Free Press, 1950.

VERNANT, Jean-Pierre. **A Morte nos Olhos. Figuração do outro na Grécia Antiga: Arthemis e Gorgó**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.

Revistas.

Fotoptica. N° 116, fev./mar., 1984.

Newsweek, *1 de novembro de 1994*

Veja, *20 de abril, 18 de maio, 26 de outubro de 1994 e 15 de fevereiro de 1995.*

RESENHAS

SAUDADES DESSES TRÓPICOS EMBALSAMADOS

LEVI-STRAUSS, Claude. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 227 pags.

Em São Paulo de 1935, cartas geográficas que eram vendidas no comércio representavam todo o oeste do estado em branco e uma curiosa legenda informava: "territórios desconhecidos habitados pelos índios". Esses mapas tinham menos de vinte anos na época. A grande metrópole brasileira acabara de atingir um milhão de habitantes há apenas cinco anos. Uma floresta ainda virgem lhe contornava. Poucos edifícios arranha-vam o céu paulista. Foi com este cenário ainda bucólico que o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss, nascido há 87 anos em Bruxelas, se deparou. Antes de se decidir pelos tristes trópicos, Lévi-Strauss era professor de filosofia em Paris onde se graduou. Sua vinda ao Brasil deveu-se à sua nomeação como membro de uma missão universitária. São Paulo há pouco inaugurara sua universidade e foi lá que o mentor da Antropologia Estrutural ocupou uma cadeira de sociologia. De 1935 a 1939, Lévi-Strauss levou à cabo várias expedições ao interior do Mato Grosso e à Amazônia meridional. A maior parte das fotografias contidas no livro Saudades do Brasil é o resultado mais visível dessas incursões pelo Brasil.

Seu olhar etnográfico nos arrasta de início para uma contemplação do que era São Paulo na segunda metade da década de 30. Eis suas impressões: "A cidade tinha uma beleza singela devido às rupturas de ritmo, aos paradoxos arquitetônicos, aos contrastes de formas e cores. Apesar ou por causa da falta de organização, a paisagem urbana torna-se, por vezes, lírica." Leva-nos ao interior onde mira a gente na rua e nos revela um anjo negro que vagueia na feira à espera da procissão que ainda não saiu. São 176 fotografias que constróem uma pequena crônica

de viagens que não se limitaram ao Brasil - ele também visitou a Bolívia -, organizadas em bloco conforme um roteiro do próprio autor. Os registros bolivianos formam uma ínfima parte da obra. Lévi-Strauss documentou igualmente aspectos urbanos de Cuiabá e Salvador. O grosso da documentação é, todavia, dedicada aos índios Caduveo, Bororo, Mundé, Nambikwara e Tupi-Kawahib, fruto de uma seleção de quase 3 mil negativos cuja tarefa foi partilhada com o filho e a atual mulher.

O próprio Lévi-Strauss não se acha fotógrafo, amador ou profissional, e só o foi no Brasil, "depois o gosto passou". Seu contato com esse meio data da tenra infância quando seu pai, um pintor, costumava fotografar seus modelos para ter um melhor controle dos detalhes de suas fisionomias para depois retratá-las em telas. Se não era fotó-grafo, Lévi-Strauss soube aproveitar suas viagens e escrever uma bela narração visual nas suas expedições científicas. No outono de 1959 visita os índios Caduveo e Bororo com a finalidade de trazer coleções etnográficas para enriquecer o vasto acervo do Museu do Homem de Paris. Nesta missão, ele faz muito mais do que isso. Nos retratos de crianças e mulheres engenhou uma arqueologia da arte de desenho no corpo dos índios Bororo que "inventam composições cuja liberdade quase não leva em conta os traços do rosto humano. Caduveo, Bororo, Nambikwara, Mundé, Tupi-Kawahib, índios aprisio-nados em imagens que se não lhe roubavam a alma como acreditava o bom selvagem, vinham a ser sua primeira morte (a morte simbólica). Esse terror da fotografia, diga-se de passagem, não era apanágio das culturas primitivas, o renomado Honoré de Balzac só se postou uma única vez diante de um daguerreótipo porque cria no poder deste de retirar, a cada foto, uma da série de camadas espectrais das quais era constituídos os corpos. "É o devir-fantasma dos corpos fotografados." (Dubois: 1994: 227-8). O que acorrenta o nosso olhar nestas fotografias não é nenhum rebuscamento estético ou de linguagem, mesmo porque só consegui enxergar isso na fotografia de um menino Caduveo onde é evidente um aprimorado tratamento da luz. Esta pequena mostra do acervo fotográfico de Lévi-Strauss ganha importância pela força documental contida em suas imagens. Um documento que extrapola o visível das aparências dos corpos e objetos iluminados que numa certa época se prestaram a interesses imediatos de suas pesquisas etnográficas. Lévi-Strauss engendrou um acervo imagético que nos instiga a garimpar, em outras dimensões que vão além do imediatamente palpável, segredos que jamais lograremos a desvendar. O que quer nos diz aquele sorriso resignado do menino Caduveo? Ou o olhar sereno e enigmático de suas índias? Resignação diante de um porvir sem saída que o cataclismo da colonização lhes agraciaria?

Adentrar no universo representado nestas imagens torna-se amiúde um exercício de mea culpa. E se entristecer mesmo quando crianças Nambikwara "nos" olha sorridentes. É sofrer

com os flagrantes pungentes da agonia Nambikwara numa epidemia de oftalmia purulenta. É se enternecer com a espontaneidade explícita das carícias à luz do dia, trocadas a dois ou a três numa poligamia sem culpas; ou com a fotografia da indiazinha adormecida na areia com a mão sobre o sexo como a entrever a vergonha que o mundo dos brancos viria a lhe impingir.

Em quase todas as sociedades, a fotografia é instrumento de reconforto frente à perda de um ente querido. Objeto tentador para recompensar a privação da presença física de alguém, conservamos como relíquia fotografias de parentes, amigo, ídolos e até de lugares que agora só existem da forma que os conhecemos na bidimensionalidade do papel. "Uma espécie de engodo sentimental onde a fotografia representa a presença da pessoa amada e também sua ausência irremediável." (Koury: 1995: 58). Bazin fala desse "poder irracional" da fotografia que nos leva a acreditar nesse retorno do objeto fotografado, ali "representado, literalmente representado, quer dizer, tornado presente no tempo e no espaço." (Bazin: 1975: 11-19). Seria este o sentimento que supostamente se esperaria de Lévi-Strauss ao rever essas imagens filtradas pelo seu olhar fotográfico. Paradoxalmente essas fotografias não amainam em nenhum momento o sentimento de perda que o antropólogo sente em relação aos povos e paisagens que vivenciou mesmo que por tão breves cinco anos. Sua vivência com o universo indígena não se restringiu ao contato físico, perdurando ainda por muitos anos nas obras que escreveu posteriormente.

O Brasil que Lévi-Strauss conheceu não existe mais e numa contradição evidente essas imagens não lhe detonam as mesmas sensações do real vivido no odor, embora não mais nauseante como antes, do creosoto que impregnava suas malas antes de cada viagem para imunizá-las contra cupins e o mofo tão comuns nos trópicos. Para ele, esse odor ainda renitente nos seus cadernos de notas, é mais forte enquanto detonador de recordações e sentimentos do que a imagem fotográfica cujo poder indiciário pressupõe a presença do objeto fotografado, imprescindí-vel para a existência da fotografia. Como ele próprio esclarece no prólogo de Saudades do Brasil:

"Meus clichês não são uma parte, preservada fisicamente e como por milagre, de experiências nas quais todos os sentidos, os músculos, o cérebro achavam-se envolvidos: são apenas os indícios delas. Indícios de seres, de paisagens e de acontecimentos que sei ainda que vi e conheci; mas, após tanto tempo, nem sempre me lembro onde ou quando. Os documentos fotográficos me provam sua existência, sem testemunhar a seu favor nem torná-los sensíveis a mim."

Para nós, distanciados no tempo e no espaço daqueles mundos, esses documentos não nos consolam nenhum pouco, ao contrário, nos traz uma ausência até então desconsiderada. As fotografias deste livro - imagens embalsamadas de povos que não mais existem dizimadas pela contínua ação colonizadora - são

como um atestado de óbito. É esse eterno "presente-passado" atualizado nestas fotografias que nos leva a ver quão distantes e mortais são os seres aí representados, supostamente "eternizados" pelo golpe fotográfico num determinado espaço-tempo de suas existências que os destacou da vida. Daí a dor e a saudade de um mundo que nunca iremos conhecer. Um Brasil que os olhos privilegiados de Claude Lévi-Strauss imobilizou e que nos chega embalsamado, tristemente.

Bertrand Lira
(Mestrando em Ciências Sociais-UFPB)

Bibliografia:

BAZIN, André. "Ontologie de l'image photogra-phique". In: *Qu'est-ce que le cinema?* Paris: Ed. du Cerf, 1975.

DUBOIS, Philipe. *O Ato Fotográfico*. São Paulo: Papirus, 1994.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Saudades do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. "Imagens de Dor e Morte - fotografia e sentimento". In: *Anais do GT Antropologia Visual* (MGP Koury, org.) da IV Reunião de Antropologia do Norte Nordeste, João Pessoa, 1995.

*****

PARAÍBA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E TECNOLOGIA

BUONFIGLIO, Maria Carmela, et al. *Trabalhadores, Tecnologia e Organização do Trabalho no Setor Industrial da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária, 1994. 161 pags.

Este livro é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 1988 e 1990, pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Tecnologia e Trabalho, ligado ao Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. Seu principal objetivo foi o de realizar um perfil da indústria de transformação no estado, privilegiando as questões da tecnologia e organização do trabalho.

A ausência de um quadro geral das indústrias instaladas no estado, amplia a importância desse estudo, que entre outros aspectos interroga os sentidos de uma industrialização regional, nascida sobre forte impacto estatal em um mundo de intensa competitividade.

O trabalho compreende três partes: a primeira, se dedica a questão dos antecedentes históricos da industrialização paraibana, que corresponde ao que se convencionou chamar de nova indústria, ou seja, de uma industrialização que se processou no contexto da política de desenvolvimento da SUDENE. A partir da implantação dessa política de industrialização, instalaram-se no Estado 85,3% das indústrias pesquisadas. Apesar da nova indústria trazer certa diversificação, traduzida em catorze ramos industriais, a pesquisa notou um predomínio tanto em termos de pessoal ocupado, como em número de empresas, dos ramos já tradicionais no estado, como o de vestuário e calçados.

A segunda parte, busca fazer uma análise da tecnologia empregada, privilegiando a modernização tecnológica, especialmente a de base micro-eletrônica. A pesquisa chega à conclusão de que os anos oitenta se caracterizaram como um período de modernização por excelência. Porém, apenas em

alguns casos significativos, e nunca como uma característica geral de um dado ramo. Essa modernização remeteu, assim, para mudanças significativas em termos de automação parcial ou total do processo, ou mesmo de setores de administração, estoques ou venda, trazendo repercussões para o processo de trabalho.

A terceira, enfim, explora a questão da organização do trabalho, aplicada à indústria local. Na organização do trabalho, a pesquisa observou a ocorrência de um taylorismo, que convencionou chamar de taylorismo caboclo, devido as adaptações que se ligaram especificamente a questão salarial e a divisão do trabalho. Poucas empresas, apesar de se queixarem da falta de uma tradição operária e da falta de pessoal qualificado na região, fizeram algum investimento em qualificação da mão de obra. Essa nova indústria, conclui a pesquisa, fez dos baixos salários uma de suas características principais, tornando a questão salarial no ponto central para se pensar os impasses e perspectivas da política industrial e de uma política sindical na região.

O livro constitui fonte indispensável para todos os interessados nas questões do trabalho, indústria, tecnologia e trabalhadores no Brasil, na região Nordeste e, particularmente, na Paraíba.

Mauro Guilherme Pinheiro Koury
(Professor do Mestrado em Ciências Sociais UFPB)

******

SOBRE TRABALHADORES URBANOS

Alice Rangel de Paiva Abreu, Elina Gonçalves da Fonte Pessanha (org) ... et al. *O trabalhador carioca: estudo sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1995, 171 pp.

Esta coletânea reúne artigos de pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Pesquisa Social do IFCS-UFRJ resgatando as especificidades do processo de industrialização e formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro.

Com abordagens distintas, os artigos podem ser reunidos em dois grupos: o primeiro aborda operários fabris - movimento sindical na indústria naval, a gestão da força de trabalho em indústrias estatais como a Fábrica Nacional de Motores e trajetórias profissionais de operários da Cia. Siderúrgica Nacional; o segundo detém-se na caracterização e segmentação do mercado de trabalho regional, condições de vida e trabalho tendo como recorte a questão do gênero - a subcontratação na indústria de confecção; as ocupações femininas no estado historicamente e a infância como problema social.

Esse agrupamento reflete por sua vez a história social do Rio de Janeiro: a forte presença do Estado na economia, os projetos desenvolvimentista a partir do governo Vargas e o declínio econômico do pós-60, resultante da mudança da capital para Brasília.

O primeiro artigo, *De operários navais a metalúrgicos: experiência de classe e identidade política entre trabalhadores da indústria naval do Rio de Janeiro*, de Elina Pessanha, trata da continuidade e descontinuidade da experiência operária através da recuperação histórica dos principais momentos da organização desses traba-lhadores: os sindicatos de grupos profissionais nas primeiras décadas do século, a institucionalização do Sindicato dos Operários Navais em 1942, as transformações da base técnica na produção de navios nos anos 50, o crescimento numérico da categoria e sua mobilização política até 1964. A repressão que se seguiu ao golpe militar altera o enquadramento sindical desses operários passando para a categoria de metalúrgicos, manten-do como marítimos somente os empregados em empresas de navegação, dividindo e enfraquecendo o movimento. A modernização fabril que se segue, principalmente no período Geisel, altera substancialmente as características da mão de obra empregada e de sua gestão e, a partir do final dos anos 70, assiste-se a retomada das lutas agora como metalúrgicos. A autora demonstra que tradição de luta da categoria se manteve através da socialização das experiências entre gerações operárias, do velho ao novo sindicalismo, apontando mais para continuidades do que para rupturas.

José Ricardo Ramalho estuda *Empresas estatais de primeira geração: formas de gestão e ação sindical*, recuperando a resistência operária em fábricas identificadas com o nacional desenvolvimentismo como a Cia. Siderúrgica Nacional, Fabrica Nacional de Motores, Cia. Vale do Rio Doce e Cia. Nacional de Álcalis. Demonstra a confluência de fatores internos (autoritarismo político) e externos (2ª Guerra Mundial) no surgimento dessas empresas e o discurso da segurança nacional refletido na militarização da disciplina fabril, e da ideologia do bem comum: a gestão extrapolando os limites da fábrica nas cidades e vilas operárias influindo na reprodução da força de trabalho e na atuação sindical. A partir do caso da FNM demonstra o processo conflituoso e contraditório enfrentando pelos trabalhadores e o sindicato, nas formas de resistência a exploração e, ao mesmo tempo, nas lutas pela preservação da empresa.

Regina Morel utiliza relatos de ex-operários da Cia. Siderúrgica Nacional como forma de recuperar a história de uma geração de trabalhadores constituída na formação da empresa e da cidade de Volta Redonda, a identidade coletiva resultante, suas trajetórias profissionais e de vida em *História incorporada e identidade coletiva entre trabalhadores aposentados da Cia. Siderúrgica Nacional*. Trabalha com a ideologia da "família siderúrgica" da empresa, os fracassos e êxitos pessoais vinculados à trajetória na empresa: a qualificação, a carreira, o orgulho profissional, a crença no valor moral do trabalho, suas expectativas de direitos e reconhecimento, e o sentimento de injustiça com as mudanças implementadas na década de 60 com o fim da "proteção" representada pela estabilidade e

condições de reprodução como moradia, saúde e alimentação. A idealização do passado é a tônica, idealização esta que ultrapassa, a nível da memória, as recordações sobre lutas coletivas, sem contudo excluir a consciência da exploração.

Abrindo o segundo grupo, Paola Cappellin em *Ocupações femininas: reconstruindo as relações de gênero no mercado de trabalho regional - Rio de Janeiro 1872-1980*, utilizando censos populacionais do período, analisa as mudanças ocorridas na inserção de mulheres no mercado de trabalho carioca. Refere-se rapidamente s mulheres ocupadas no trabalho rural do final do século, detendo-se em seguida em trabalhadoras urbanas. Na indústria destaca a participação na industria têxtil e do vestuário no início do século e depois dos anos 20 a expansão das ocupações femininas como trabalho assalariado e não assalariado. Finaliza descrevendo o processo de feminização ocupacional negativos e positivos no pós-50, utilizando a tipologia de Zaidman (1986): enquanto busca da igualdade, deserção masculina e feminização subversiva. Finaliza destacando as mudanças de fronteira entre os sexos e a continuidade de atividade ocupacionais femininas.

Alice Abreu e Bila Sorj analisam a *Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção*, a partir de entrevistas realizadas com costureiras e alfaiates. Discute o espaço produtivo feminino - normalmente conjugando local de trabalho e vida familiar, e o masculino com a nítida separação espacial, temporal e funcional.: a construção social e sexual das qualificações, a partir do genérico "costureira" e das gradações na profissão de alfaiate tal como oficial, meio oficial, oficial da calça, etc, *como resultado dos significados que a habilitação adquire quando articulada s representações de gênero*. No caso das costureiras tem-se uma representação banalizadora vinculada ao específico feminino, como dom não como qualificação. As ideologias de gênero se articulam institucionalmente no mercado de trabalho: enquanto para os alfaiates é "trabalho por conta própria" ou pelo menos tentativa de, com possibilidade de melhoria de rendimentos, para as costureiras trata-se de trabalho subcontratado, a domicílio como forma de conciliar trabalho e vida doméstica, com retornos salariais menores e intensificação do trabalho.

Finalizando, Rosilene Alvim, estuda a *Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil*, analisando a construção histórica do problema do menor, termo substituído por meninos e meninas de rua a partir dos anos 70. Do início do século até a elaboração do Código de Menores de 1927, o tema trabalho e escolarização como alternativa delinqüência domina os debates; de 1930 a 1943, o Estado assume a tutela na gestão da delinqüência, a questão trabalho indo para a CLT e a transformação do Código do Menor em Código Criminal; de 1943 a 1964 predominam os internatos como forma de proteção e recuperação de crianças e adolescentes abandonadas; de 1964 a 1990 a modernização num quadro de autoritarismo político, a Funabem trabalhando não com o menor trabalhador mas o carente e o infrator e a necessidade de mantê-los em regime de

internação. Com o Estatuto de 1990, a rediscussão do internamento e a necessidade de adoção de medidas educativas, com inúmeros projetos alternativos.

O conjunto de artigos sintetizam, em grande parte, trabalhos de maior fôlego realizados pelos pesquisadores, publicados ou em vias de publicação. Fazem um painel dos trabalhadores cariocas em suas especificidades, particularidades e generalidades, contribuindo para a compreensão da diversidade e heterogeneidade da formação e atuação da classe trabalhadora e dos mercados de trabalho em todo país, fugindo de estudos generalizantes a partir do "tipo ideal" representado por análises desse mesmo processo em São Paulo.

Jacob Carlos Lima
(Coordenador e Professor do MCS/UFPB)